



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



ELIANA VIEIRA DOS SANTOS

**TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL *VERSUS* TRABALHO NO CAMPO:
EXPANSÃO DO EUCALIPTO E O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO
CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-BA.**

Vitória da Conquista - BA
2020

ELIANA VIEIRA DOS SANTOS

**TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL *VERSUS* TRABALHO NO CAMPO:
EXPANSÃO DO EUCALIPTO E O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO
CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO - BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do espaço geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientador: Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos Creative Commons

S235t

Santos, Eliana Vieira dos.

Territorialização do capital *versus* trabalho no campo: expansão do eucalipto e o processo de expropriação camponesa no município de Planalto-Ba. / Eliana Vieira dos Santos, 2020.

191f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 166 – 173.

1. Trabalho. 2. Territorialização do capital. 3. Sujeição e expropriação camponesa. I. Santos, Jânio Roberto Diniz dos Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 331

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Territorialização do capital *versus* trabalho no campo: expansão do eucalipto e o processo de expropriação camponesa no município de Planalto-BA

Eliana Vieira dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: **25 de março de 2020**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos
(Orientador)

Prof.ª Dr.ª Suzane Tosta Souza
(Coorientadora)

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior
(Examinador Externo – UNESP – Presidente Prudente)

Vitória da Conquista- BA

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8741 | ppgeo@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeizinho
CEP 45.200 - 000
PABX: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031 - 300
PABX: (77) 3424 - 8600

A responsável por minha chegada ao mundo e por todas as lembranças boas que tenho da minha infância, Floriza Vieira, com amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Ter gratidão por tudo que nos fizeram, é um ato de reconhecer e valorizar cada ser que de algum modo se fez presente em nossa caminhada. Seja fisicamente, em pensamento, por meio de ações que proporcionaram conforto durante nossa caminhada, e até mesmo espiritualmente. Nesse sentido reservo esse momento para expressar quão grata sou por cada gesto/ação que contribuíram pra que eu chegasse à conclusão dessa dissertação.

Primeiramente, rendo graças à fonte de fortaleza que proporciona minhas conquistas, e que a cada dia me presenteia com uma nova página para que eu possa escrever minha história e semear o meu conhecimento, DEUS.

A mainha, que mesmo não tendo tido oportunidade de estudar, vibrava a cada conquista minha, mesmo sem compreender o sentido dos títulos aos quais eu pleiteava. Que pena, a senhora não viveu para ver mais essa grande conquista minha, mas sei que espiritualmente esteve comigo em todos os momentos, quando acordava as madrugadas para ir as aulas em conquista ou até mesmo quando não dormia e viajava nos dias nebulosos, sei que ali estavas. Sei que a senhora jamais deixaria de cuidar de mim. Embora não esteve presente de corpo, mas sei que assim como torcia por mim em vida também me acompanhou em espírito. A essa mulher que foi uma grande lutadora, que não mediu esforços para que seus filhos buscassem seus sonhos, que mesmo nas dificuldades permaneceu firme dando a mim a certeza de que não estava só e ao meu lado encontrava-se uma fortaleza que jamais me deixaria cair. Obrigada por tornar-me quem sou, seguirei te amando eternamente, SAUDADES.

A papai que não teve tempo de compreender quão importante a ciência geográfica tornou-se para mim.

Ao meu esposo Marivaldo, compreensão, cuidados e amor a mim dedicados nesse período de muita renúncia.

À Selenna, minha filhota, cuja doçura e amor inspiraram essa caminhada. Fortaleza maior que me encorajou para seguir firme e sem desistir dos desafios da vida. Depois da partida de mainha, achei que nunca fosse superar a dor que é a perda de alguém tão significativo em minha vida, mas você veio e mostrou que tenho que continuar. Você é a nova razão de viver de mamãe, te amo, minha princesa.

Embora na academia desempenhasse a função de pesquisadora, a mim era reservado outros labores do dia a dia e para bem fazê-los contei com a contribuição

de muitos. Zene que ajudava a manter minha casa em ordem. Lane que me deu a tranquilidade de ir às aulas sabendo que minha filha estava em boas mãos. As minhas sobrinhas Kaká, Elis, Maíra e Mariana que distraíam Selenna nos finais de semana mais cheios de trabalho e diminuía a minha ausência para ela. As minhas irmãs (Nena e Negga) que seja com os cuidados com Selenna ou mesmo comigo, sempre estiveram presentes em minha caminhada. As minhas cunhadas (Neide, Edy e Nalia), que me livravam dos almoços de domingo, o que me sobrava mais tempo para os estudos, e pelos cuidados dispensados a mim e principalmente à Selenna.

A minha família e aos meus amigos, que compreenderam as minhas ausências e incentivaram essa jornada.

Aos colegas de turma (Adriana, Crislane, Dhione, Eliane, Gabriela, Júnio, Macsuelle, Maiara, Mateus, Nielson, Rita e Uriana) pelo apoio e companheirismo, com eles compartilhei dúvidas, experiências, e muitos momentos de alegria. Os debates, as conversas, a amizade aliviaram o peso da jornada.

A Jânio Roberto Diniz dos Santos, meu orientador, por ser sempre atencioso e acreditar em meu projeto de pesquisa, aceitando assim guiar-me rumo à concretização dessa dissertação.

Agradeço imensamente à Suzane Tosta Souza, minha coorientadora, pelas valiosas discursões, sugestões e considerações feitas no processo de desenvolvimento desse trabalho. Por ter me acolhido para o estágio de docência. Obrigada, pois esteve comigo no processo de Graduação, Especialização e agora no Mestrado. Ensinou-me a dar os primeiros passos no mundo acadêmico, e ainda hoje, quando não tenho segurança no caminho, está sempre próxima para me guiar. E no momento mais difícil da minha vida apoiou-me e não deixou que eu desistisse da minha caminhada. Saiba que a levarei para sempre, como exemplo de professora e de ser humano.

Aos professores Sócrates Menezes e Thomaz Junior por terem aceito avaliar esse trabalho e por suas valiosas contribuições na banca de qualificação com os apontamentos, o que me despertou para novos caminhos.

Agradeço aos professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, do núcleo de pós graduação em Geografia (PPGeo) (Altemar, Fernanda, Jânio, Mario Rubem e Suzane) com quem cursei disciplinas que proporcionaram maior amadurecimento intelectual, e contribuíram para que eu pudesse cumprir essa etapa da minha formação acadêmica. Ao professor Sócrates, pelas discussões

inspiradoras nos encontros do Grupo de Pesquisa (GEPECT), por ter me apresentado Mészáros, embora não tenhamos ficado íntimos devido à complexidade desse ser, sustentou muito das discussões proferidas nesse trabalho.

À Janaina Serejo que no primeiro ano do mestrado atuou como secretária do PPGeo e a atual secretária Zaira Bomfim sempre solícitas.

À Secretaria Municipal de Educação de Planalto, pelo afastamento remunerado e à Arleide Amaral por ter feito com que se cumprisse o meu direito.

Aos sujeitos sociais (produtores, instituições, poder público, trabalhadores “assalariados, camponeses”) que contribuíram com a coleta de dados para o embasamento da pesquisa.

A esses seres de luz minha imensa gratidão.

*Quem me dera, ao menos uma vez
Acreditar por um instante em tudo que existe
E acreditar que o mundo é perfeito
E que todas as pessoas são felizes”
Renato Russo, “Índios”*

RESUMO

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o capital busca monopolizar a produção, desse modo expropria e em sua lógica contraditória, também cria meios para a reprodução camponesa, que subordina essa aos interesses do capital monopolista. Situação evidente na expansão do monocultivo do eucalipto que se deu inicialmente na Bahia a partir da busca do mercado de papel e celulose, por novas áreas de produção. Desse modo em 1979, com a criação da Odebrech Perfurações e a criação do Polo Petroquímico de Camaçar passam a ocorrer investimentos grandiosos na produção de papel e celulose na região do Litoral Norte baiano. Depois a construção da BR 101, impulsionou a chegada dessa produção para o Sul e Extremo Sul da Bahia. E com a busca por expandirem ainda mais suas produções, as empresas do ramo florestal passam a ver também a região do Sudoeste da Bahia como espaço de interesse dessa produção. Cultivo de monoculturas como a do eucalipto são menos intensivas em força de trabalho, ademais a crescente utilização de máquinas contribui para a expulsão dos trabalhadores do campo e intensifica o processo de concentração de terras, já que as dificuldades geradas por essa produção faz com que os pequenos produtores vendam suas terras aos grandes produtores. Este é um segmento que em seu processo produtivo proporciona reformulação econômica e espacial significativas. Diante desse contexto, a pesquisa busca analisar a territorialização do capital *versus* trabalho no campo: expansão do eucalipto e o processo de expropriação camponesa no município de Planalto-BA. Para tanto, foram levantados dados secundários em fontes como: livros, revistas, documentos e sites. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo, instrumentos de coleta de dados, a exemplo de entrevista semiestruturada e questionários, como procedimentos de observação e apreensão do fenômeno na prática; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados, através dos quais buscou-se atender aos objetivos específicos da referida pesquisa, no sentido de compreender a relação entre a expansão da produção do eucalipto nessa localidade e os interesses do agronegócio mundial. Verificou-se nesse estudo que no município de Planalto, o capital vem sendo apostado no monocultivo do eucalipto, seja por meio de arrendamento de propriedades para concretização do plantio ou por meio da compra do eucalipto em ponto de madeira do produtor local. Os plantios vêm se expandindo entre os grandes e pequenos proprietários de terra, em espaços antes ocupadas por produções tradicionais pré-existentes, e sem o cumprimento das devidas regularizações ambientais. Em termos de números de proprietários envolvidos nessa produção, a maior adesão está entre os pequenos produtores. A produção de eucalipto passa a competir com a agricultura de subsistência, reduzindo as oportunidades de trabalho e aumentando a submissão da força de trabalho a contratos informais e sem segurança. Ao projetarem interesses no espaço local, para a consolidação de projetos maiores de transnacionais, contribuem assim para uma nova estrutura produtiva, apoiada no monocultivo do eucalipto, e assim gerar formas de garantir novas áreas de reservas de matéria-prima.

Palavras-chave: Trabalho. Territorialização do capital. Sujeição e expropriação camponesa.

ABSTRACT

With the development of capitalism in the countryside, the capital seeks to monopolize the production, thereby it expropriates and, in its contradictory reasoning, it creates means for the peasant reproduction, which makes this the interests of monopolistic capital. This evident situation in the expansion of monoculture eucalyptus plantations took place initially in Bahia, from the pursuit of the cellulose and paper market, with new areas of production. Thus in 1979, with the creation of the Odebrecht Perfurações and the creation of the Camaçari Petrochemical Complex, considerable investments occurred in the production of paper and cellulose in the region of the northern coast of Bahia. Subsequently, the construction of the BR 101 stimulated the arrival of this production to the South and South Extreme of Bahia. Moreover, with the pursuit to expand even further its production, forestry companies realized the region of Southwest Bahia, as an area of interest of this production. Cultivation of monoculture, such as plantations of eucalyptus, is less intensive in labor force, the increasing use of machinery contributes to the expulsion of countryside workers and intensifies the process of land concentration, since the difficulties generated by this production makes the small producers to sell their land to the large producers. In its production process, it provides significant spatial and economic reformulation. In this context, the research seeks to analyze the territorialization of capital versus labor in the countryside: expansion of eucalyptus plantations and the process of peasant expropriation in the City of Planalto-BA. Were gotten secondary data from sources, such as books, journals, documents and websites. The primary data were obtained by means of field research, with instruments of data collection, such as: semi-structured interviews and questionnaires, as procedures of observation and apprehension of the phenomenon in practice; mapping, organization and systematization of information; and analysis of the results, through which it sought to meet the specific objectives of this research, in order to understand the relationship between the expansion of eucalyptus production in this locality, and the interests of world agribusiness. This study ascertained that, in the City of Planalto, the capital is going to bet on the monoculture of eucalyptus, either through renting properties for performance of planting or by means of propaganda from this cultivation as an outlet for the difficulties faced by the producer. The plantations are going to expand between large and small landowners, in spaces before occupied by pre-existing traditional products, and without the accomplishment of the due environmental settlements. In terms of numbers of owners involved in production, the greater adherence is among the small producers. The production of eucalyptus has been competing with the subsistence agriculture, reducing opportunities of labor and increasing the submission of the labor force to informal contracts without security. By outlining interests in local space, for the consolidation of major projects of transnational, thus it contributes to a new productive structure, resting on the monoculture of eucalyptus, and so generating means to ensure new areas of reserves of raw materials.

Keywords: Labor. Territorialization of Capital. Peasant Subjection and expropriati.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de figuras

Figura 1 - Expansão da Eucaliptocultura no Estado da Bahia (1970-2000)	80
Figura 2 - Distribuição Geográfica das áreas de plantios florestais na Bahia, 2014.....	82
Figura 3 - Distribuição Geográfica das indústrias de base florestal da Bahia, 2014.....	83

Lista de fotografias

Fotografia 1- Missa Crioula, Comunidade do Cinzento – Planalto (BA).	38
Fotografia 2- Comunidade em comemoração ao dia da Consciência Negra– Planalto (BA), 2019.	38
Fotografia 3- Área de captação da água para o plantio das hortas, Planalto (BA), 2019.	40
Fotografia 4 - Região da Caatinga, Planalto (BA), 2019.	41
Fotografia 5 - Região da Mata, Planalto (BA), 2019.	41
Fotografia 6 - Fazenda com grande importância no auge do café, Planalto (BA), 2019.	47
Fotografia 7- Condomínio de Chácaras, Planalto (BA), 2019.	47
Fotografia 8 - Harvester em processo de corte do eucalipto, Planalto (BA), 2018.....	84
Fotografia 9 - Forwarder em processo de remoção do eucalipto, Planalto (BA), 2018.	85
Fotografia 10 - Forwarder em processo de empilhamento do eucalipto, Planalto (BA), 2018.	85
Fotografia 11- Refeitório do módulo da Veracel Celulose, Planalto (BA), 2018.	87
Fotografia 12 - Banheiros utilizados pelos trabalhadores, Planalto (BA), 2018.	87
Fotografia 13 - Refeitório e escritório, Planalto (BA), 2018.	87
Fotografia 14 - Plantação de morango, Planalto (BA), 2019.	100
Fotografia 15 - Plantio de eucalipto em pequena propriedade, Planalto (BA), 2019..	102
Fotografia 16 - Área de mata nativa desmatada, Planalto (BA), 2019.	120
Fotografia 17 - Área de mata nativa queimada, Planalto (BA), 2019.	120
Fotografia 18 – Plantio de eucalipto em área com declive acentuado, Planalto (BA), 2019.	125

Fotografia 19 – Estrada da Caatinga, Planalto (BA), 2019.	129
Fotografia 20 – Estrada da Mata, Planalto (BA), 2019.	129
Fotografia 21 – Trabalhador rural, mostrando sua cisterna de placa, Planalto (BA), 2019.	138
Fotografia 22 – Escola beneficiada com a cisterna de placa. Planalto (BA), 2011.	140
Fotografias 23 – Cisterna de placa em construção. Planalto (BA), 2011.	140
Fotografias 24 – Cisterna de placa em construção. Planalto (BA), 2011.	140
Fotografias 25 - Potinho para armazenamento de água para a plantação de hortas, Planalto (BA), 2019.	141
Fotografia 26: Potinhos para armazenamento de água. Planalto (BA), 2019.....	141
Fotografia 27 - Casa da Política Pública de Habitação Rural, Lagoa do Cinzento, Planalto (BA), 2019.	142
Fotografia 28 - Casa da Política Pública de Habitação Rural, Lagoa do Cinzento, Planalto (BA), 2019.	143
Fotografia 29 - Casa de farinha, Comunidade de Lagoa de Terto, Planalto (BA), 2019.	144
Fotografia 30 - Beneficiadora de café, Comunidade do Parafuso, Planalto (BA), 2019.	144

Lista de gráficos

Gráfico 01 – Trabalho Escravo no Brasil (2018).	70
Gráfico 02 - Número de estabelecimentos agropecuários, Planalto/BA - resultados preliminares do Censo 2017.	96
Gráfico 03 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) de Planalto/BA - resultados preliminares do Censo 2017.	96

Lista de mapas

Mapa 1- Localização do município de Planalto-BA.	37
Mapa 2 - Distribuição das áreas de cultivo de eucalipto no município de Planalto..	117
Mapa 3 (carta imagem) - Distribuição das áreas de cultivo de eucalipto no município de Planalto, 2020.	118

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Quadros

Quadro 01 - Trabalho Escravo – Bahia/2018.	69
Quadro 2- Tributos apurados pela Veracel Celulose em 2018.	106

Lista de tabelas

Tabela 1- Tabela 1- População Rural e Urbana do município de Planalto (BA), nos anos de 1970, 1980, 1991, 200 e 2010.	42
Tabela 2 - Impostos Sobre Serviço (ISS) repassados pela Veracel ao município, 2018/2019.	107
Tabela 3 - Investimentos sociais da Veracel na Bahia em 2005.	113
Tabela 4 – Contrações por gênero em 2017.	114
Tabela 5 – Evolução das demissões.	115
Tabela 6 – Quantidades de propriedade.	118
Tabela 7 - Produção agropecuária do município no período referente ao ano de 2017/2018.	122
Tabela 8 - Quantidade produzida, Área colhida, Valor por produtos da lavoura temporária.	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agricultura de Baixo Carbono

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas

ASA - Articulação no Semi-árido Brasileiro

BM - Banco Mundial

BN - Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIs - Complexos Agroindustriais

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CMAPPE – Camponeses Moradores de Áreas Próximas de Plantio do Eucalipto

COOPERHAF - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares

COPASSUB - Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia LTDT

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FISSET- Fundo de Investimento Setorial

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ha - Hectare

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISS - Impostos Sobre Serviço

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da educação

MEI - Microempreendedor Individual

MT - Ministério do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio
P1MC - Programa um Milhão de Cisternas
PCE – Produtores que Cultivaram o Eucalipto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PR – Produtor Rural
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
RECP – Representante da Empresa Compradora da Produção
REPEMIR - Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais
RI – Representante de Instituição (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais)
RPP - Representante do Poder Público
RPP1 – Representante do Poder Público (Prefeito)
RPP2 – Representante do Poder Público (Secretário de agricultura do município)
RRC - Plano Nacional de Renovação e Revigoramento dos Cafezais
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
STF - Supremo Tribunal Federal
TCE - Trabalhadores do Corte do Eucalipto
TPE – Trabalhadores no Plantio do Eucalipto
TR - Trabalhador Rural
TRT5 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Sumário

1	INTRODUÇÃO	16
2	SEÇÃO II CAPITAL <i>VERSUS</i> TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	24
2.1	A produção desigual do espaço.	25
2.2	A natureza do trabalho e os resultados da crise estrutural do capital.	28
2.2.1	O capital como produtor do espaço planaltense e os efeitos da reestruturação produtiva nesse espaço.	35
2.3	Expansão do capital financeiro no campo: uma análise da realidade concreta de Planalto-BA.	48
2.4	O papel desempenhado pelo Estado, por meio das políticas de consolidação do capital no campo.	52
2.5	O processo de terceirização e seus efeitos para o trabalhador.	63
3	SEÇÃO III A EUCALIPTOCULTURA NA ESTEIRA DO AGRONEGÓCIO	75
3.1	Contexto da expansão do eucalipto no Brasil e seus vetores de expansão.	76
3.1.1	O eucalipto no estado da Bahia.	79
3.2	Estado/Capital e Trabalho na expansão do eucalipto.	84
3.3	Propriedade fundiária e controle do capital sobre as terras na produção do eucalipto.	92
4	SEÇÃO IV PROCESSO DE DIFUSÃO DA PRODUÇÃO DO EUCALIPTO NAS PROPRIEDADES DE PLANALTO/ BA	98
4.1	Renda da terra na eucaliptocultura e a estrutura de apropriação da terra.	99
4.2	A expansão do eucalipto em Planalto – BA.	103
4.2.1	A monopolização da produção pela Veracel Celulose e seus rebatimentos nas relações de trabalho.	105
4.3	O plantio do eucalipto em Planalto-BA: características do processo.	116
5	SEÇÃO V - AS CONTRADIÇÕES INERENTES AO PROCESSO DE SUJEIÇÃO/ EXPROPRIAÇÃO/ REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES NO/DO CAMPO	126
5.1	Análise dos agricultores e suas dificuldades.	127
5.2	Estratégias do capital silvicultor para sujeitar a produção no município de Planalto - BA.	145
5.3	Mobilidade do trabalho: subsunção e reprodução para os sujeitos do/no campo.	149
5.4	A exclusão dos postos de trabalho no campo e a inclusão marginal.	154
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
7	REFERÊNCIAS	166
	APÊNDICES	174
	Apêndice A: Questionário	174
	Apêndice B: Entrevista	184

1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista, diante da necessidade da busca crescente da extração do lucro, cria artifícios para submeter todas as formas de organização social à sua lógica. E nesse sentido aumenta as desigualdades.

O capital ao buscar se reproduzir, lança mão de formas complexas de apropriação da renda da terra, seja por meio das horas não pagas ao trabalhador, seja pela expropriação camponesa.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o capital busca monopolizar a produção, desse modo expropria e em sua lógica contraditória, também cria meios para a reprodução camponesa. Situação evidente na expansão do monocultivo do eucalipto que inicialmente busca se desenvolver nas grandes propriedades. Com o passar do tempo esse cultivo necessita de mais espaço para sua reprodução e amortização dos gastos na produção, por meio da compra de matéria-prima barata, momento em que o pequeno e médio produtor é inserido nessa lógica de produção. Para se criar planos de incentivos ao plantio de eucalipto nessas áreas, também se utilizou de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com o intuito de aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

O capital quando monopoliza o território, submete as relações não-capitalistas de produção aos seus interesses de acumulação, a partir da absorção da renda da terra, desse modo, expropria parte dos camponeses locais e ou proletariza parte significativa destes. Outrossim, a crescente utilização de máquinas torna o trabalhador refém do capital, deixando-o sem alternativas e subjugando sua força de trabalho aos desígnios do capital monopolista que, com o processo de reestruturação produtiva altera e introduz novas relações de trabalho, o que enfraquece as lutas de classe, dado o processo de individualização das relações estabelecidas entre capital e trabalho. Nesse sentido, tece-se algumas considerações para que se possa perceber as suas manifestações na produção do eucalipto. Por ser este um segmento que em seu processo produtivo proporciona reformulação econômica e espacial significativa.

O capital desenvolve no sentido de aumentar a produtividade do trabalho. No tocante à produção do eucalipto, observa-se que há um aumento da produtividade desse mesmo trabalho pelos componentes técnicos, mas a quantidade de pessoas empregadas nessa produção diminui com a intensificação do uso de máquinas, robôs,

desse modo o capital torna parte dos trabalhadores supérfluos.

Diante desse contexto, a pesquisa busca analisar a territorialização do capital *versus* trabalho no campo: expansão do eucalipto e o processo de expropriação camponesa no município de Planalto-BA.

A presente pesquisa é uma continuidade, em princípio, dos estudos da graduação desenvolvido entre os anos de 2008 e 2009 com o estudo da política pública do PRONAF no município de Planalto-BA, no qual propusemos analisar as contradições do modo capitalista que se fundamenta por meio da ação do Estado, através das políticas públicas, no território e na vida dos camponeses. Pesquisa essa que possibilitou-me perceber que o PRONAF é uma política pública que não atende às necessidades dos pequenos produtores, posto ser seu objetivo central a inserção subordinada dos sujeitos, inclusive ao capital financeiro.

Diante dos resultados observados na pesquisa citada e por não ter dado conta de discutir novas problemáticas que surgiram no percurso, posteriormente tivemos a oportunidade de na Especialização trazer tais discussões para o entendimento da pesquisadora sobre tal política pública, suas intencionalidades e seus direcionamentos.

A partir desses trabalhos que passamos a observar de modo especial as áreas rurais do município, e que ao longo desses anos não se percebeu melhorias significativas para a população que vive neste e deste espaço, mas o que se vem notando são novas formas de exploração e expropriação dessa população.

Além disso, diante da experiência no campo da Geografia Agrária passamos a perceber um rápido aumento da área plantada com eucalipto no município, o que provocou o desejo de analisar teoricamente o processo de constituição dessa produção. A partir da realidade observada surgiram as seguintes questões:

- De que forma vem se dando o processo de expansão do capital no campo no município de Planalto-BA voltada ao monocultivo do eucalipto e como os camponeses vêm sendo sujeitados nesse processo?
- Em que medida a expansão do eucalipto no município de Planalto articula-se com os interesses do agronegócio mundial?

O espaço rural do município vem sofrendo transformações com a produção do eucalipto, isso faz parte de um contexto mais amplo, todavia tem seus rebatimentos também no Planalto de Conquista em específico na região de Planalto-BA, por conta de características e de incentivos fiscais e creditícios que vão favorecer a expansão

dessa produção.

Esse por ser um processo recente suscita a investigação para este momento porque vem de encontro aos trabalhos que já desenvolvemos na caminhada acadêmica, que bem demonstraram as dificuldades do processo de reprodução camponesa, e que por acreditar que a expansão de monocultivo (*commodities*) ligado ao agronegócio tende a intensificar o processo de conflito no campo, seja por terra ou por trabalho. Uma vez que vai se apropriar das terras, dos recursos, expropriar os camponeses, modificar as relações de trabalho, pois embora ocasione um aumento da produtividade do trabalho, esse processo não configura aumento do número de pessoas empregadas.

Com as novas tecnologias utilizadas na produção é possível reduzir o número de trabalhadores e ao mesmo tempo aumentar a quantidade de matéria-prima, dessa forma, “tem-se um grande aumento de capital constante, isto é, da quantidade de valor dos meios de produção empregados, e uma diminuição da parte variável do capital, investida na força de trabalho” (MARX, p. 367), situação que gera seletividade de mão de obra e o desemprego estrutural.

Portanto, entende-se que esse processo vai intensificar a questão agrária, uma vez que pode provocar novos conflitos. Mas esse processo é parte de uma estratégia de expansão do capital no campo em um contexto de crise estrutural e, portanto, a leitura da relação capital e trabalho fundamentado em Marx e em Mészáros são as bases teóricas para analisar como esse processo está acontecendo em Planalto-BA.

Para compreendermos o espaço de (re) produção do município de Planalto-BA é necessário fazermos um retrospecto no tempo desde sua formação, que está atrelada às investidas do capital produtivo.

A pesquisa pretende também analisar o conflito capital *versus* trabalho, diante da expansão da produção do eucalipto, na qual o Brasil é considerado um dos maiores produtores para a produção de celulose do mundo (10,357 milhões de toneladas métricas de papel). Essa produção se concentra principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Além dessas áreas, desde 1970 o plantio de eucalipto vem sendo cada vez mais encontrando espaço no estado da Bahia, primeiro no Norte, Sul e Extremo Sul, e nos últimos anos vem se expandindo também para a região Sudoeste – é nessa última que se encontra o município de Planalto-BA *lócus* empírico de nossa investigação, o qual vem investindo significativamente no aumento da área plantada. Ressalta-se que pela leitura do método adotado enquanto concepção de mundo,

observar como os processos de expansão do capital se consolidam no município, permite compreender, nessa singularidade, as contradições inerentes ao conflito *capital versus* trabalho.

O propósito de se realizar essa pesquisa sobre a expansão do eucalipto e sua incidência nas localidades rurais do município de Planalto, surgiu da necessidade de verificar a situação dos camponeses que são maioria no município, e não são priorizados pelas políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado, mas sim escamoteados nesse processo, sendo levados em consideração apenas quando o capital encontra nesses alguma forma de reprodução. Desse modo, o Estado atua enquanto representante do capital para ludibriar os camponeses com discursos de modernização do campo.

A produção do eucalipto é um tema discutido por várias áreas de pesquisa, inclusive pela Geografia, também no que se refere à questão ambiental. Apesar disso, destaca-se a necessidade de ressaltá-la para verificar a expansão do capital no campo e seus rebatimentos na produção camponesa, diante das estratégias de sujeitar essas famílias a produzirem, efetivamente, para o mercado, convertendo a renda da terra para o capital. Aponta-se a necessidade de estudar, através da análise geográfica, como a expansão do eucalipto ocorre no município de Planalto- BA, enquanto parte do processo de territorialização do capital silvicultor no campo brasileiro e os conflitos oriundos dos processos de sujeição/expropriação/reprodução dos camponeses.

Sendo papel do geógrafo compreender o processo de produção do espaço geográfico e não apenas descrever um fenômeno isoladamente, a presente proposta de pesquisa busca analisar questões postas pela expansão da produção do eucalipto nas propriedades (inclusive camponesas), e assim compreender as contradições desse processo enquanto estratégia de expansão do capital no campo, bem como a atuação do Estado, e sua repercussão para os camponeses que se reproduzem nessa área, ao se evidenciar, a sujeição de sua produção aos desígnios do mercado ou mesmo a expropriação da terra e sua conversão em trabalhador assalariado, ou disponível para o assalariamento, seja no campo ou na cidade.

A relevância em se realizar uma pesquisa dessa natureza no âmbito científico permitirá compor um material bibliográfico acerca do tema, bem como para temas afins; além de servir à comunidade do município que poderá ter acesso a um trabalho de pesquisa sobre o mesmo por meio de um olhar geográfico.

Por fim a presente pesquisa se justifica por notoriamente ser uma possibilidade

de discutir a situação camponesa diante da inserção da monocultura do eucalipto no município de Planalto-BA, com o objetivo central de revelar as estratégias do capital no âmbito da análise social do local pesquisado. E contribuir para os estudos geográficos, sobretudo aqueles realizados na Geografia Agrária, dada capacidade destas atividades comerciais promoverem alterações significativas nos espaços em que se desenvolvem, e em toda a realidade social, guiado pela compreensão de que o espaço geográfico é produto e condição da sociedade desigual sob a égide do sistema do capital.

Em virtude do exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a expansão do monocultivo do eucalipto no município de Planalto-BA e como este promove o processo de sujeição camponesa ao capital.

Enquanto objetivos específicos, buscamos: compreender a relação entre a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto e os interesses do agronegócio mundial; analisar as estratégias do capital silvicultor para sujeitar a produção camponesa do município de Planalto; verificar qual o papel desempenhado pelo Estado, por meio de políticas públicas, no processo de difusão da produção de eucalipto no município; analisar as contradições inerentes ao processo de sujeição/expropriação/reprodução dos camponeses no referido município. Para alcançar os objetivos da pesquisa que tem por finalidade compreender as contradições oriundas da expansão do monocultivo do eucalipto no município de Planalto-BA e como este promove o processo de sujeição ao capital, essa pesquisa se desenvolve por meio de três etapas: a primeira de levantamento de referencial teórico sobre a expansão do capital no campo e sua investida sobre o trabalho, no caso específico da pesquisa através da análise da produção do eucalipto em nome do desenvolvimento econômico. Esse levantamento se deu por meio de consultas a materiais bibliográficos e documentais sobre a temática, para compreendermos o assunto e o recorte espacial ao qual nos propusemos estudar. Desse modo foram feitas pesquisas em livros, artigos em revistas científicas e jornais, teses, dissertações. Também em textos de *sites* institucionais de órgão da administração pública e privada. Processo que nos deu subsídios para uma melhor compreensão do objeto de estudo. O referencial teórico é fundamental para embasar as reflexões do pesquisador que partirá da compreensão da realidade em busca de uma nova produção do conhecimento.

A segunda etapa consta de pesquisa de campo, envolvendo os diversos sujeitos sociais e instituições envolvidas no processo, essa etapa da pesquisa nos

possibilita, diante das observações e indagações aos sujeitos envolvidos diretamente no processo, obter dados e informações que não conseguimos por meio de outras fontes. Como forma de alcançar as questões expostas pelos problemas nos objetivos foram aplicados (10) questionários aos trabalhadores que realizaram o plantio do eucalipto em algumas áreas do município de Planalto-BA, por acreditar que esses sujeitos contribuiriam para a pesquisa ao relatarem o processo de consolidação desse plantio. Com (10) proprietários das áreas com a cultura do eucalipto, que compreende as grandes, médias e pequenas propriedades, estes foram escolhidos inicialmente de forma aleatória, por meio de visitas à campo e aplicação de formulários, de modo a conhecer a finalidade e os incentivos dessa atividade. Também com (5) proprietários de áreas próximas às de produção do eucalipto, para compreender o porquê de não realizarem a atividade em questão. A exemplo dos trabalhadores responsáveis pelo corte do eucalipto foram aplicados (20) questionários, para buscar conhecer o processo de colheita e as formas de trabalho as quais são expostos pela empresa, já que o eucalipto é o objeto de estudo da pesquisa, e por acreditarmos que esses sujeitos melhor qualificariam esse processo. Foram, ainda, realizadas entrevistas com (15) camponeses moradores das áreas próximas de plantio, com o intuito de saber se esses foram atingidos de alguma maneira pela produção do eucalipto.

Além dos sujeitos acima citados, que estão envolvidos diretamente com a terra, foram entrevistados: o representante de uma das empresas que comprou a produção do eucalipto no município, no caso em questão a Veracel Celulose, para conhecer a política de compra do eucalipto pela mesma e as relações de trabalho estabelecida por ela. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município, com intuito de investigar como é realizado o acompanhamento das propriedades rurais em Planalto-BA e quais as políticas estabelecidas para o meio rural. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com objetivo de conhecer as principais reivindicações dos trabalhadores rurais. Bem como o prefeito do município de Planalto-BA, como forma de investigar as ações de sua gestão no meio rural. E, por sua vez, os gerentes do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, principais instituições responsáveis pelos financiamentos dos créditos rurais no município, a fim de entender como estão estruturados os projetos de financiamento no município. Para que desse modo possa se obter o máximo de informações práticas, para na relação indissociável com a teoria, se possa produzir uma explicação e um conhecimento da realidade concreta.

A terceira etapa consta da análise desses dados para a interpretação e

entendimento do resultado da pesquisa, em que na relação teoria e prática aponta para a compreensão da realidade da expansão do capital sobre o trabalho no município de Planalto-BA, enquanto uma singularidade inserida na totalidade das relações sociais existentes no campo na atualidade.

A pesquisa se estrutura na presente dissertação em cinco seções, além das considerações finais. A primeira seção a qual nos encontramos faz-se uma apresentação da temática, demonstra as circunstâncias que levaram à pesquisa, traçam-se os objetivos e os procedimentos metodológicos utilizados como forma de alcançar as questões propostas nesses.

A seção II, apresenta uma discussão acerca da temática capital *versus* trabalho, com perspectiva de contrapor as relações de produção econômica e espacial. Por entender que produção do espaço pode ser compreendida por meio do trabalho, que no sistema capitalista de produção não é mais apenas condição ontológica, mas principalmente valor de troca para aqueles que possuem os meios de produção. Discorre sobre a expansão do capital financeiro no campo, para que a partir dessa discussão possa analisar a realidade concreta de Planalto-Ba. Nesse sentido também se discute o papel desempenhado pelo Estado por meio das políticas de consolidação do capital no campo, que veem com o discurso da inclusão do meio rural no desenvolvimento, mas que na verdade busca incutir a ideia da produção dos monocultivos como forma de superar o “atraso” do campo, principalmente as áreas camponesas, que até pouco tempo estavam fora do interesse do capital. E demonstra o processo de reestruturação produtiva e seus direcionamentos impostos à produção das monoculturas e, conseqüentemente, aos trabalhadores deste setor, sobretudo em relação ao desemprego e a precarização do trabalho.

A seção III centra em aspectos teóricos acerca das questões referentes ao contexto da expansão do eucalipto no Brasil enquanto interesses do agronegócio mundial, que foi legitimado pela atuação do Estado por meio dos incentivos estatais. E questiona a propriedade fundiária no Brasil e o controle fundiário na produção do eucalipto.

A seção IV levanta a discussão acerca da absorção da renda da terra e o processo de expropriação. Aponta as estratégias do capital silvicultor para sujeitar a produção no município de Planalto, que nesse sentido vem promovendo sua expansão com o discurso da preservação e reconstrução de áreas degradadas e pautado na promessa de geração de emprego e renda, apoiado na pouca

produtividade de algumas áreas e valendo-se dos interesses políticos e econômicos. Aborda-se como essa expansão vem se dando no município e as ações da maior empresa de celulose do Brasil e seus rebatimentos nas relações de trabalho. Além dessas questões, analisam-se as características do processo do plantio do eucalipto em Planalto, ao identificar o perfil dos produtores que estão consolidando esse plantio, as formas de comercialização e os rebatimentos da produção do eucalipto nas atividades rurais pré-existentes no município.

Na seção V, tendo em vista os objetivos da dissertação, a presente seção mostra inicialmente as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador rural de Planalto-BA para se reproduzir, nesse processo se apresenta vulnerável aos interesses do capital. Discute a questão da mobilidade do trabalho para demonstrar como esse processo leva a subsunção e reprodução para os sujeitos do campo, situação em que se torna a única alternativa e não escolha de reprodução da força de trabalho. Ademais, evidencia a baixa capacidade do monocultivo em gerar emprego e o processo de exclusão dos postos de trabalho no campo planaltense e a inclusão marginal do trabalho.

Por fim, foram elaboradas as considerações finais, em que se pretende apontar as principais sínteses realizadas pela pesquisa, buscando contribuir para o entendimento crítico dos processos de expansão do capital sobre o trabalho, que em suas contradições relega aos trabalhadores uma realidade de desefetivação e desumanização, e da necessidade premente de se pensar em sua superação, na direção da emancipação humana.

2 SEÇÃO II CAPITAL VERSUS TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

[...] a produção do espaço não deixa de significar também um deslocamento de contradições que originam as condições de insuficiência do capital em extrair de mais-trabalho. À medida da relação, então, entre trabalho e espaço seria novamente de supressão: trabalho e espaço estão unidos, não de forma auteprodutiva, mas por meio de profundas contradições.

[...] O espaço social é onde o trabalho se encerra, sem jamais o esgotar. Encerrar no sentido de "finalmente se efetivar" e por onde agora se encontra supressão, porque a reprodução inscrita na produção do espaço (como nos indicam Lefebvre), de certa forma, paralisa o sentido da produção do trabalho, mesmo que momentaneamente. Mas a paralisação também acumula no espaço profundas contradições destrutivas. Assim é também em relação ao desenvolvimento do trabalho abstrato, onde profundas contradições já estão acumuladas historicamente, antes de sua efetiva paralisação. O momento é decisivo e, tanto o trabalho, como o espaço, contraditoriamente unidos, apresentam seus limites históricos à reprodução sociometabólica do capital.

Sócrates Menezes (2019).

Para fundamentar a análise nesta seção, apresenta-se uma discussão acerca da temática capital *versus* trabalho. Por entender que produção do espaço pode ser compreendida por meio do trabalho, que no sistema capitalista de produção não é mais apenas condição ontológica, mas principalmente valor de troca para aqueles que possuem os meios de produção. Discorre sobre a expansão do capital financeiro no campo, para que a partir dessa discussão possa analisar a realidade concreta de Planalto-BA. Nesse sentido também se discute o papel desempenhado pelo Estado por meio das políticas de consolidação do capital no campo, que vêm com o discurso da inclusão do meio rural no desenvolvimento, mas que na verdade busca incutir a ideia da produção das monoculturas como forma de superar o "atraso" do campo, principalmente as áreas camponesas, que até pouco tempo estavam fora do interesse do capital. E demonstra o processo de reestruturação produtiva e seus direcionamentos impostos à produção das monoculturas e, conseqüentemente, aos trabalhadores deste setor, sobretudo em relação ao desemprego e a precarização do trabalho.

2.1 A produção desigual do espaço.

Pensar a questão espacial é retomar o processo de apropriação da natureza pelo homem, que se deu inicialmente por meio do trabalho como forma de reprodução da vida. No princípio, a vida humana estava associada ao ritmo da natureza, nesse momento o homem transforma a primeira natureza, que é “a natureza original”, que nada mais é que aquele espaço físico não alterado pela ação humana, em segunda natureza como forma de satisfazer suas necessidades.

O intercâmbio do homem com a natureza é mediado pelo trabalho que este realiza como forma de atender as suas necessidades e as da sociedade. As relações estabelecidas com a natureza pelo homem eram de dependência deste às condições naturais. Buscavam condições favoráveis do meio para sua adaptação, sem lançar mão de técnicas mais elaboradas, de modo rudimentar e sem provocar alterações drásticas a essa natureza. Porém com o processo civilizatório os sujeitos foram aperfeiçoando seus instrumentos de trabalho e passaram a perceber que aquela natureza poderia ser domada, e nesse processo passaram a enxergá-la enquanto fonte de produção de objetos enquanto mercadorias. Processo marcado pela passagem do nomadismo à sedentarização, por meio do domínio de técnicas que possibilitaram aos sujeitos fixarem num determinado espaço.

A relação metabólica homem-natureza que tinha como objetivo a produção como meio de suprir as necessidades dos seres humanos, relação pautada no sistema de primeira ordem “cuja finalidade é a preservação das funções vitais da reprodução individual e social” (ANTUNES, 2002, p. 19), foi substituída pela relação de trabalho abstrato que preservava a produção de valores-de-troca. Dessa forma, a natureza foi sendo constituída enquanto fonte de valor, porém com suas limitações.

No século XVIII os fisiocratas viam a natureza como fonte direta de valor, porém com a formulação de teorias contrárias como a de Adam Smith, a tradição clássica passa a ver a natureza enquanto uma barreira que limitava o desenvolvimento econômico (SMITH, 1988). Diante disso, a sociedade passou a desenvolver técnicas que derrubassem as barreiras consideradas como entrave econômico.

Desse modo, a relação inicial do homem com a natureza se encontra mediada pelo trabalho, e através dessa mediação supera os termos da relação e nos coloca diante de um espaço produzido pela sociedade como ato e ação de produção da própria existência. Neste longo movimento o homem cria-se através de um conjunto de

produções, dentre as quais se situa a produção do espaço. (CARLOS, 2011, p. 40).

Como aponta Lefebvre (1991), o espaço é produto da ação humana sobre a natureza. A sociedade é o próprio espaço, uma vez que este é produzido pelo homem a sua imagem e semelhança, o espaço é o reflexo da sociedade que o produz, ao mesmo tempo em que produz o espaço se reproduz enquanto ser social. Desse modo, o espaço é a expressão dos interesses da classe dominante de acordo com um dado modo de produção (CASTELLS, 1983).

O espaço é socialmente construído por meio de processos de apropriação e transformação. O espaço de modo dialético é produto e produtor das relações sociais, e nesse sentido o homem ao mesmo tempo que produz o espaço se torna reflexo dele.

[...] o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A ideia de que as coisas acontecem "no espaço" não é somente um hábito do pensamento, mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos "no" espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando (SMITH, 1988, p.132).

Por meio da leitura em Marx, há um entendimento que em uma sociedade capitalista, há uma tendência a transformar tudo em mercadoria, e o espaço não foge à regra, pois é visto enquanto meio e objeto de trabalho, e enquanto espaço mercadoria gera lucro. Desse modo há espaços de maior interesse do capital para ampliação dos fluxos econômicos, o que ocasionará supervalorização capitalista de um espaço em detrimento de outros, o que contribui para a ampliação das contradições socioespaciais.

Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista têm levado a produção do espaço a um nível sem precedentes. Mas ele não se tem realizado pela expansão absoluta num dado espaço, mas através da diferenciação interna do espaço global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo (SMITH, 1988, p.136).

Nesse sentido "o capital ao se esforçar para produzir uma paisagem geográfica favorável à sua própria reprodução e subsequente evolução", cria, destrói e recria espaços, pois para ele essa é "perpetuamente instável em razão das várias pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam num mundo de variações

naturais extremamente mutáveis” (HARVEY, 2016, p. 139). Ao mesmo tempo em que busca formas de se adaptar a essas pressões, contribui de modo expressivo em sua formação.

O capital vive em constante busca por espaços que tenham a garantia de uma reprodução de forma mais ampla, desse modo investe em espaços que apresentam estruturas que proporcione seu estabelecimento em determinado espaço, seja relacionada à questão da disponibilidade de força de trabalho, a infraestrutura, a disponibilidade de matéria-prima e ou as facilidades do mercado de circulação. Sendo assim, cria espaços desiguais, vez que áreas que disponibilizam esses aparatos atraem mais investimentos, enquanto áreas desprovidas de tais atrativos não são objeto de interesse desse capital, que muitas vezes as poucas atividades que apresentam perdem ao longo do tempo, por falta de novos investimentos do capital e desvalorização dos que ali foram aplicados, segundo Harvey (2016), na visão de Gunnar Myrdal, esse processo é conhecido como caução circular cumulativa.

A diferenciação do espaço geográfico no último século é um resultado direto da necessidade, inerente ao capital, de imobilizar o capital na paisagem. Não há nada de mal que quinhentos milhões de dólares possam circular ao redor do mundo ao apertar-se um botão, mas têm que vir de algum lugar e se encaminhar para outro. No processo de produção o objetivo de produzir mais-valia, sendo necessário que grandes quantidades de capital produtivo sejam espacialmente imobilizadas por períodos relativamente longos, na forma de fábricas, maquinaria, vias de transporte, armazéns e uma série de melhoramentos. A imobilização espacial do capital desta maneira, ou enquanto capitais nacionais delimitados pelas fronteiras da Nação-Estado, é simultaneamente a produção de um espaço geográfico diferenciado. Na medida em que a mobilidade do capital se iguala ao processo de imobilização, as tendências opostas se verificam, não ao acaso, mas numa diferenciação interna padronizada do espaço mundial. Portanto, à medida em que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre o espaço absoluto e o espaço relativo se introduz cada vez mais na própria economia espacial do capitalismo. (SMITH, 1988, p.136 e 137).

Assim se dá a atuação do capital no sentido das diferenciações espaciais apoiada na dinamização da produção de mercadoria que gera conflitos que, além de se revelarem no modo como o espaço se encontra organizado, também se revelam na contradição capital *versus* trabalho. O capital, na produção do espaço, controla o processo de trabalho realizado pelo trabalhador, de modo que este não consiga almejar outra forma de produção que não transcorra sob a hegemonia do capital.

O trabalhador embora seja responsável pela produção da mercadoria, a ele,

essa é estranha, pois o trabalho na sua condição de também mercadoria deixa de se realizar da forma ontológica que o homem realizava como satisfação de sua necessidade, passa a ser um meio para satisfazer necessidades externas a ele. Esse trabalho deixa de produzir apenas valor de uso, pois o capital não tem intenção de produzir com o intuito de suprir necessidades, mas sim na intenção de gerar lucro.

2.2 A natureza do trabalho e os resultados da crise estrutural do capital.

Tomando como base a perspectiva marxiana do conceito de trabalho, este se configura enquanto um processo que se dá entre homem e natureza, conduzido pela própria ação humana, que é responsável pela mediação, regulação e controle do seu metabolismo com a natureza. Nesse sentido o trabalho tem o papel de mediador na relação homem/natureza, pois ao passo em que o homem age no sentido de modificá-la, o inverso acontece, tem sua natureza transformada.

[...] Na concepção de Marx, o conceito de Trabalho pode ser entendido como aquele ligado a atividade teleológica de transformação da natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, circundante, e a natureza subjetiva do homem. O trabalho constitui o “princípio gerador” do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas de constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. O conceito apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, estes trazem o momento da objetividade de sua produção (GODOY, 2008, p.126).

No processo de sociabilidade humana, o trabalho é categoria central, pois este possibilita ao homem se reproduzir enquanto ser, é a substância do valor. Desse modo:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2008, p.64-65).

O trabalho é inerente ao homem, embora outros animais realizem ações semelhantes a ele, no trabalho humano há uma pré-ideação do produto final, aspecto que o distingue dos demais animais, que embora sejam exemplares construtores como explicita Marx, a exemplo da abelha comparada ao arquiteto e a aranha ao tecelão, no processo não tem noção do que pode vir a produzir. Já o homem “não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo

tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade” (ANTUNES, 2004, p.30). A consciência humana é que possibilita a ele fazer indagações e dar respostas e, desse modo, ser o condutor do processo.

[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas (LUKÁCS, 1968, p.5).

Nesse aspecto, distingue a ação desses seres na natureza, em que enquanto um age transformando-a sem intenções, o outro é movido por objetivos pré-estabelecidos, com noção de como sua ação poderá interferir nessa natureza.

Para se realizar o processo de trabalho o homem se utiliza dos meios e dos objetos de trabalho, em que, de acordo com Marx, o primeiro é considerado “uma coisa que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho é que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (ANTUNES, 2004, p.31). No caso do trabalhador rural, a terra é seu meio de trabalho, meio em que o possibilita se reproduzir socialmente, através dos objetos de trabalho, prepara, planta, obtém o produto agrícola, resultado do trabalho mediado pelo objeto de trabalho.

Na maioria das vezes esse trabalhador rural não dispõe desse meio de trabalho e para sobreviver se vê obrigado a vender sua força de trabalho a “compradores possuidores de terras, máquinas, matérias-primas e meio de vida – coisas essas que, exceto a terra em seu estado bruto são produtos do trabalho” (ANTUNES, 2004, p.69 e 70). Esses trabalhadores são meros “vendedores que nada tem a vender senão sua força de trabalho”. Esse é apenas um exemplo a ser citado, mas poderíamos apontar vários outros que também se procedem desse modo, em diferentes setores de produção.

Assim como a produção, o trabalhador apresenta diferentes valores a depender da função que exerce, pois, “assim como são diferentes os custos de produção de força de trabalho de diferentes qualidades, também são diferentes os valores das forças de trabalho usadas nas diferentes indústrias” (ANTUNES, 2004, p.71). Nesse sentido “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (ANTUNES, 2004, p.71).

Esse valor da força de trabalho encontra-se condicionado à lei da oferta e da procura, já que “depende da procura de trabalho por parte do capitalista e da oferta de trabalho pelos operários” (ANTUNES, 2004, p.95). Aí consiste o interesse do capital na formação do exército de reserva, pois quanto mais força de trabalho dispõe o capitalista, melhor para este ditar as regras do trabalho, enquanto os trabalhadores nessa situação, sem poder de escolha subjugam sua força de trabalho a salários e condições degradantes. Situação evidente principalmente nos países periféricos, nos quais a classe trabalhadora, em sua maioria, não dispõe de atividade alternativa para se reproduzirem de forma independente, por meio de fontes próprias de subsistência.

A precarização da força de trabalho se intensificou principalmente a partir da década de 1970, momento em que o capital passa a demonstrar um quadro de estagnação, motivado pela “queda da taxa de lucros, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais, a crise do *welfare state* ou do Estado de bem-estarsocial e o incremento acentuado das privatizações” (ANTUNES, 1999, p. 29 e 30). Processos que desencadearam uma crise sem precedentes, e que o impulsionou a realizar medidas drásticas, levando a um reordenamento do sistema produtivo e:

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

A reestruturação produtiva foi e é um processo que vem se dando ao longo do tempo de consolidação das estruturas capitalistas, por serem estas instáveis, estão sujeitas a constantes mudanças. Com intensificação a partir da década de 1970 e 1980, momento em que aconteceram modificações significativas na estrutura produtiva, as quais possibilitaram a reestruturação tanto da sociedade como do espaço, ocasionando profundas transformações nas relações de trabalho e nos processos produtivos. Nesse sentido:

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui,

mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento (LECIONE, 1998, p.4).

Diante desse contexto, percebe-se que a reestruturação é um processo que busca sempre renovação de algo e não a sobreposição do velho pelo novo. Como assevera SOJA (1993, p. 194) esse processo “implica fluxos e transições, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança”.

Pode-se afirmar que o processo acima citado é consolidado no momento em que se sente ameaçada a produção e reprodução do capital. Nesse sentido o sistema ao perceber a ineficiência da estrutura vigente, deu-se início ao processo de reestruturação produtiva, de modo a abafar os efeitos daquele momento de fragilidade do sistema e reorganizar as engrenagens, para que dessa forma voltasse a gerar lucros, objetivo central da produção capitalista e garantir a reprodução desse sistema. Mézaros afirma que “esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”, (1998, p. 1), mudanças essas observadas com as medidas estabelecidas pela reestruturação produtiva.

O processo de reestruturação produtiva se deu com maior pujança inicialmente nas indústrias, nas quais houve grandes investimentos em tecnologia, informação, flexibilização na produção. Em busca da compressão dos tempos e espaços, para produzir-se mais em menos tempo, o que garantiu mais lucro.

E para compensar todo investimento realizado, alguns setores sofreram as consequências dessa aplicação de capital, os trabalhadores são exemplos dos que pagaram a conta dos capitais aí investidos. Diante da adoção da produção flexível as empresas necessitaram adquirir novas formas de gestão de força de trabalho, para que essa fosse compatível com as necessidades vigentes do trabalho, na busca de alta produtividade, contudo com qualidade, diante do contexto houve redução dos trabalhadores e seletividade destes.

Esse processo tem gerado uma série de transformações, que tem refletido grandes consequências para o mundo do trabalho, com elevado número de desempregados estruturais e um exército de trabalhadores em condições degradantes.

Muitos foram os setores que sentiram tais intervenções, contudo a classe trabalhadora quem mais foi atingida com tais medidas, vez que com o aumento da produtividade do trabalho impulsionado pelo uso das máquinas, as vagas de trabalho foram reduzidas e agora as empresas passaram a necessitar de menor número de trabalhadores. E enquanto os poucos setores que ainda necessitam de mão de obra significativa, precarizaram as forças de trabalho, já que para os trabalhadores essa era a única alternativa de trabalho. Nesse sentido racionalizou “ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração” (ANTUNES, 1999, p. 37). Desse modo para atender a tais exigências o padrão produtivo foi reestruturado de modo que o trabalhador não mais se via enquanto produtor de uma mercadoria, mas sim de um processo coletivo de produção, em que as tarefas eram decompostas para aumentar a exploração de trabalho ao passo que aumentava a produtividade.

Assim como os demais setores, o campo também sofreu transformações significativas com o processo de reestruturação produtiva, de modo que toda sua estrutura passou por mutações, principalmente no que diz respeito às formas de trabalho desenvolvidas nesse espaço. Esse processo foi observado no campo brasileiro nitidamente com a expropriação do trabalho camponês ao longo dos tempos, com a inserção dos Complexos Agroindustriais, que buscavam produzir cada vez mais, num tempo menor e com baixo efetivo de trabalhadores, de modo que as margens de lucros de suas produções fossem elevadas.

A reestruturação agropecuária brasileira se deu com as inovações químicas e mecânicas, também conhecida como modernização da agricultura. Thomaz Junior acredita que o processo de reestruturação produtiva no Brasil é algo recente.

Considerando a realidade brasileira Thomaz Junior (2004) assinala que é a partir dos anos de 1980 que o país se inicia o processo de reestruturação produtiva, atingindo maior amplitude na década de 1990, quando as inovações técnicas são difundidas pelo circuito produtivo de diversos setores econômicos. [...] Destaca ainda que esse processo de reestruturação produtiva que repercute diretamente sobre o trabalho, produz resultados diferentes para o conjunto dos países e no caso do Brasil destaca a posição subalterna desse. Para compreender a dimensão espacial dessa reestruturação, cabe, portanto, considerar que o capital, ao longo do seu processo de realização, age de forma desigual e combinada, selecionando lugares, de forma diferenciada a fim de que esses assumam um determinado papel da divisão social (internacional) do trabalho (SANTOS, 2009, p.158, 159).

O processo de reestruturação produtiva com a mundialização da agricultura brasileira foi se consolidando ao longo dos tempos. Contudo seus efeitos ficaram mais evidentes quando as inovações tecnológicas abarcaram grande parte dos setores da economia, e trouxeram significativas mudanças para os mesmos, principalmente para o mundo do trabalho.

Entretanto essas inovações não atingiram da mesma forma todas as classes existentes no campo, sendo os produtores mais capitalizados os mais beneficiados, enquanto à classe camponesa desprovida de recursos só restaram os problemas advindos do processo de reestruturação. Diferente do discurso apregoado pelos defensores dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a reestruturação produtiva acompanhada pelas tecnologias, não trouxe somente vantagens para o campo, uma vez que estas estão concentradas nos cultivos de exportação, com utilização de efetivo de trabalhadores cada vez menor, já que a grande utilização de maquinários, insumos agrícolas, plantios com potencial produtivo elevado, exclui postos de trabalho e garante ao agronegócio alcançar uma elevada produtividade.

A reestruturação produtiva do campo trouxe consigo a precarização nas relações de trabalho, pois “as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados” (ANTUNES, 2004, p. 338). No campo parte do efetivo dos trabalhadores foram descartados e substituídos por máquinas, gerando, dessa forma, o desemprego estrutural, sendo o camponês um dos sujeitos mais atingidos nesse processo, pois “Esses são desprovidos dos direitos trabalhistas, e vivem em condições crescentes de alienação do seu trabalho” (SANTOS, 2009, p.156). No campo essa “precarização se expressa na presença do empreiteiro que garante a flexibilização das condições de trabalho” (SANTOS, 2009, p.194). Desse modo:

As Investigações direcionadas para apreendermos os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo, tem nos indicado o conteúdo das ações do capital e do Estado, e os desdobramentos para o trabalho e para a classe trabalhadora: intensificações da mecanização, políticas de desenvolvimento rural em detrimento da Reforma agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.16).

Diante dessa análise são evidenciadas as implicações do processo de

reestruturação produtiva na vida dos camponeses, pois esses são obrigados a subjugar suas forças de trabalho ao capital como forma de sobrevivência e permanência enquanto classe.

A reestruturação produtiva provocou inúmeras transformações no campo, tanto na esfera do trabalho, como no âmbito da produção preexistente nesse espaço. Os avanços na produção mais tecnicizada apresentou-se como um processo seletivo, pois a classe camponesa não alcançou tais avanços na mesma proporção que os médios e grandes proprietários rurais, o que provocou a queda na produtividade e qualidade dos produtos dessa classe, vez que devido aos grandes investimentos tecnológicos implantados nas grandes propriedades, essas passaram a produzir alimentos, aos olhos do mercado capitalista, mais qualificados. Nesse sentido, o camponês que não dispunha de recursos próprios para realizar a produção, impulsionado pela pressão do mercado e viabilizado muitas vezes pelo Estado, passou a produzir o que mercado ditava.

Embora o mercado capitalista valorize a produção mais tecnicizada, o capital necessita da produção camponesa, pois, por meio dessa esse extrai seus lucros, diante da metamorfose da renda da terra.

(...) Isso ocorre porque os camponeses conseguem produzir mercadorias a baixo da taxa média de lucro. Assim, a produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas (FABRINI, 2004, p.12, 13).

Nesse sentido o camponês se faz importante na relação capitalista de produção, na qual seus produtos são vendidos às indústrias ou até mesmo a atravessadores a custos inferiores à sua produção. O capital como forma de monopolizar a produção no campo, cria artifícios para sujeitar a produção camponesa à sua lógica, de modo que o camponês ao se vê sem maiores possibilidades de realizar sua produção subjugada ao capital.

(...) o processo de modernização da agricultura privilegiou o crescimento econômico, em detrimento de mudanças significativas para a maioria da população rural, que poderia redundar num projeto efetivo de desenvolvimento. Veio permeado de contradições e se efetiva na manutenção das grandes propriedades latifundiárias, que impediu o acesso à terra a centenas de camponeses. O viés privilegiado foi o do aumento da produção e da produtividade, que permitisse repercutir num efetivo crescimento econômico – que favoreceu os grandes latifundiários, bem como os empresários capitalistas donos das indústrias produtoras de insumos e maquinarias (SOUZA 2008, p. 258, 259).

Assim se apresenta a reestruturação produtiva no campo, que busca de todo modo a inserção de todas as classes, à sua lógica produtiva, como forma de aumentar a produtividade sem aumentar os gastos com a produção. E o Estado passa a ter um papel fundamental através das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural.

2.2.1 O capital como produtor do espaço planaltense e os efeitos da reestruturação produtiva nesse espaço.

O uso e a ocupação do espaço onde se localiza o município de Planalto, desde o início esteve relacionado a interesses do capital produtivo. E como todos os municípios do Sudoeste da Bahia, Planalto teve sua origem na pecuária extensiva. Como se pôde constatar em relatos históricos sobre a ocupação do Planalto de Conquista, os quais apontam o processo de ocupação do território relacionado às políticas de interiorização implementadas pela coroa portuguesa, processo este aliado a busca do ouro e a introdução da atividade pecuária, que contribuíram para a efetiva fixação de população nessa área.

Podemos considerar o português João Gonçalves da Costa como o precursor da exploração da força de trabalho no sudoeste da Bahia, pois este tinha o papel de explorar o sertão (terras que se encontravam fora da Costa Litorânea) com intuito de aumentar e usufruir ainda mais das riquezas do território brasileiro, que era consolidado pelos sesmeiros, como forma de garantir a ocupação e o uso de todo o território pela coroa portuguesa. Para a consolidação desse projeto era necessário o domínio dos Gentios Bravos (os povos indígenas que habitavam essa região), essa foi a primeira forma de exploração da força de trabalho nessa região, os índios eram capturados nas matas e feitos escravos, o trabalho inicial realizado pelos índios impulsionou a efetiva ocupação sistemática do território e corroborou para implantação do sistema econômico pretendido por Portugal. E para o processo de acumulação primitiva do capital, ainda que não necessariamente por via do assalariamento.

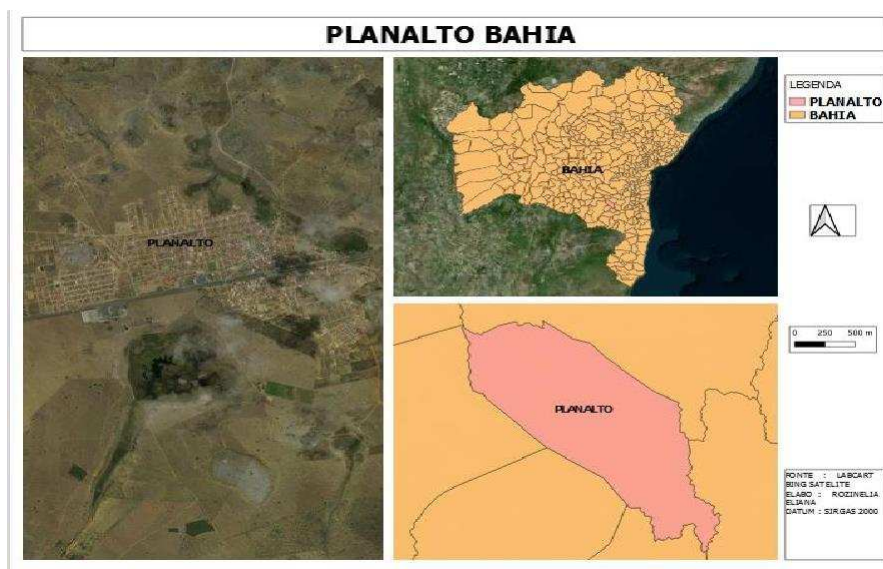
No processo de ocupação territorial, buscava-se atrair os índios para o trabalho ou os expropriavam de suas aldeias, o que na maioria das vezes gerava conflitos, pois havia grande resistência desses povos. Fatos esses confirmados nos escritos do

príncipe Maximiliano Weid Neuweid de 1817, que fez o trajeto de Ilhéus à divisa da Bahia com Minas Gerais, e que além de aspectos físicos da paisagem também descreveu os povos e suas relações com o espaço. Embora o enfoque maior dos escritos sejam para o espaço onde se encontra o município de Vitória da Conquista, tais características eram comuns em toda a região que compreende o Planalto de Conquista. Em uma de suas passagens cita a comunidade do Taquaral pertencente ao município de Planalto, o que se confirma essa assertiva.

Os registros do príncipe Maximiliano proporcionou-nos perceber que assim como nas demais áreas do Planalto da Conquista, a criação de gado, a principal atividade realizada, que até nos dias atuais se faz importante, teve papel relevante na consolidação dos municípios do Sudoeste da Bahia, pois devido à necessidade de mobilização das tropas para encontrar melhores pastagens para o gado e também nas constantes viagens de transporte do gado do Sertão para a capital Salvador. Essas, à medida que iam pousando em áreas para o descanso da boiada e da tropa, acabavam por estabelecer trocas comerciais nesses lugares. Situação que contribuiu para a formação do município de Planalto, que inicialmente servia apenas como ponto de passagem e descanso de comerciantes ambulantes, tropeiros e viajantes. Mas com o crescimento do comércio surgiu a primeira feira e conseqüentemente um aumento dos moradores do Arraial, que teve como primeiro morador senhor José Pereira.

Diante do desenvolvimento do comércio, o arraial foi se estruturando e devido a organização da população essa passou a buscar a emancipação da região. Como forma de responder aos anseios da população, em 5 de abril de 1962 aconteceu a emancipação do Arraial Piripiri, passando a chamar-se Planalto (mapa 1) por estar o município em uma área plana e alta.

Mapa 1- Localização do município de Planalto-BA



Fonte:LABCART. Elaborado por Eliana Vieira/Rosineia

Além da força de trabalho indígena utilizada no município na abertura e consolidação da economia das terras do sertão, os negros se fizeram muito importante nesse processo, pois assim como nas demais regiões, no Planalto da Conquista esses povos foram escravizados e serviram de produtores da riqueza para a coroa portuguesa. Prova disso é a comunidade remanescente de quilombo (Cinzento) que a população diz se orgulhar em ter em seu território. Segundo relatos de moradores do quilombo seus antepassados chegaram a comunidade há mais de 200 anos, antes de se esconderem na Comunidade de Cinzento esses viveram com os índios por um tempo no Poço Escuro que fica no município de Vitória da Conquista. De acordo com a líder comunitária seus avós diziam que seus antepassados eram de Mata do Bananal que hoje em dia é Mata do Vigário, uns vieram do Rio Gavião, outros da Chapada Diamantina.

Em busca de se protegerem dos maus-tratos e exploração dos senhores, esses povos fugiram para a região de Planalto e se estabeleceram em uma área semiárida do município, onde há grandes problemas por conta da escassez de chuvas, nesse sentido, embora se sentissem livres nesse espaço, ainda não era possível se regozijarem com tal situação, pois por muito tempo viveram isolados de todo o resto do município. Somente no mandato do prefeito **Nilton Ferreira dos Santos** (01-02-1973 a 31-01-1977), o 6º prefeito do município, resolveu abrir estradas e dar acessibilidade aos moradores do quilombo, que segundo a representante da associação foram os próprios moradores que ajudaram cortando árvores, roçando etc.

E mesmo com a construção das estradas, o acesso à cidade ainda era difícil, pois não encontravam transporte, poucos eram os que enfrentavam a caminhada, por muito tempo apenas os homens saíam da comunidade, além do problema da distância, havia a questão da não aceitação desse povo por parte da população local.

Devido ao isolamento esse povo pôde cultivar seus deuses e manter viva suas tradições que os tornou referência entre as comunidades reconhecidas como quilombola. Embora o catolicismo esteja imbricado nas celebrações, esses ainda celebram suas missas crioulas, com seus ritos e cânticos (Fotografia 1). Mas ainda padecem com o descaso do poder público, segundo relatos dos moradores, a comunidade tem uma visibilidade apenas no dia 20 de outubro, quando várias instituições se fazem presentes nas manifestações do dia da consciência negra (Fotografia 2) e aplaudem sua cultura. Depois disso os que de fato continuam pensando na luta da superação desse povo são as organizações não governamentais e instituições de ensino, que por meio de pesquisadores vem colaborando com a população.

Fotografia 1- Missa Crioula, Comunidade do Cinzento – Planalto (BA).



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

Fotografia 2- Comemoração ao dia da Consciência Negra– Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

Eles relatam que “se fosse pelos prefeitos daqui a gente nunca que tinha sido reconhecido foi graças a uma professora que veio aqui viu nossa situação e viu que nós tínhamos direito, e que o Brasil tinha uma dívida com nosso povo”. Então, somente em 09 de junho de 2011 foi reconhecida oficialmente como Quilombo pela Fundação Palmares, o que possibilitou a comunidade participar de algumas políticas federais direcionadas aos quilombolas. Mas essas políticas cessaram desde o governo Temer e alegam não terem recebido recurso algum desde esse período.

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelos moradores dessa comunidade que tanto foram explorados e hoje continuam vivendo uma vida de miséria e abandono. Visto que, a infraestrutura é péssima, não há aguadas, como colocou uma moradora entrevistada “tem a barragem ai eles vei limpou mal mal e deixou ai, aqui não tem água pra nada, tem a caixa comunitária”¹. As estradas estão em péssimas condições não há manutenção. A moradora acrescenta “assistência social não tem, qualquer coisa tem que ir pra Planalto, esses dia morreu um morador, foi picada de lacraia, ficou ai e só foi três dias depois pro hospital lá em Planalto, ai não aguentou”².

Essa é a realidade desse povo que tanto foi explorado e que ainda hoje vive com a herança das amarras da escravidão, vivem em áreas secas que não os possibilitam se reproduzirem dignamente, assim como expos a moradora “quando chove a gente planta, quando fica assim a gente vive pela graça”³. Com longos períodos de estiagem, não há possibilidade de utilizar água de poço, uma vez que o nível de sal é grande, segundo os moradores, já cogitaram a possibilidade de fazer a dessalinização, mas até o momento não se concretizou, até mesmo o Projeto Gente de Valor que auxilia os moradores na criação de hortas não foi possível dar continuidade, já que se utilizada da água da chuva para abastecer o reservatório (Fotografia 3). Então parte do ano sobrevivem apenas com a renda do bolsa família e as famílias que têm um aposentado em casa, desse recurso.

¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 20/11/2019.

² *Idem*

³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 20/11/2019.

Fotografia 3 - Área de captação da água para o plantio de horta, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

O município de Planalto está localizado na microrregião de Vitória da Conquista, no estado da Bahia (ver Mapa 1), a 477 km de distância da Capital, abrangendo uma área de 769,000 Km², altitude média de 943 m, situado nas coordenadas geográficas de 14°41'15" de latitude Sul e 40°26'15" de longitude Oeste. Limita-se com os municípios de Poções, Caatiba, Nova Canaã, Barra do Choça, Anagé e Vitória da Conquista. A principal via de acesso ao município é através da Rodovia Rio - Bahia (BR - 116).

O município está dividido em um distritos: Lucaia, além das comunidades rurais de Barra do Rio, Cajazeira, Castiliano, Lagoa de Terto, Boa Vista, Lagoa D'Anta I, Lagoa D'Anta II, Parafuso, Cazuzinha, Cachoeira da Soledade, Serra Grande, Ladeira Grande, Pedra de Amolar, Anta Magra, Diretor, Cinzento, Inácio, Lagoinha do Diretor, Sentido, Brejo Verde, Mocó, Veredinha, Lajinha, Lagoa do Morro, Queimadas de Santa Luzia, Pendanga, Jacó, Queimadas da Mata, Lagoa Nova, Jataí, Capim Duro, Lagoa das Pombas, Vereda Nova, Santa Rita, Riacho de Areia, Formiga, Baixa do Facão, Taquaral, Barriguda, Cedro, Duas Vendas, Entroncamento de Lucaia.

O município possui dois ecossistemas distintos, com características diferenciadas de solo, clima, recursos hídricos e vegetação (Fotografias 4, 5), o que contribui em partes, para que os produtores de uma região apresentem ainda mais dificuldades do que os da outra, devido às condições naturais.

Fotografia 4 - Região da Caatinga, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

Fotografia 5 - Região da Mata, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

O município de Planalto, de acordo com o censo de 2010 possuía uma população de 24.481 habitantes com estimativa de 26.265 habitantes para o ano de 2019, sendo que desse total 39% vive na Zona Rural. Como se pode observar na (Tabela 1) a população rural do município de Planalto/BA, desde o Censo de 1991 já se apresentava menor que a urbana, e ao longo dos anos vem diminuindo. A chegada do café foi um dos determinantes para a alteração na dinâmica populacional do município. Há uma investida do capital sobre o campo planaltense desde a entrada deste cultivo, isso vai exatamente evidenciar a mobilidade do trabalho. A propriedade está concentrando, o campo está se esvaziando, porque os camponeses estão sofrendo expropriação, e ao serem expropriados estão sendo condicionadas à mobilidade do trabalho, o que os levam para as periferias da cidade, mas muitas vezes também continuam trabalhando no campo, ainda que de forma subordinada.

Tabela 1- População Rural e Urbana do município de Planalto (BA), nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

População Total, Rural/Urbana - Município - Planalto – BA										
Pop.	Pop. (1970)	% do Total (1970)	Pop. (1980)	% do Total (1980)	Pop. (1991)	% do Total (1991)	Pop. (2000)	% do Total (2000)	Pop. (2010)	% do Total (2010)
Pop. Total	19.719	100	22.359	100	18.215	100	21.707	100	24.481	100
Pop. Urbana	4.255	21,6	5.985	26,8	9.957	54,66	12.537	57,76	14.869	60,74
Pop. Rural	15.464	78,4	16.374	73,2	8.258	45,34	9.170	42,24	9.612	39,26

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/ IBGE. Elaborado pelo autor.

Até a década de 1970 os produtores do município de Planalto cultivavam principalmente o feijão, o milho e mandioca, com objetivo de suprir as necessidades das famílias, e comercializar o excedente nas feiras livres, parte desses produtores não tinham a posse da terra, cuidava do gado do patrão e em troca vivia nas terras deste, onde realizava sua produção.

Na década de 1970, diante dos problemas que atravessavam a cafeicultura no Brasil as autoridades governamentais traçaram medidas para o aumento da produção cafeeira, e desenvolveu o Plano Nacional de Renovação e Revigoração dos Cafezais (RRC) com o objetivo de ampliar a área de produção de café, com esse intuito o Instituto Brasileiro do Café (IBC) buscou áreas favoráveis à expansão da cafeicultura. Nesse sentido o município de Planalto pertencente ao Planalto da Conquista teve sua região zoneada para o plantio do café. Segundo entrevista com produtores que chegaram ao município com esse cultivo, um técnico da época, conhecido como Ubirajara Fernandes desempenhou papel importante nesse processo, pois foi ele quem buscou ajuda junto ao IBC e a CAT, à Secretaria de Agricultura de São Paulo, e que em resposta a sua solicitação enviou o Doutor Ângelo Pais de Camargo, especialista em zoneamento de café, o qual juntamente com sua equipe definiu as áreas onde poderia ser realizado o plantio do café arábica, e desse modo fez-se uma recomendação e a indicação ao Ministério da Agricultura dessa área como propícia ao desenvolvimento da cultura do café, já que atendia aos requisitos estabelecidos pelo IBC como a altitude e temperatura adequada para o plantio e era área livre de geadas.

Essa ação governamental veio no sentido de expandir as áreas de

territorialização do capital por meio da monopolização do café e como forma de fortalecer a economia cafeeira da região, o Estado criou subsídios para incentivar essa produção, houve um processo de financeirização da cafeicultura planaltense, no qual o capital financeiro via Estado concedeu crédito aos interessados em realizar o plantio do café, o que impulsionou a chegada de muitos produtores em busca de novas áreas para produzir.

Como era uma cultura diferente, pouco conhecida e que não tinha vamos dizer assim, ninguém que tinha vivência nisso, começaram a divulgar isso e começaram a chegar gente, até veio gente do Paraná que já tinha uma certa informação na área, então há uma nova fronteira de café no estado da Bahia, na região de Vitória da Conquista (PR1).⁴

O capital financeiro desempenhou importante função na disseminação do cultivo do café no município, como exposto em entrevista. O gerente do banco foi essencial nesse processo, segundo o entrevistado: “naquela época Seu Lima ele ia às zonas rurais visitar os produtores, fazia reuniões, no dia de feira, chegava lá fazia, explanava, falava da cafeicultura, e começou a fazer cadastro das propriedades de muita gente” (PR3).⁵

Esse contexto foi acompanhado por alterações nas relações estabelecidas entre patrão e empregado, expansão do assalariamento, intensa migração camponesa, camponeses foram expulsos das terras da família, trabalhadores que utilizavam as grandes fazendas como meio de reprodução da vida (meeiros, parceiros, moradores de favor) foram expropriados, passaram a ter como única alternativa a venda de sua força de trabalho e coagidos pelo processo de proletarização.

Primeiramente formaram-se as grandes fazendas onde houve o rápido desenvolvimento do cultivo do café, o que levou para determinados grupos grandes riquezas. Porém por outro lado, sua territorialização passou a expulsar a agricultura camponesa, com o discurso da monocultura do café. Parte dos camponeses que cultivava a lavoura diversificada de autoconsumo e para o pequeno comércio local, foram afastados de suas roças, dirigindo-se para a cidade passando à condição de boia-fria e outros influenciados pelo discurso do Estado, que apresentava interesse na produção de café sujeitaram-se a essa produção em pequena escala.

Inicialmente as grandes fazendas de café que se formaram, absorveu grande

⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/10/2019

⁵ Idem

quantidade de força de trabalho (embora de forma precária), tanto local como sujeitos oriundos das mais diversas regiões, onde não houve o investimento na produção do café.

Embora muitos moradores do campo tenham sido submetidos à proletarização, muitos sujeitos resistiram a esse processo e se mantiveram em suas terras, pois esse plantio ainda que estivesse relacionado às grandes fazendas, também absorveu as pequenas propriedades, o que possibilitou a continuidade da reprodução camponesa. Como forma de permanência na terra e para evitar a completa proletarização as famílias também se permitiam proletarizar-se por um período do ano, o que garantia, ainda que de forma precária a reprodução da família em seu pedaço de chão, pois, com o pouco que ganhava nos períodos da colheita do café nas propriedades de terceiros contribuía para que o camponês se mantivesse na terra em períodos de dificuldades

A pujança cafeeira em Planalto se deu às custas da exploração e precarização da força de trabalho das famílias pobres, que dispunham apenas dessa mercadoria para se reproduzir nessa “selva de pedras”. Essa foi a atividade que proporcionou o maior número de postos de trabalho no município, seja no meio rural ou no urbano.

O café entrou naquela época entre 70 e 72, a lavoura cafeeira cresceu, desenvolveu, no primeiro instante, nos primeiros 6, 8 anos eu acho que foi até prejudicial a receita que era muito grande, naquela época se vendeu o café de 300, 400 de valor a saca, então as pessoas que não tinha costume com a receita da propriedade rural tão grande começaram a fazer tanta coisa, tanta construção, máquinas, coisa que ninguém precisava ter feito nada, bastasse que uma ou duas cooperativas ter feito isso que tivesse um acompanhamento de gestão nos pequenos produtores para ajuda-los a gerenciar (PR5).⁶

Por um período considerável a economia gerada pelo café se fez muito importante para o crescimento da região de Planalto. Contudo com o aumento da área de café sendo plantada em vários lugares do Brasil, e somado a isso, ao crescimento de modo vertiginoso da produção do café em outros países, como colocado em entrevista. O mercado mundial foi inundado por essa produção o que o fez desvalorizar. Embora os entrevistados tenham apontado a questão do aumento da produção mundial do café como um inibidor da continuidade do crescimento da produção em Planalto, considera-se que essas determinações se estabelecem pelo

⁶ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 28/11/2019.

capital, pelo processo de divisão social e territorial. O próprio movimento do capital é que determina sua dinâmica.

Com a queda na venda e produção do café o município perdeu diversos postos de trabalho, tanto no meio rural como no urbano. Esse foi o momento em que a reestruturação foi realmente sentida no município de Planalto, pois o café assim como as demais *commodities* têm agora seu preço regulado pelo mercado internacional, como bem explanou um ex produtor de café:

Então o ponto de equilíbrio entre produção e consumo, isso regula o preço, aí na hora que chega nessas condições o que é importante? Produzir com custo baixo, aumento de produtividade, custo baixo, que é pra você sobreviver do negócio. Se você tem uma lavoura de café hoje com colheita mecanizada, com alta produtividade e com mais agregação de valor na pós colheita, com certeza você ganha dinheiro, más fazer o que nós aprendemos e a única coisa que a gente sabe fazer aqui, é colher a safra, panhou o dinheiro pagou as contas e vai começar tudo de novo, dessa forma a cafeicultura não se sustenta mais (PR1)⁷.

Esse momento foi decisivo para aqueles que tinham na produção do café sua principal renda, os que não buscaram reestruturar a produção tiveram sua produção estagnada. Muitos desses produtores perderam suas propriedades para o banco, já que não conseguiram pagar os empréstimos adquiridos, outros foram diminuindo de tal forma a produção que não tiveram condições de manter o número de trabalhadores que a propriedade empregava. O município que foi área de atração de força de trabalho por um bom tempo, agora passa expulsar até sua própria população que se desloca em busca de oportunidades de emprego.

Haviam fazendas que mantinham cerca de 100 funcionários registrados, mesmo no período da entressafra, e no período da colheita do café girava em torno de 1000 contratos de trabalho direto no meio rural. Além de gerar empregos no campo, a produção cafeeira movimentava o comércio na cidade, vendia-se mais e desse modo mais postos de trabalhos eram criados. Porém com os novos arranjos do capital cafeeiro foi reduzindo esse número e hoje encontra-se propriedades de porteiras fechadas, em busca de compradores, (Fotografia 6).

⁷ Informação verbal pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/11/2019.

Fotografia 6- Fazenda com grande importância no auge do café, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

A cafeicultura se fez importante para o desenvolvimento do município, como diz um produtor de café, “foi muito válida para nossa região, porque nos tirou da condição de meros pecuaristas e nos colocou como agricultores. Através da agricultura muita gente aprendeu técnicas agrícolas” (PR2)⁸. Além do que com o fortalecimento da produção agrícola significou aumento dos postos de trabalho no município, uma vez que este apresentava uma economia basicamente pecuarista, situação confirmada por um trabalhador rural: “eu acho que a agricultura ajuda muito mais economicamente uma região do que a pecuária, pecuária não emprega quase ninguém. Então um cara tem uma fazenda até pode ter 100 cabeças de gado, chega lá tem um vaqueiro e um ajudante” (TR3)⁹.

Com a crise do café no município muitos proprietários passaram a vender, lotear e até construir condomínios rurais (Fotografia 7), em busca de novas formas de lucro com a propriedade.

Fotografia 7- Condomínio de Chácaras, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira, novembro, 2019.

⁸ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/11/2019.

⁹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/12/2019.

Essa atividade que atuou enquanto a mais intensiva empregadora de força de trabalho no campo planaltense, tornou-se também a mais precarizante. O cafeicultor que já se encontrava em crise, devido à queda na venda da produção é surpreendido com novas adequações do Ministério do Trabalho, que exige transporte adequado e equipamentos de segurança para o trabalhador. Com essas novas exigências do MT, o produtor para não aumentar seus gastos com a colheita transfere parte dessa conta aos trabalhadores, pois passa a descontar o valor do material utilizado por eles nas latas de café colhidas. Além disso passa a aumentar a rotatividade da força de trabalho, com intuito de não configurar vínculo empregatício. Com essas medidas o trabalhador que já realizava atividade de modo precarizado, passa a aceitar essa condição como forma de garantir, mesmo que temporariamente esse meio de reprodução social que lhe restava.

A condição do trabalhador veio piorar com o tempo, pois com a intensificação da crise da cafeicultura os produtores que não faliram, buscaram se adequar as novas possibilidades de aumento da produtividade, com a utilização das novas tecnologias de produção e utilização de menor número de trabalho vivo, como forma de diminuir os gastos. Como salienta o produtor “para colher uma saca de café com a máquina eu gasto R\$33,00, enquanto que a colheita a mão o gasto é de R\$173,00” (PR1)¹⁰. Motivo pelo qual os produtores vêm preferindo investir em colheitadeiras mecânicas.

Diante do cenário econômico que se encontra a produção no meio rural planaltense, muitos produtores vêm buscando apostar em novas culturas. O eucalipto tem (embora de forma sutil) transformado a paisagem e a vida daqueles que vivem desses espaços.

O eucalipto apareceu como um segundo momento da reestruturação produtiva no município de Planalto e surge como uma nova possibilidade de espraiamento do capital no campo, diante dos empecilhos que apareceram para a realização da reprodução do capital por meio da produção do café. Alguns acreditam que essa produção pode possibilitar uma reconversão produtiva do município. Esse plantio embora esteja no início já se faz perceber seus efeitos na paisagem e na redução do número de trabalhadores no campo, e vem ocupando espaço na economia municipal.

Na visão de alguns produtores do município o que vai definir o agronegócio agora é a absorção das tecnologias de produção, “ou você sai do negócio ou você

¹⁰ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/11/2019.

quebra”, mas para isso eles colocam que “pra entrar em tecnologia hoje pegar do nada sem capital, precisa hoje de fomento e conhecimento” (PR3)¹¹. E para alimentaresse discurso os bancos vêm na busca de disseminar o crédito rural e seus pacotes tecnológicos.

2.3 Expansão do capital financeiro no campo: uma análise da realidade concreta de Planalto-BA.

A mundialização do capital emerge no contexto da crise de superprodução deflagrada na década de 1970 (Harvey, 2013), e nesse bojo se estabelece como um novo modo de acumulação. Nessa fase o capital financeiro exerce domínio sobre a esfera produtiva. Capital esse que de acordo com Harvey na visão de Hilferding é a unificação do capital industrial, comercial e bancário.

O processo de acumulação do capital passa a sofrer alterações significativas com as transformações do sistema de crédito, pois a “circulação do capital impõe obrigações e cargas adicionais ao sistema monetário, o que só pode ser enfrentado mediante a organização do sistema de crédito como a base para operações financeiras” (HARVEY, 2013, p. 338), esse processo é indispensável para a continuidade da acumulação do capital. E nesse sentido:

Entendido como um todo integrado, o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada. Ele permite a realocação do capital monetário entre as atividades, firmas, setores, regiões e países. Promove a articulação de diversas atividades, uma divisão incipiente do trabalho e uma redução nos tempos de rotação. Facilita a equalização da taxa de lucro e arbitra entre as formas que contribuem para a centralização e descentralização do capital. Ajuda a coordenar as relações entre os fluxos de capitais fixos e capital circulante. A taxa de juros reduz os usos atuais em contraposição às exigências futuras, enquanto formas de capital fictício vinculam os fluxos do capital monetário atual com a antecipação dos frutos futuros do trabalho (HARVEY, 2013, p. 374).

O sistema de crédito atrelado ao capital monetário exerce grande influência na acumulação do capital. Com a aceleração do fluxo de capitais:

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta

¹¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/11/2019

como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível do emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e ao máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de uma organização sindical (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Assim como nos demais setores da economia brasileira, o campo, vem sentindo as pressões da financeirização e mundialização do capital, já que a agricultura tem sido alvo de crescentes investimentos por tal processo.

A crise do sistema capitalista a partir de 1970 forçou o capital entrar em um novo ciclo, que desencadeou o processo de reestruturação produtiva, no qual se buscava uma produção flexibilizada e novas formas de acumulação, o que contribuiu para a financeirização e mundialização da agricultura. Nesse processo para garantir a reprodução ampliada do capital, este se territorializou no campo de modo a controlar a produção, pois já não se tem o controle do que precisa ou quer produzir, mas sim segue-se as regras do mercado e da necessidade de acumulação do capital. Como observado o caso da implantação do monocultivo do café no município de Planalto.

Na visão de Chesnais (1995, p. 19) o capital financeiro tem como alvo “mais a apropriação de riquezas do que sua criação mediante ampliação da produção”.

O capital financeiro busca diferentes formas de controlar a produção agrária, seja por meio de regras impostas principalmente pelo Banco Mundial, FMI e OMC e ou por meio do controle de insumos, defensivos e máquinas agrícolas.

Grandes áreas de terras no Brasil são controladas pelo capital financeiro em que expandem seus negócios com a agricultura capitalista. Uma dessas atividades de grandes investimentos desse capital é o monocultivo do eucalipto para celulose, carvão e madeira. Esse monocultivo chega ao Brasil em busca de novas áreas para suprir a necessidade de grandes indústrias, principalmente de papel e celulose, com o discurso do florestamento/reflorestamento como sendo o objetivo da disseminação dessa cultura no território, mas que na realidade essa é uma forma do capital financeiro expandir sua territorialização e controlar por meio da imposição mesmo que velada, mais espaços, seja em áreas de grandes produtores, médios e até mesmos nas propriedades camponesas. Inserindo esse último no circuito da produção capitalizada para o mercado externo e/ou até mesmo expropriando-o seja de suas terras que é o meio de produção e reprodução dessa classe, seja das oportunidades

de trabalho que o campo disponibiliza, já que é reduzido o número de trabalhadores utilizados no processo de plantio e corte desse monocultivo.

O trabalhador do campo vivencia sucessivas formas de expropriação como foi observado. Dentre essas destaca-se a separação desse produtor de sua terra enquanto meio de subsistência, já que em muitos casos diante das dificuldades no processo da produção agrícola, esse se vê encurralado pelas ofertas do capital monopolista a ceder seu meio de sobrevivência como única saída para superação das dificuldades enfrentadas, principalmente pelo camponês, que nesse processo perde sua independência e passa a ter como solução para sobrevivência unicamente a venda da sua força de trabalho de modo a inseri-lo no processo de proletarização; expropriação do seu modo de produzir, quando são induzidos a adquirir os pacotes tecnológicos e de insumos impostos pelas políticas de financiamento da agricultura; expropriação dos plantios camponeses voltados para a alimentação familiar, que diante do apelo de abastecer o mercado direcionam produções pré-determinadas e que seguido a essa questão tem um distanciamento de sua cultura, pois com a plantação de produtos impostos pelo mercado, diminuiu e em frequentes casos deixa de realizar a produção do milho, do feijão, da mandioca, alimentos que fazem parte do universo camponês e da mesa dos brasileiros.

Com esse processo não mais celebram as farinhadas (que reunia os vizinhos e parentes que compartilhavam dessa produção num sistema de cooperação) e as pamonhadas (nas quais se reuniam como forma de comemorar a colheita do milho) costumes que lhes são renegados. Como esses enfrentam dificuldades na produção, o que conseguem produzir, mesmo que em pouca quantidade, os utiliza para comercializar nas feiras livres do município. Diante desse cenário são raras as famílias que ainda conseguem realizar uma pamonhada, e na maioria das vezes as pessoas que mantêm a tradição de fazer a pamonha no mês de junho são obrigadas a comprar o milho, e não têm mais o mesmo sentido, pois nessa condição essa cultura é mantida apenas para matar a saudade de um alimento consumido em outras épocas, mas não enquanto o sentido real da prática dos tempos pretéritos, em que esse momento era de celebração da fartura.

No que consiste a produção da mandioca no município, por muito tempo essa foi destaque na economia planaltense nas áreas mais secas, com uma produção significativa e acompanhado desse aspecto o investimento pelo Estado nas associações e cooperativas muito contribuíram para o destaque nessa produção, mas

com o tempo as casas de farinha foram sendo sucateadas sem nenhum investimento por parte do poder público, e a então cooperativa que representava esses produtores, a Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia LTDT (COPASSUB)¹², que era a representação dos pequenos produtores, passou a diminuir sua atuação no município, e os produtores intensificaram a venda da produção a atravessadores, o que ocasionou o enfraquecimento da cooperativa. Hoje em dia poucos são os produtores que persistem na produção e transformação da mandioca que comercializam na feira livre.

O Estado cria sistematicamente condições para que o capital financeiro se expanda no território brasileiro por meio de monocultivos, a exemplo do eucalipto, criando situações favoráveis para que empresas se estabeleçam e suguem todas as formas de acumulação possível.

O Estado via instituições financeiras possibilita a entrada do capital financeiro no meio rural, por meio de projetos de viabilidade de cultivos de interesse do mercado. Como colocou o gerente do Banco do Nordeste, os projetos de financiamentos para a agricultura geralmente já são pré-estabelecidos e o tomador de empréstimo, principalmente o médio e pequeno produtor não buscam as instituições financeiras com projeto próprio de plantio para sua propriedade, mas sim na busca de conhecer os projetos estabelecidos para seu município e o que melhor se adequa às suas condições para a tomada do empréstimo para consolidação do plantio.

Segundo o gerente do BN, as atividades têm seu financiamento liberado somente mediante o zoneamento, pois o banco trabalha com demanda de projetos e nesse caso é realizado estudo de viabilidade econômica financeira das atividades propostas, então só assim é avaliado se tais atividades estão zoneadas para aquela região, e em caso positivo o banco atende a solicitação de empréstimo. O gerente coloca que:

Não há um projeto estruturado para cada município, o banco trabalha atendendo as demandas de clientes, por ser um banco público, mas que atende projetos privados com o financiamento de suas atividades.

¹² Os entrevistados levantaram problemas e insatisfações em relação à cooperativa, mas, por mais que esses problemas existam, as determinações para suas sujeições são determinadas pelo próprio capital, pelo mercado, no qual a própria pequena produção acaba sendo cada vez mais envolvida, pois quanto menos eles produzem pior, pois a qualidade é baixa. A cooperativa geralmente tem esse papel de tentar pegar as pequenas produções para barganhar o preço no mercado.

O banco ele não arrisca, chega aqui eu quero plantar morango, não é só assim a gente precisa ver se a atividade tem viabilidade naquele município. Você sabe café não produz em uma determinada altitude, então se chega uma proposta aqui a gente não vai financiar¹³.

A postura assumida pelas instituições financeiras que viabilizam os créditos no meio rural penaliza os pequenos produtores, que embora necessitem de empréstimo para consolidar o plantio para a subsistência da família, como exposto, esse tipo de atividade a eles não oferece viabilidade econômica. Desse modo por falta de alternativa, e por meio de atividades impostas são inseridos no sistema de crédito, o que o torna refém das amarras financeiras passando a produzir não mais para se manter, mas e principalmente para quitar os empréstimos bancários.

A acumulação e reprodução do capital financeiro no campo está ligada a disseminação do agronegócio e o aparato estatal, que possibilita cada vez mais o crescimento e domínio da produção no campo e assegura o desenvolvimento apregoado pelo capital. Ação que bem se percebe na atuação do Estado com a implantação de políticas públicas, tópico que aprofundaremos no próximo ponto.

2.4 O papel desempenhado pelo Estado, por meio das políticas de consolidação do capital no campo.

Na visão de Mászáros (2009) há diversas mediações que estabelece o sociometabolismo do capital que tem como base as relações sociais e a divisão do trabalho. Essas mediações são classificadas pelo autor como sendo de primeira ordem e de segunda ordem, essa última é considerada as:

[...] mediações das mediações voltadas para a produção de valor de troca como o objetivo em si mesmo da produção, no seio do metabolismo social, subvertendo as “mediações de primeira ordem” destinadas à produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas (PERPETUA, 2016, p. 242).

Nas mediações de segunda ordem encontra-se as relações sociais estabelecidas pelo Estado, de modo alienante, já que trabalha no sentido de manter a dominação e exploração da força de trabalho. Essas mediações se relacionam como forma de assegurar o sistema do capital.

¹³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/05/2019.

O Estado por se apresentar enquanto uma engrenagem no processo de reprodução do capital, este legitima a exploração do trabalho, “no sentido mais elementar, o Estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja”(BRAVERMAN, 1974, p. 242).

O Estado enquanto estrutura de comando político, possui a função de assegurar as condições de expansão e acumulação do sistema capitalista, nesse sentido “tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais” (BRAVERMAN, 1974, p. 242). O Estado para Marx, é representante de uma classe, em específico daquela que domina economicamente, dessa forma é ferramenta para a dominação de uma classe sobre outra.

[...] o Estado moderno altamente burocratizado, com toda complexidade do seu maquinário legal e político surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez - na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente (MÉSZAROS, 2009, p.108-109).

Ao passo que garante a ordem sociometabólica do capital, o Estado moderno garante a produção e reprodução do capital, via apropriação e alienação do trabalho. O Estado ao longo da história foi se consolidando como agente protetor dos interesses do capital e importante aliado das classes dominantes. Com o desenvolvimento de novas formas de reprodução do capital e em especial diante da reestruturação produtiva impulsionada pela crise a partir da década de 70, o capital lança mão de novas estratégias de expansão por meio do capital financeiro. Nesse sentido:

O Estado entra em cena na condição de maestro cuja finalidade seja a de aplinar os caminhos do capitalismo, transpondo todo e qualquer obstáculo que venha colocar em xeque a segurança e a certeza de que os investimentos canalizados para determinadas atividades econômicas e direcionados a setores específicos da economia, tenham retorno seguro. O retorno dos investimentos financeiros se materializa em exorbitantes margens de lucro devidamente atingidas e/ou superadas a depender dos mecanismos de coação, controle, exploração e expropriação colocados em execução que penalizam os camponeses, os trabalhadores do campo e da cidade. Marginalizam também os pequenos proprietários dos meios de produção, que ficam

a margem das políticas do governo e não dispõem de capital para competir com os concorrentes nas mesmas condições benévolas proporcionadas pelo Estado a partir das políticas macroeconômicas assim como as políticas setoriais (¹SANTOS, 2009, p.3).

As políticas de crédito são exemplos dessas políticas do Estado, em que o camponês submetido a tais políticas se torna escravo do capital, vez que este é obrigado a entregar boa parte da produção aos credores, que:

(...) não vivem de sua própria atividade, e sim da dos devedores. Quanto maior o poder dos credores, mais a atividade é onerada por custos elevados, que a tornam mais lenta. Assim, todo agente, tomando empréstimos ou não, participa da sustentação dos credores, pois os preços de venda dos produtos incluem uma parcela, maior ou menor, que caberá a eles (CHESNAIS, 1996, *apud* FITOUSSI p.248).

A globalização financeira elevou a capacidade de retenção da mais-valia. Os bancos por meio de empréstimos cada vez mais vêm aumentando seus lucros. “A retenção sobre a mais-valia, tem a forma imediata de uma punção sobre os lucros” (CHESNAIS, 1996, p. 247), da produção agropecuária. Os grandes produtores para não saírem em prejuízo, buscam transferir o peso dessa punção sobre os trabalhadores, que são explorados, de forma que nem o banco e muito menos o grande produtor saia perdendo. Já o camponês ao contrair o empréstimo, funciona unicamente como gerador de lucros financeiros, vez que este perde parte do que produz, primeiro na venda da produção, e depois para o banco, que se apropria do trabalho camponês transformando em capital.

No século XX, mais precisamente no decorrer na década de 1990, o processo de reestruturação produtiva decorrente da crise estrutural do capital alterou drasticamente as relações no mundo do trabalho numa verdadeira materialização da precarização deste. O Estado brasileiro, que até então mantinha uma postura intervencionista em suas políticas, passa a defender um posicionamento desenvolvimentista para o país, se inserindo cada vez mais no cenário internacional e promovendo a manutenção da ampliação do capital nacional/mundial, abrangendo todos os setores da economia: indústria, agricultura, serviços e comércio. Ele passa a ter em suas bases o discurso do capitalismo, o discurso do desenvolvimento, do moderno. Este novo discurso utiliza-se dos espaços que não serviam, até esse contexto, ao sistema do capital de forma direta, nomeando-os como espaços atrasados, não-modernos que impediam os países ditos “subdesenvolvidos” de chegarem ao desenvolvimento (¹SANTOS, 2009, p.5).

É nesse momento que o meio rural passa a ser incluído nos projetos do Estado. E por meio do discurso do desenvolvimento para este espaço, o Estado busca inserir

o camponês na lógica capitalista, dessa forma incentiva a produção voltada ao mercado e em contrapartida, proporciona a inserção do capital financeiro no campo, por meio dos créditos financeiros via políticas públicas, de modo a proporcionar a monopolização das produções no campo pelo capital.

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, o Estado se fez necessário às elites a fim de regular as questões sociais, fruto das novas relações entre o capital e o trabalho e entre estes e o Estado. Surge então um Estado responsável pela formulação das políticas econômicas e sociais e por sua execução (CARVALHO, 2005, p.341).

Nesse contexto emergem as políticas públicas para o campo a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o discurso da erradicação da pobreza rural e combate ao desemprego no campo, de modo que o camponês passe a produzir cada vez mais, sendo assim inserido no novo modelo desenvolvimentista do capital.

O campo passa a sofrer mudanças substanciais nas relações de produção e nas formas de organização existentes até então. O papel do Estado é fundamental, na difusão de uma ideologia de “desenvolvimento” no campo, que considera as grandes propriedades aquelas preparadas para assumir a “dinâmica” imposta à agricultura brasileira, o que, por outro lado, recai, negativamente, sobre as formas de organização tipicamente camponesas, que por não ter as mesmas condições de modernizar-se ou tenderiam a desaparecer ou se subordinariam as grandes empresas-industriais do meio rural (SOUZA, 2008, p.252).

Com o discurso de incluir os camponeses que até então encontravam-se desvinculados desse “Novo Rural” modernizado e tecnificado, as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado vieram induzir mudanças desejadas pelos governos e o capital na agricultura, tendo aí uma respectiva convergência nos interesses dos agricultores mais capitalizados e do Estado, através da disposição de instrumentos que estimulassem a produção, para assim aumentar a exportação como forma de manter “equilibrada” a balança comercial.

A intervenção do Estado no meio rural se dá por meio do planejamento e do desenvolvimento de políticas públicas que visam à transformação do espaço agrário.

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Nessa perspectiva que as políticas públicas se apresentam, como forma de erradicar a pobreza no campo, “com a insígnia do desenvolvimento o Estado tornou-se primaz colaborador/indutor da acumulação capitalista, pois difundiu com eficácia a possibilidade de elevarem-se as condições sociais através do crescimento econômico” (LIMA, CONCEIÇÃO, 2009, p.5). Desse modo buscou introduzir esse pensamento na classe camponesa, como sendo a via econômica (o aumento da produtividade nos moldes do mercado) a única saída para a superação das dificuldades no campo. Contudo por trás desse discurso há interesses escusos na sujeição da produção camponesa ao capital, para assim subjugar a produção no campo e promover a reprodução do capital. Dessa forma o Estado age em conformidade com o capital, camuflando os interesses deste por meio da propagação do desenvolvimento como forma de alcançar as melhorias desejadas no campo.

Assim o capital personalizado pela ação do Estado, se apropria do desenvolvimento, enquanto pressuposto para a elevação de um estado reconhecido como inferior ou não satisfatório, rumo à situação desejada, cuja lógica desse raciocínio, contém a crença numa superação de ordem linear (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Tomando como pressuposto as dificuldades enfrentadas pelos camponeses na produção familiar, o Estado por meio das políticas públicas passa a financiar a modernização da produção como meio dessa superação, com esse intuito induz essa classe a suplantar a produção de modo que abasteça o mercado com a predileção do capital.

Com a introdução das novas tecnologias no meio produtivo, esse se modernizou e passou a estabelecer certo distanciamento com as formas de produzir consideradas pelo capital como “arcaicas”. Nesse sentido o capital busca introduzir uma reestruturação no meio rural, de modo a transformar “seus setores produtivos sua organização social e até sua cultura” (GÓMEZ, 2006, p.29), para que possa se equiparar aos espaços “desenvolvidos”. É ante esse pensamento que as grandes empresas capitalistas vêm pregando o conceito de desenvolvimento, com o discurso que todos têm direito ao mesmo, apoiados na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Nessa declaração, pode-se observar o interesse que há por trás do discurso do desenvolvimento apresentado por ela, principalmente se analisarmos esse desenvolvimento propagado para o meio rural. Não há uma preocupação real com

aqueles que necessitam e que ao longo dos tempos foram expropriados historicamente dos meios de produção. Como exemplo a classe camponesa que vem sendo relegada do direito à terra e aos demais meios de produção, e o Estado que deveria dá suporte a essa classe, optou em favor das classes dominantes (proprietários fundiários e empresas capitalistas) que atuam no campo. Contudo, diante das novas necessidades de expansão do capital, o Estado vem nos últimos tempos com o discurso do desenvolvimento para viabilizar os interesses do capital de se estabelecer no campo e se reproduzir, procurando inserir a produção camponesa nessa lógica. O campo passa a ser visto como um lugar de oportunidade para o capital aumentar seu lucro.

O meio rural é “reabilitado” como lugar dinâmico, susceptível de promover um desenvolvimento de características particulares, porém com possibilidades de integrar-se plenamente, na dinâmica produtiva da sociedade (GÓMEZ 2006 p.31).

É com esse intuito que o Banco Mundial vem destinando recursos, apoiando e financiando os países na criação de políticas públicas de desenvolvimento para o meio rural. E é por meio dessas políticas que o camponês passa a ser inserido no projeto do Estado, como uma classe que também precisa se “desenvolver” e criar assim o “Novo Rural”, inserindo-se na dinâmica mercantil.

A partir de um modelo de grande, média ou pequena propriedade, o campo, nessa visão otimista, se caracterizaria por priorizar a exportação de seus produtos, incorporar os produtores a formas de gestão empresariais, diversificar a produção e os serviços prestados pelas unidades produtivas, enfim, integrar-se de forma profunda, e independentemente do tamanho da propriedade e do volume de produção, ao mercado, ao agronegócio (GÓMEZ 2006 p.31).

As transformações propostas pelo capital para o campo ocorrem, no sentido de anular o atraso rural, na perspectiva de introduzir técnicas modernas de produção e proporcionar uma vida mais compatível com o nível exigido pelo mercado.

Por meio da ação do Estado em conformidade com o capital, vem sendo criados instrumentos como forma de modernizar esse espaço e disseminar o modelo produtivo vigente nos espaços considerados “desenvolvidos”. A princípio esse processo atingiu exclusivamente os grandes produtores que se beneficiaram com os incentivos do Estado, se mostrando de modo seletivo e excludente o que confirma as contradições do capital no campo. Contudo o capital, embora estabeleça relações mais capitalizadas, passa a enxergar no camponês a possibilidade de reprodução, desse

modo apoiado nas políticas públicas de crédito rural busca converter o produtor em pequeno empresário, que possa produzir mais e se agregar a lógica de mercado. Pregando a solução dos problemas no campo, de modo a possibilitar o fim dos problemas enfrentados pelos camponeses, como a pobreza, a falta de terras, dentre outros. Mas na verdade esse é mais um discurso para sujeitar esse produtor ao capital.

As políticas públicas de desenvolvimento são mais uma forma do capital se apropriar do trabalho das famílias camponesas, que na realidade não se beneficiam com esse “desenvolvimento”. E diante da “incapacidade” camponesa de atender as demandas produtivas do capital, o Estado entra em cena com o discurso do fortalecimento da produção camponesa, possibilitando por meio dos empréstimos essa capacitação. Procura difundir as produções que interessam ao mercado e como possibilidade apropriar dos resultados do trabalho camponês, no processo de extração da renda da terra.

O Estado com a promoção de políticas públicas vem com o discurso de proporcionar melhoria nas condições de vida da sociedade sem recursos, no entanto vem desempenhando outro papel, pois sendo este produto das contradições da sociedade composta por classes antagônicas, cumpre a função de representante da classe dominante, portanto atende seus interesses.

O Brasil só instituiu o seu primeiro crédito rural público após a abolição da escravatura, sem continuidade no regime republicano. Até o final da década de 1920, predominaram políticas agrícolas estaduais voltadas a atender aos interesses das elites (BESKOW, 2001).

Em 1965, por meio da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, o setor agropecuário passa a dispor de fundos permanentes de financiamentos, vinculados à utilização de insumos e de equipamentos modernos. Além da política de crédito, em 1973, é instituído o Programa de Seguro Rural - PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), com a finalidade de garantir aos agricultores o acesso aos créditos, assim como são criadas a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), responsáveis pela pesquisa e pela assistência técnica, respectivamente.

Os recursos estatais direcionados à agricultura tiveram uma grande representatividade nas décadas de sessenta e setenta, e estava voltado a atender aos

interesses do capital e dos grandes latifundiários. Isso explica, até certo ponto, a ausência de um projeto político que buscasse maneiras de diminuir o processo de expropriação camponesa, viabilizado através do princípio da propriedade privada da terra *versus* a terra para a reprodução da vida que corresponde à lógica camponesa. A década de oitenta trouxe consigo a crise da dívida externa e um corte considerável nos investimentos direcionados à produção agrícola. Nesse momento, a responsabilidade das políticas de crédito rural foi transferida para instituições de crédito privadas.

Ao longo da história do Brasil o seguimento da agricultura camponesa esteve “excluído” do acesso as políticas públicas, somente com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) e principalmente com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que parte do crédito destinado ao meio rural é direcionado para a agricultura de base familiar (camponesa).

De início foi criado o PROVAP, os financiamentos realizados por este programa eram concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes de sua formulação não existia programa de crédito específico para o seguimento da agricultura familiar no Brasil.

Em 1995, o PROVAP foi reformulado, o que deu origem ao PRONAF, que ganhou importância como principal política pública de apoio ao seguimento da agricultura familiar. O que os levou a formular tal política pública foi a percepção da valorização dessa classe produtora, pois diferentemente do que se pensavam, agora a agricultura familiar passa a ser vista com potencial produtivo maior do que realmente se observava.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em junho de 1996 pelo Governo Federal. Até o ano de 1994 as políticas de crédito rural estavam voltadas para a expansão de determinados cultivos e atividades, como o caso das *commodities* agrícolas, não tendo uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. Esse agricultor disputava o crédito rural com o grande produtor. Com a implantação do PRONAF, de acordo com seus idealizadores buscou-se:

[...] mudar a orientação das políticas públicas brasileiras e fomentar a ampliação do universo de agricultores integrados aos mercados. O programa tem por meta atingir outras categorias historicamente alijadas do acesso a políticas públicas como é o caso de

remanescentes de quilombos, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Foi criado para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais e em resposta à forte pressão dos movimentos sociais no campo, em particular, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), durante a década de 1990. Em 1994, em consequência dessas reivindicações, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), o qual viria a ser a base do PRONAF (FERREIRA, SCHRODER, CALDAS e ANJOS, 2007, p. 02).

Em princípio, o PRONAF foi executado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, depois passou a ser gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quando da criação deste em 1999 e mais especificamente pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

O Programa, de acordo com seus idealizadores, possibilita o acesso ao crédito àqueles que, em condições de mercado, não o obteriam do setor bancário.

O Banco do Brasil é a principal agência implementadora do PRONAF, de acordo com esse os empréstimos são oferecidos com taxa de juros menores que as do mercado. O Ministério da Fazenda cobre a diferença entre o custo real e o juro de empréstimo.

O PRONAF foi implantado no município de Planalto em 2004. De acordo com o gerente do Banco do Nordeste, Agência de Vitória da Conquista, de 2004 até 2008 foram realizadas 1.067 operações no município, com a disponibilização de R\$ 2.276.000,00. Os dados do Banco do Nordeste foram apresentados só até 2008, porque os financiamentos no município ficaram suspensos por um tempo devido ao alto índice de inadimplência. O Banco do Brasil, desde a implantação do PRONAF no município de Planalto até novembro de 2010 já havia cadastrado 1.042 agricultores. Nesse período foram destinados R\$ 2.956.000,00 para o município, R\$ 2.080.000,00 para investimento e R\$ 876.000,00 para custeio. Já de 2011 a 2019 esses números de contratos e valores oscilaram, o Banco do Brasil atendeu 478 famílias via PRONAF e disponibilizou R\$ 12.894.742,00 e Banco do Nordeste de 2010 até maio de 2019 tinha 140 operações contratadas no município. E os principais cultivos e criações financiadas eram, café, mandioca, bovinocultura, reforma de cerca, aves, suínos, cana-de-açúcar.

Além da distribuição do PRONAF por modalidade, o programa da agricultura familiar desenvolveu uma classificação em grupos, que define as formas de investimentos e o público a ser alcançado.

Com a segmentação do público beneficiário do programa, há, hoje, seis grupos distintos de agricultores (as) familiares beneficiários (as) do programa: os (as) agricultores (as) estabilizados (as) economicamente, conhecidos (as) como grupo D; os (as) agricultores (as) com exploração intermediária, mas com bom potencial de resposta produtiva, chamados (as) de grupo C; os(as) agricultores(as) com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção, que compõem o grupo B; e os(as) assentados(as) pelo processo de reforma agrária, chamados de grupo A. As duas novas categorias são o grupo A/C, composto por agricultores(as) oriundos(as) do processo de reforma agrária e que passaram a receber o primeiro crédito após a respectiva emancipação, e o grupo E, composto por agricultores(as) familiares(as) com os mais elevados níveis de renda bruta familiar anual (¹SANTOS, 2009, p.23).

A nenhum dos grupos é permitido que disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, e sendo a estes exigido que “explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; residam na propriedade ou em local próximo; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento” (Manual de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2).

O PRONAF passou por uma série de modificações, visando atender às reivindicações de seu “público-alvo”, bem como aos objetivos dos governos. Devido às mudanças que ocorreram no período entre 1997 e 2002, quanto às linhas de crédito de atuação do PRONAF, como inclusão de silvicultura, remanescentes de quilombos e indígenas, bem como a disponibilidade dos créditos para atividades não-agrícolas.

Com a crescente necessidade do mercado interno e externo por madeira, o governo como forma de atender a demanda do capital cria o PRONAF Floresta que é uma linha de crédito do PRONAF específica para a atividade da Silvicultura. Seu objetivo é sensibilizar os produtores familiares à prática da silvicultura e dos sistemas agroflorestais, localizados em áreas prioritárias do bioma Mata Atlântica, voltado a recuperar áreas de preservação ambiental e estimular o reflorestamento com fins comerciais, visando à geração de emprego e o incremento da renda familiar por meio do uso múltiplo da pequena propriedade rural. O plantio de árvores para fins comerciais visa suprir uma demanda crescente dos diversos mercados consumidores de produtores florestais, como exemplo às serrarias, cerâmicas, olarias, padarias, movelarias, entre outros. (Portal MDA, 2010).

A primeira tentativa oficial de inserção dos pequenos e médios proprietários na

atividade de reflorestamento, com o discurso de inclusão desses no desenvolvimento econômico nacional e de se beneficiarem da monocultura do eucalipto, aconteceu em 1970, quando foi instituído o programa Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais (REPEMIR), que:

[...] foi um programa de financiamento subsidiado ao plantio e não de incentivos fiscais. Os impactos daquele programa sobre a área reflorestada foram bem menores do que os gerados pelo programa de incentivos fiscais. [...] tinha como objetivo fornecer ao pequeno e médio proprietário rural uma fonte de material lenhoso, refletindo positivamente na economia agrícola e nas atividades conservacionistas. (BACHA, 1992, p. 142).

O impacto desse programa foi insignificante em relação ao das políticas de incentivos fiscais destinado aos grandes reflorestadores, tanto pelo fato desse último ter recebido maior volume de recursos, também pelos beneficiados possuíres técnicas e tecnologias mais avançadas, o que proporcionou maior produtividade e conseqüentemente maior visibilidade.

Com o intuito de expandir o agronegócio monocultor, no caso específico a produção do eucalipto, muitas foram as políticas implementadas no campo brasileiro, no sentido de viabilizar tais ações e possibilitar a entrada e estabilização do capital financeiro. Contudo a geração de emprego pela expansão da eucaliptocultura é insignificante, pois mais contribuiu para expropriação de algumas atividades no campo e o aumento da concentração da posse de terra nas áreas dedicadas a monocultura, conforme será visto ao longo desta dissertação.

O Estado por meio das linhas de crédito direcionadas para as atividades rurais de acordo com o enquadramento do produtor que pode variar de Pequeno (PRONAF), Médio (PRONAMP) e Grande (Demais), viabiliza a expansão do capital financeiro no campo levando em consideração apenas a produtividade e a geração de lucros em detrimento da reprodução e permanência dos produtores rurais que vive exclusivamente dessa atividade.

Ao lançar mão de diferentes meios para se consolidar, o capital como um sistema orgânico, tem garantido sua dominação através da submissão do trabalho humano, reduzindo-o a mera condição de mercadoria geradora de mais valia. Como exemplo desse processo podemos citar a terceirização do trabalho, o que discutiremos no ponto seguinte.

2.5 O processo de terceirização e seus efeitos para o trabalhador.

Com a mercantilização do trabalho, o trabalhador está à mercê das regras de mercado, como uma mercadoria. Nesse sentido ao longo dos tempos, vem perdendo seu espaço no mundo do trabalho, e os poucos que são mantidos nessa seara tem seus direitos reduzidos, situação que vem se intensificando e sendo legitimada pelos meios legais atualmente.

A reestruturação produtiva como citada no ponto anterior, veio induzir mudanças indesejáveis no mundo do trabalho, pois ao passo que reestruturou as bases da produção também possibilitou uma flexibilização dessa, já que “a flexibilidade na produção, nas relações de trabalho e na localização das atividades produtivas tem o efeito de desenrijecer as estruturas hierárquicas mais antigas e criar, pelo menos, a aparência de uma ordem significativamente diferente de responsabilidade e controle” (SOJA, 1993 p. 207). Situação que buscou imprimir nos trabalhadores a falsa liberdade de escolha de trabalho.

Em tempos de crise, o sistema capitalista busca diferentes meios para sanar suas perdas. A flexibilização no direito do trabalho é uma das medidas mais recorrentes, principalmente em virtude da crise econômica que levou à reestruturação produtiva e até os dias atuais. Pois, ao flexibilizar as relações trabalhistas, as empresas reduzem custos, aumentam a produtividade e a lucratividade. Dentre os vários instrumentos de flexibilização do trabalho, a terceirização é uma das mais aplicadas, já que é condição para redução dos custos da empresa e em prol do capitalista reduz as garantias trabalhistas, de modo que garanta o lucro.

Sendo a terceirização a possibilidade que a empresa tem de contratar uma outra, que irá recrutar os empregados, os quais prestarão serviço à primeira, à empresa conhecida como tomadora de serviços fica isenta dos encargos trabalhistas, além do que esta passará à pagar bem menos pelos mesmos serviços a ela prestados (MAGANO, 1995).

A terceirização enquanto parte do processo de flexibilização do trabalho surgiu nos Estados Unidos, no período da Segunda Guerra Mundial, momento em que as grandes indústrias estavam envolvidas com a intensa produção e especialização de armas. Direcionou a outras empresas a produção dos demais produtos, no sentido de suprir as necessidades da população. Já no Brasil a terceirização do trabalho como estratégia de gestão organizacional se deu na década de 1950, junto com a chegada

de empresas automobilísticas. Nesse momento, apenas a atividade meio era terceirizada, mas com o passar dos tempos as empresas passaram também a enxergar vantagens econômicas na terceirização de atividades fim.

A espacialização flexível, os sistemas de produção verticalmente desintegrados e o rompimento das hierarquias rígidas têm sido acompanhados por uma mobilidade acelerada do capital, para facilitar a busca de superlucros setoriais (inclusive os obtidos através do barateamento substancial dos custos da mão-de-obra) em qualquer parte do mundo (SOJA, 1993, p.208).

Situação observada no município de Planalto/BA em relação a produção do eucalipto, com a prática da empresa Veracel Celulose, uma vez que esta vem buscando novas formas de adquirir matéria-prima em maior quantidade e a custos mais baixos, para sua produção. Nesse sentido, lança mão do processo de terceirização de boa parte da força de trabalho menos especializada, compra de florestas de eucalipto em pé, alocação de pequenas propriedades para aumento da produção de celulose, já que seus espaços próprios de produção se tornaram insuficientes para sua demanda.

Embora há algum tempo a prática da terceirização de atividade fim venha sendo exercida, no Brasil só a partir de 2017 foram aprovadas leis que a regulamentaram de fato, pois a Lei 6019/74 que tratava desse assunto, disciplinava apenas o trabalho temporário, embora a prática da terceirização indiscriminada já vinha sendo exercida ilegalmente por algumas empresa, somente por meio da regulamentação das Leis nº 13.429/17 e nº 13,467/17 que alteraram e acrescentaram dispositivos à lei anterior que tornou-se possível a terceirização de qualquer tipo de atividade. Como dito, no Brasil, apenas as atividades meio eram permitidas, com o discurso que as empresas precisavam voltar sua atenção mais para atividade principal, como modo de buscar especialização do produto final, os empresários conseguiram a aprovação da liberação da terceirização dessa modalidade em 1990. Contudo, o que se observa que com as novas reivindicações pautadas na Lei 13.429/17 é que o verdadeiro interesse do empresariado era se eximir das obrigações trabalhistas, desvencilhar da responsabilidade direta pelo trabalhador, dentre outros aspectos, pois essa manobra empresarial é uma forma de acumulação do capital via precarização da força de trabalho, medida que deu liberdade para o capital terceirizar sem limites.

O processo de terceirização ganha força a cada dia, ainda mais por ser a sociedade na qual vivemos, regida e orquestrada pelo capital. Até mesmo ministros

do Supremo Tribunal Federal (STF), mais alta instância do poder judiciário brasileiro, tem posicionamento favorável a terceirização irrestrita. Em julgamento de processos de empresas que praticavam a terceirização de atividade fim ilegalmente antes da promulgação da lei número 13.429/17, o ministro José Barroso votou pela liberação da terceirização para atividades fim.

Segundo o relator, a terceirização bem regulamentada e com responsabilidade aquece o mercado de trabalho. “No momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade, é preciso considerar as opções disponíveis, sem preconceitos ideológicos e sem apego a dogmas antigos” (BARROSO, 2018, TV Globo News). Contudo, se analisarmos o mercado de trabalho desde março de 2017, momento em que houve a liberação da terceirização de forma irrestrita, pode-se concluir que tal medida não impulsionou o crescimento da oferta de trabalho e muito menos reduziu o trabalho informal, discurso esse, também defendido pelo empresariado.¹⁴

No mesmo processo julgado, o ministro Luiz Fux se mostrou com o mesmo entendimento, ao dizer que a proibição desse tipo de terceirização prejudica a liberdade dos empresários ao colocar que “essa jurisprudência da justiça do trabalho, ela inviabiliza forma de organização empresarial, afetando liberdade jurídica, liberdade de contratação, livre iniciativa e o próprio princípio da legalidade” (FUX, 2018, TV Globo News). Mas e a liberdade concreta do trabalhador, que sorrateiramente é perdida com regulamentações de leis que buscam viabilizar o aumento da produtividade e do lucro em detrimento de direitos básicos da classe trabalhadora que mesmo sem muitas esperanças se apegava às leis e juristas que ao menos nominalmente estavam para o defender?

Com as colocações dos ministros citados, observa-se que estes que deveriam legislar em causa do trabalhador, para manter vivo o direito deste, na matéria tratada, diante dos discursos proferidos em rede de televisão, legislaram apenas em causa do empresariado, vez que fica clara a preocupação dos mesmos com a situação das

¹⁴ [...] segundo dados do IBGE/PNAD, trimestre março - maio de 2019 o número de desempregados no país era de 11,8%, o equivalente a 12,6 milhões de pessoas. Entretanto, embora aponte um percentual um pouco menor que o trimestre anterior dez. 2018/fev. 2019 que foi de 12,3% atingindo 13 milhões de pessoas, o órgão de pesquisa aponta que na verdade o que ocorreu foi um aumento significativo dos trabalhadores sem carteira assinada, subutilizados e por conta própria, indicando um quadro de precarização do trabalho com recorde da série histórica que se iniciou no ano de 2012. (SOUZA, S. T.; CONCEIÇÃO, A. L. 2019, p. 12).

empresas, não sendo o trabalhador citado em momento algum como motivo de atenção. As instituições que deveriam legislar na busca da garantia da segurança social do trabalhador, se mostram preocupadas unicamente com a liberdade jurídica de empresários. Como bem citou em discurso o juiz Jorge Luiz Souto Maior, em sua cerimônia de posse como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, as leis trabalhistas estão sendo criadas com outras finalidades e não a proteção do trabalhador, ao citar a lei da reforma trabalhista coloca que esta vem:

[...]criando ainda mais obstáculos ao desenvolvimento econômico nacional, para regozijo do capital financeiro internacional. E mesmo do ponto de vista econômico a insistência com a Lei n. 13.467/17 é um grave equívoco, a não ser se tiver como interesse apenas os efeitos imediatos de grandes empresas que se sustentam com capital estrangeiro e comercializam seus produtos em outros países, isso porque a lei, além de diminuir o potencial consumidor dos trabalhadores, ainda gera enormes inseguranças jurídicas (PORTAL CTB, 2018).

A terceirização é um processo perverso, pois traz consigo prejuízos incontáveis ao trabalhador, que já sofre com a flexibilização de direitos trabalhistas, o trabalhador sem opções de escolha é obrigado a se submeter a contratos que em sua maioria não o beneficiam, sofrendo perdas salariais e intensificação da jornada de trabalho. Assim são estabelecidos os novos modelos de contratação, seguindo o formato da política neoliberal, que a tomadora de serviço exige maior eficiência e produtividade, mediante contratação mais barata, com objetivo de aumentar a lucratividade com priorização do capital em detrimento do trabalho.

À luz da teoria, a exploração capitalista aparenta ser um fato claro como o dia. O mesmo se pode afirmar quanto à dominação dos trabalhadores. [...] Na prática, entretanto, sua existência reveste-se de um denso véu mistificador que as invisibiliza e interverte, fazendo-as aparecer ante os próprios seres humanos que trabalham como condição máxima de igualdade e liberdade (PERPETUA, 2016, p. 242).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), os empregados terceirizados possuem remuneração 25% inferior à dos trabalhadores com contratação direta. Além desse fato, a questão dos atrasos salariais é frequente, até mesmo nos contratos do Setor Público, nos quais há inúmeros casos de atrasos no repasse financeiro às empresas prestadoras de serviço, o que faz com que essas atrasem os salários.

Com a aprovação da lei da terceirização de forma irrestrita muitas vem sendo as perdas da classe trabalhadora, conforme o artigo 10 da Lei 13.429/17: “qualquer

que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário”. O que tornou o trabalhador volátil, já que este não possui vínculo empregatício com a empresa a qual dispense sua força de trabalho.

O direito do trabalho, fruto de conquistas do trabalhador, concedeu a este algumas conquistas, embora concessões essas controladas pelo empregador, o direito do trabalho nesse sentido serviu e serve como legitimação da exploração do trabalhador sob o sistema capitalista.

No plano do mercado de trabalho, no qual se estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as formas de inserção, os tipos de contrato, os níveis salariais, as jornadas de trabalho, definidos por legislação ou por negociação, expressam um recrudescimento da mercantilização, no qual o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado. Assim, a terceirização assume centralidade na estratégia patronal, já que as suas diversas modalidades (tais como cooperativas, pejetização, organizações não governamentais, além das redes de subcontratação) concretizam “contratos” ou formas de compra e venda da força de trabalho, nos quais as relações sociais aí estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas ou travestidas em relações interempresas/instituições, além do estabelecimento de contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes e as quase sempre imprevisíveis oscilações de mercado que desestruturam o trabalho, seu tempo e até mesmo a sua sobrevivência (ANTUNES, DRUCK. 2013, p. 219 e 220).

Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador tem sua liberdade autolimitada, já que quem dita as regras de exploração e pagamento dessa mão de obra é o empregador, o primeiro vive apenas uma suposta liberdade.

O sistema estabelecido de mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele, também os ilude com relação às suas motivações como “agentes livre” e também em relação à margem perceptível de suas ações (MÉSZÁROS, 2002, p. 187).

Por seu caráter destrutivo, o capital garante a reprodução social humana não como forma de garantir a estabilidade social, mas sim em busca da sua autovalorização. Desse modo o capital forja uma liberdade ao trabalhador, baseada nesse aspecto, liberta o trabalhador do vínculo empregatício com a empresa na falácia de torná-lo livre para encontrar as melhores possibilidades de trabalho.

[...] o ser humano submetido à condição de trabalhador experimenta uma dupla liberdade: no sentido positivo, está livre de qualquer vínculo

de escravidão ou servidão – fato inspirador de todas as ilusões iluministas sobre a liberdade; no sentido negativo, encontra-se livre igualmente das condições materiais de sua própria reprodução enquanto ser social (PERPETUA, 2016, p. 243).

O trabalhador que já era precarizado, com a terceirização houve a legalização dessa precarização, o que aumentou as possibilidades de extração do mais trabalho. Desse modo, o capital “forja rodas de ferro da madeira de lenha” (MÉSZÁROS, 2002), o sistema do capital em sua própria constituição não é mais do que a perpetuação da injustiça fundamental.

A flexibilização dos direitos sociais, assim, é mais um mecanismo capitalista de manutenção do sistema de exploração e auferição de lucros às empresas e conglomerados econômicos. Flexibiliza-se para a manutenção da mais-valia, para o controle da taxa de lucro. Quanto menos “encargos sociais” tiver o capitalista, quanto menos gastar com o trabalhador, melhor gerencia seus interesses na busca por acumulação de capital (CAMPANA, 2000, p. 139).

A flexibilização e a terceirização são modalidades da intensificação do mais trabalho, que além de atingir o trabalho no espaço urbano, vem sendo implementadas também no espaço rural.

Assim como os demais segmentos econômicos, o agronegócio ávido por ganho de produtividade sempre se mostrou favorável a regulamentação da lei de terceirização da atividade fim da empresa, já que com permissão apenas das atividades meio, este setor esteve excluído do instituto da terceirização. Contudo, a partir de 2017 esse quadro passa a mudar com a aprovação da Lei 13.429/17, momento em que o trabalhador do campo, que historicamente é explorado, passa agora a ter sua exploração regulamentada em lei, uma vez que realizarão atividades voláteis sem segurança trabalhista alguma, pois o empresário do agronegócio com o processo de terceirização se isentará de suas obrigações trabalhistas com este sujeito, e por conseguinte este sofrerá maior redução salarial nessa modalidade de contratação. Embora há tempos:

No campo brasileiro persiste uma forma de precarização e da barbárie que é a peonagem, denominada de “trabalho análogo à escravidão” na legislação brasileira. Essa modalidade de “terceirização ilegal”, pois se faz ao arrepio da lei, e muitas vezes, sob o signo da violência, pressão, e da restrição à liberdade do trabalhador, aparece nos estudos realizados com “trabalho escravo”, “trabalho escravo contemporâneo” ou a denominada por MARTINS (1995) de escravidão temporária (OLIVEIRA, 2016, p.33, 34).

Diante disso constatamos que a escravidão se dá de forma camuflada.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ainda hoje encontra-se trabalhadores em condições análogas à de escravidão¹⁵, situação observada em todo o Brasil, e embora o estado de Minas Gerais tenha sido o campeão nesse tipo de ocorrência em 2018, a quantidade de trabalhadores nessa situação na Bahia registrado no mesmo ano é significativa conforme o Quadro (01) abaixo. Inclusive com destaque para atividade aqui estudada, pois de acordo com o Blog Bahia Notícias, foram encontrados 5 trabalhadores em situação de trabalho escravo em uma plantação de eucalipto na Fazenda Vallas, sendo que apenas três desses eram empregados da empresa e foram resgatados. O número de trabalhadores nessa situação pode ser ainda maior uma vez que apenas se contabiliza aqueles que são considerados empregados da empresa.

Quadro 01 - Trabalho Escravo – Bahia/2018

Municípios	Nome do Conflito	Data da Denúncia	N. Trab. Denúncia	Adol/Crianças	N.Trab. Libertos	Procedência dos Trab.	Tipo de Trabalho
Angical	Fazenda Agropecuária Vallas Ltda	15/04/2018	3		3	SI	Desmatamento
Baixa Grande	Fazenda Santa Paz	30/12/2018	1		1	SI	Pecuária
Entre Rios	Fazenda Riachão	19/10/2018	2		2	SI	Sem informação
Porto Seguro	Fazenda Dois Rios	21/05/2018	39		39	SI	Café
Santa Cruz Cabralia	Fazenda Tucum	19/03/2018	2		2	SI	Pecuária
Subtotal=5			47		47		

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT - 26/02/2019 Elaborador: Eliana Vieira dos Santos (2019).

No quadro geral esse tipo de apreensão vem diminuindo não porque não existam trabalhadores nessa situação, mas sim porque existe todo o desmonte do Ministério do Trabalho, desde o Governo Temer, e sua destruição no Governo Bolsonaro, exatamente para não permitir que essas situações venham à tona. Em contrapartida, pesquisas acadêmicas e mesmo a atuação da CPT vem evidenciando o contrário, não só a prevalência e crescimento dessas relações de trabalho, quanto a sua anuência e legalidade por parte do Estado brasileiro – aliando-se aos interesses das classes proprietárias em extrair mais-trabalho.

Se analisarmos esses números em termos de Brasil (Gráfico 01) é ainda mais

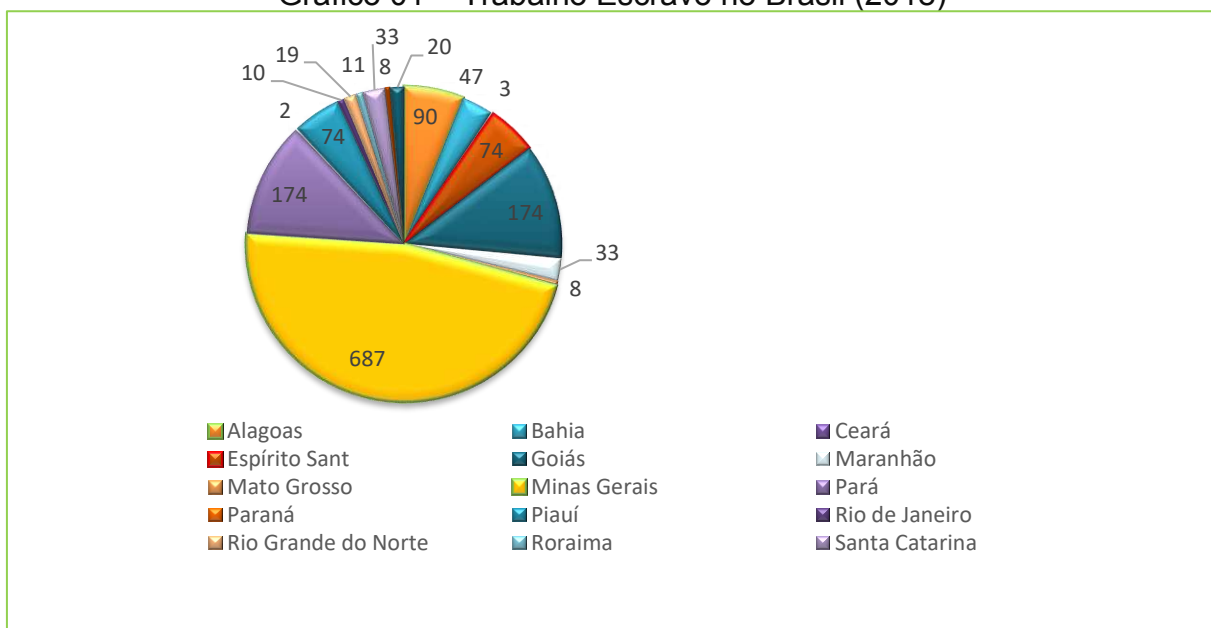
¹⁵ De acordo com dados da CPT de abril de 2018, a "lista suja" do trabalho escravo mostram que o agronegócio continua sendo o setor que mais submete trabalhadores à condição análoga à escravidão, sendo que 16 são donos de fazendas ou madeireiras, um total de 43%.

assustador, pois em plena era digital é inadmissível a ideia de um regime de trabalho tão arcaico. Mas, para o capital esse não é um fato que o descaracteriza, já que quanto mais precarizada for a atividade produtiva, mais o capital absolve o mais trabalho desses sujeitos que por não possuírem outros meios de reprodução se não por meio da troca de sua força de trabalho, sendo ela a que lhe estiver disponível, não tendo esse o direito de escolher a que melhor se adequa a sua vontade.

O Capital se vale das péssimas condições de vida, que grande parte da classe trabalhadora está submetida para intensificar os graus de exploração do trabalho. Daí que se cria um discurso ambíguo por parte da classe dominante, que muitas vezes reflete também no discurso de parte da classe trabalhadora, valorizando apenas o fato que é preciso trabalhar, muito embora, um trabalho bárbaro, cruel, um infortúnio ou uma incontingência para pobres e desprovidos de quaisquer bens, que se iludem com a possibilidade de trabalhar (SOUSA; THOMAZ JUNIOR, 2019, p.4).

No período entre 09/01/2018 a 30/12/2018 foram registadas 1.465 ocorrências de trabalho escravo no Brasil em 86 municípios diferentes, sendo que dessas ocorrências 27 eram adolescentes/crianças e do total de denúncias apenas 945 trabalhadores foram libertados. Por meio do Gráfico 01 percebe-se que Minas Gerais foi o Estado que registrou o maior número de ocorrências de trabalho escravo, dentre essas as principais foram nas atividades de carvoaria, café e pecuária, atividades do agronegócio, que assim só se confirma enquanto atividade que precariza e escraviza o trabalhador, por meio de relação de trabalho degradante.

Gráfico 01 – Trabalho Escravo no Brasil (2018)



O Brasil é um dos países que mais se destaca na produção das monoculturas enquanto instrumento de desenvolvimento econômico, desse modo este setor é o que melhor se pode perceber os resultados da reestruturação produtiva no campo e seus rebatimentos no mundo do trabalho.

A economia brasileira é caracterizada pelas monoculturas desde o período da colonização. Primeiro com a produção de cana-de-açúcar, que inicialmente utilizava-se da força de trabalho escrava, depois com a produção do café. Além dos produtos citados, várias foram as produções de monoculturas desenvolvidas no país, com destaque para a soja, o milho e mais recentemente na produção de árvores para fins de uso industrial em todo país.

Na atualidade, ao se falar de trabalho análogo ao de escravo no Brasil, está se falando efetivamente da profunda degradação que trabalhadores(as) estão submetidos(as), ou da *degradação sistêmica do trabalho* (THOMAZ JUNIOR (2017; 2019). As suas vítimas, embora a maioria de resgatados ainda sejam de afro descendentes, não se caracteriza por ser uma servidão étnico racial, mas essencialmente caracterizada pela pobreza e pela falta de formação formal. Mas o trabalho análogo ao de escravo não se configura pela compra de um ser humano por outro. É, na verdade, uma das expressões da estrutura econômico-social e política da concentração de renda no país, que agrava a exploração do trabalho e as consequências sociais (SOUSA; THOMAZ JUNIOR, 2019, p.7).

O agronegócio é caracterizado pela utilização de grandes extensões de terra, acompanhado de vultosos investimentos em tecnologia, fator que impulsionou a mecanização de parte significativa da produção das monoculturas, com intuito de aumentar a produtividade, e nesse sentido concentrar propriedade fundiária e reduzir a utilização de mão de obra.

A produção de eucalipto se apresentava inicialmente onde as grandes empresas concentravam extensas propriedades para essa produção, contudo por não possuírem capital unicamente nacional tiveram a compra de terras restrita, o que as impulsionaram buscar novas áreas para sua produção.

Embora o Brasil tenha uma legislação flexível ao investimento externo estrangeiro na produção agrícola, em relação a aquisição de terras por estrangeiros há um maior controle por parte do Estado (mesmo que de forma aparente), por ser este “soberano” e buscar manter o controle do território nacional. Devido a este fator, foi instituída a Lei 5.709/71 que “regula a aquisição de imóveis rurais, por estrangeiros residentes no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e

dá outras providencias”.

Essa lei prevê várias restrições para aquisição de terras nacionais por parte de estrangeiros, uma dessas é que segundo o artigo 12 “A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o art. 10. (Lei 709/71)”. Contudo, mesmo diante de tais restrições expressas no artigo citado, há aberturas na lei que na prática acontece de forma diferente, no parágrafo 3º do mesmo artigo diz que “o Presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País” (Lei 709/71).

Desse modo, muitos estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas adquiriram grandes propriedades no Brasil, mesmo diante de todas as restrições explícitas em lei, pois sendo o Estado agente protetor dos interesses do capital e importante aliado das classes dominantes, este com o discurso do desenvolvimento rural, diminui as restrições impostas aos estrangeiros e segundo esse, como forma de viabilizar o investimento produtivo nesse setor. Nesse sentido autoriza e regulariza aquisições e arrendamentos de áreas superiores a determinados limites.

Os investimentos estrangeiros na agricultura brasileira cresceram de forma expressiva desde a implantação do real em 1994. Desde 2000, o capital externo já vem participando intensamente no processo de expansão dos setores sucroalcooleiro e de florestas (papel e celulose). Houve grandes investimentos estrangeiros nas regiões de fronteiras agrícolas produtoras de grãos e algodão, tais como Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins. Além de contribuir para a rápida expansão da oferta brasileira destes produtos, o capital externo tem contribuído para acelerar o processo de construção de um novo padrão de governança nestes setores (HAGE, PEIXOTO, VIEIRA FILHO. 2012, p, 32).

Em outras palavras isso significa que as empresas estrangeiras vêm cada vez mais ganhando espaço na orientação econômica do Brasil, com a imposição da produção de monoculturas para exportação. É exatamente esse tipo de desenvolvimento apregoado pelo Estado, que leva em consideração apenas os interesses externos em detrimento das necessidades locais, já que os maiores investimentos realizados nos últimos tempos são nas monoculturas de grão para exportação e setores sucroalcooleiro e de florestas (principalmente o eucalipto).

Diante da intensificação da procura de terras brasileiras por estrangeiros desde

2008, em agosto de 2010 a Advocacia Geral da União institucionalizou o Parecer LA 01, no qual se destacou a obrigação das empresas nacionais com capital estrangeiro de dever seguir a Lei n. 5.709/71, e ademais, fixou nova interpretação para a referida lei no que corresponde a aquisição de terras por empresas de capital misto. Tais medidas geraram críticas por parte de grandes empresários e interessados.

Conforme Barros e Pessoa (2011), em estudo feito para a Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), estima-se que as restrições do governo decorrentes do Parecer da AGU no LA-01 de 2010 sobre aquisição e arrendamento de terras agrícolas por empresas estrangeiras devem gerar em 2011 e 2012 prejuízos de cerca de US\$ 15 bilhões ao agronegócio, por inibir investimentos estrangeiros na forma de capital de risco private equity (PE) ou Venture capital (VC). Segundo o estudo, o volume de recursos para a aquisição de terras e a implantação da infraestrutura operacional necessária à efetivação desta expansão está estimado em pelo menos R\$ 93,5 bilhões, sem considerar os investimentos agroindustriais (HAGE, PEIXOTO, VIEIRA FILHO. 2012, p. 32 e 33).

Mas afinal, quem perdeu? Foi o Brasil ou os empresários estrangeiros? Todo esse investimento em terras brasileiras é com intuito de desenvolver o país ou simplesmente o país é uma oportunidade dessas empresas de adquirirem mais terras para sua produção a custos mais baixos e em contrapartida ainda se utilizar de força de trabalho mais barata?

Desde o Parecer LA 01 emergiram discussões no tocante a desinstitucionalização deste, primeiro em 2015 por parte da bancada ruralista, que teve o pedido negado pela presidente Dilma Rousseff (PT), de acordo com a Revista Valor Econômico (2015). E posteriormente com indicativos a possível liberação da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil por parte do presidente Michel Temer (MDB), ao apregoar que o capital a ser investido no Brasil busca a produtividade e não a especulação imobiliária.

A destituição da presidente, não por acaso, para colocar Michel Temer à frente da Presidência, contou com forte apelo e apoio da Bancada Ruralista – que controla parte significativa da Câmara e Senado Federal e dos interesses dessa classe em garantir recursos e alianças com o grande capital internacional, obtendo vantagens econômicas que vão rebater, posteriormente no endurecimento das condições de trabalho no campo e das dificuldades de garantias de reprodução camponesa frente a expansão dos projetos do agronegócio e da comoditização.

Diante de pressões populares para frear a aquisição de terras brasileiras por empresas, essas vem buscando estratégias para continuar sua produção sem

maiores prejuízos, seja por meio de manobras ilícitas para aquisição de terras, com a compra da produção do eucalipto de terceiros e ou através do aluguel de terras para realização de tal atividade.

Nessa pesquisa será analisado o processo de expansão do eucalipto, tendo como foco as regiões Sul e Sudeste e que se expande também para a região Sudoeste da Bahia, questão que será discutida na próxima seção desta dissertação.

3 SEÇÃO III A EUCALIPTOCULTURA NA ESTEIRA DO AGRONEGÓCIO.

[...]
 Homem da roça apertado
 Vai morar na cidade
 E trabalha com eucalipto
 Contra sua vontade
 De vez em quando lembra
 Que tinha felicidade
 Num canto chora escondido
 Do sertão sente saudade

Até o vento é diferente
 Mudou a vegetação
 Diz que é reflorestamento
 Mas é uma enganação
 Porque logo cortam tudo
 Pra celulose e carvão
 Deixando a nossa terra
 Uma grande devastação

Por enquanto dão emprego
 Dizendo que vão ajudar
 Não passa muito tempo
 Pra tudo isso acabar
 Deixam tudo destruído
 E saem pra outro lugar
 Fica pra trás a miséria
 E a fome vai se espalhar

Guilherme Jeronimo

(Publicada no "Estórias de Uma Perna Só" N.º 19 - 13.08.2007 - São Luiz do Paraitinga - SP)

Esta seção discute aspectos teóricos acerca das contradições da eucaliptocultura na esteira do agronegócio, a partir do enfoque nas questões referentes ao contexto da expansão do eucalipto no Brasil enquanto interesses do agronegócio mundial, que foi legitimado pela atuação do Estado por meio dos incentivos. E questiona a propriedade fundiária no Brasil e o controle fundiário na produção de monocultura.

3.1 Contexto da expansão do eucalipto no Brasil e seus vetores de expansão.

O eucalipto por apresentar-se como uma espécie de rápido crescimento em países tropicais, as empresas estrangeiras de florestamento/reflorestamento, como forma de diminuir o tempo de rotação do capital, vem fazendo grandes investimentos nesses países, já que possuem excelentes condições edafoclimáticas para alta produtividade. A exemplo do Brasil, que vem sendo foco de expressivos investimentos no setor da silvicultura, uma vez que aqui o ciclo de maturação do eucalipto gira em torno de 6 a 7 anos para a produção de celulose, e em outros países o tempo dessa produção demora cerca de 15 a 20 anos, bem maior que áreas do mundo com clima temperado. O que vem influenciando sua expansão de modo vertiginoso, principalmente no estado da Bahia com o objetivo principal de abastecer as indústrias de papel e celulose.

O eucalipto apareceu na Austrália, e possui cerca de 600 espécies adaptadas a diversas condições de solo e clima. Dessas espécies apenas a *E. urophylla* e *E. deglupta* não são originárias da Austrália. A maioria das espécies de eucalipto adapta-se a condições de baixo conteúdo de nutrientes no solo. As espécies de eucalipto plantadas inicialmente no Brasil foram a *E. Gandis*, *E. Saligna* e *E. Urophylla*. As principais espécies plantadas no Brasil são de origem tropical e subtropical, o que contribui para o rápido crescimento em solo brasileiro.

Não se sabe ao certo o tempo exato da introdução do eucalipto no Brasil, porém, alguns consideram o início do século XX. Há autores como Bacha (2004) que delimita o início dos projetos de reflorestamento com a introdução do eucalipto no Brasil a partir de 1904, com objetivo de fornecer matéria-prima para produção de lenha e dormentes no Estado de São Paulo e mais tarde também para o Centro Sul do país.

De acordo com Bacha (2004) as primeiras mudas de eucalipto foram plantadas no Rio Grande do Sul, em 1868, mesmo ano em que foram plantados exemplares na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

Trabalhos experimentais foram desenvolvidos principalmente entre 1904 e 1909 no Horto de Jundiaí S.P. por Navarro de Andrade, com objetivo de comparar espécies nativas com o eucalipto, essas sementes foram trazidas de Portugal pelo pesquisador, país no qual cursava Agronomia. De acordo com os resultados obtidos o eucalipto se sobressaiu em relação às demais espécies, desse modo o eucalipto foi cada vez mais ganhando espaço, tendo assim o início do plantio em escala comercial

pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Nesse momento inicia-se a busca por regiões ecológicas semelhantes à Austrália.

Inicialmente os cortes do eucalipto no Brasil tinham como objetivo a produção de madeira para diversos usos, desde a lenha para combustíveis das locomotivas, até mourões de cerca e postes margeando ferrovias, fornecimento de madeiramento para a construção das estações e vilas. Desse momento em diante houve grandes investimentos em pesquisas para se obter celulose por meio do eucalipto, o que impulsionou uma maior produção. Além disso, com o intuito de obter celulose do tipo branqueada voltado a produção de papel para escrever, promoveram estudos mais aprofundados e em 1951, a Empresa Leon Fiffer e Cia iniciou pesquisas que resultaram na obtenção da celulose de eucalipto.

Até 1966 foram plantados 470 mil hectares de eucalipto em todo o Brasil, nesse mesmo ano, o governo criou o programa de incentivos fiscais, a Lei n.º 5.106, de 2/9/66. Essa lei de incentivos fiscais para o reflorestamento:

[...] abriu um novo tipo de investimento em propriedades rurais, permitindo a redução do imposto de renda. Assim é que as pessoas físicas podem abater de sua renda bruta todas as importâncias aplicadas em florestamento ou reflorestamento no ano base, desde que o referido abatimento não exceda 50% da renda bruta total. As pessoas jurídicas podem descontar até 50% do valor do imposto de renda que irão pagar, desde que comprovem ter aplicado importância equivalente no florestamento ou reflorestamento. Para os efeitos do abatimento, entende-se como despesa de reflorestamento e florestamento as importâncias que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte, ou mediante a contratação de serviços de terceiros. (LACOMB, 1969, p. 113, 114).

Como a elaboração de projeto técnico, preparo das terras, aquisição de sementes, plantio, administração de viveiros e florestas, abertura e conservação de caminhos e serviços. O autor considera este e outros incentivos fiscais da época como um dirigismo econômico, que segundo ele são:

[...] aquelas medidas de política tributária que pretendem, exclusiva ou preferencialmente, favorecer ou prejudicar, mediante a imposição e por motivos meta-econômicos (políticos, sociais, militares), a determinados grupos econômicos (fazendas públicas, empresas, etc.), determinados setores da produção e do consumo, determinadas formas de formação de capital ou de inversão do mesmo. Na falta de uma concepção geral, uma das características do dirigismo é o seu caráter fragmentário. O intervencionismo fiscal se caracteriza por operar na economia global do país e por perseguir de um modo sistemático certas medidas de caráter geral. Visa a alto nível de emprego, diminuição das diferenças de renda individual. (LACOMB, 1969, 109. 110).

O governo ao priorizar setores em detrimento do desenvolvimento econômico global, levando em consideração apenas um planejamento setorial, contribuiu para intensificar o plantio de eucalipto em várias regiões do país, o que levou a evolução da silvicultura no Brasil. Esses incentivos duraram até 1988 e levou a um aumento do interesse empresarial no setor florestal, proporcionando significativa expansão da área florestada/reflorestada que apresentava objetivo de garantir matéria prima com preços menos elevados para as indústrias brasileiras.

Além dos incentivos, o Estado facilitou a aquisição de terras públicas consideradas pelos reflorestadores como não agricultáveis, por meio da facilitação da apropriação ou compra dessas terras, por preços irrisórios (simbólicos), o que contribuiu ainda mais para a formação dos grandes latifúndios brasileiros, que se utilizavam dessas terras muitas vezes apenas enquanto reserva de valor.

Logo depois de 1970 o governo reformulou os modos de concessões de incentivos fiscais, de acordo com ele para eliminar as distorções geradas em sua aplicação. Desse modo, criou o Fiset (Fundo de Investimento Setorial) que cobria as demandas de investimento nos setores de pesca, turismo e florestamento/reflorestamento. O que também contribuiu para demonstrar o interesse do governo em organizar os investimentos no setor. Foi o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) com o objetivo de formular uma política florestal e a garantir o seu desenvolvimento no país, (órgão integrante do desenvolvimento no país, integrava o Ministério da Agricultura, era o órgão que fazia a gestão florestal no ambiente federal), que a partir de 1974 passou a exigir tamanho mínimo, de 1.000 ha de terra para aprovação de novos projetos de reflorestamento. Contudo, com essa medida, o governo demonstra a quem realmente pretende beneficiar com tais incentivos. Os interesses das empresas privadas em detrimento dos pequenos produtores, que inicialmente eram vistos como peça importante na disseminação da monocultura do eucalipto, mas que com a autossuficiências dos grandes produtores esses não se faziam mais necessários.

Nesse momento, institutos foram criados, universidades buscaram criar setores específicos de pesquisa sobre o eucalipto, todos esses esforços serviam como base para que o setor obtivesse aumento significativo na produtividade dos plantios comerciais.

Na década de 1980 a empresa Aracruz dominou a técnica de produção vegetativa do eucalipto, por meio de Plantio Clonais, conciliando o melhoramentogenético e adubações diferenciadas.

A partir da década de 1990 as empresas passaram a produzir a madeira de eucalipto para outras finalidades, principalmente serraria. O eucalipto tornou-se a principal matéria-prima dos mais diversos setores industriais de base florestal.

O plantio do eucalipto conta com empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principal órgão fomentador de sua implantação e expansão. O governo federal ao destinar verbas para o setor de papel e celulose, não leva em consideração a melhoria das comunidades ligadas ao empreendimento, mas em detrimento desta, considera apenas a geração de divisas.

Por muitos anos essa contrapartida do governo para as empresas de reflorestamento foi interessante, porém os cofres públicos não suportaram por muito tempo o dispêndio de grandes parcelas de recursos para sustentar os incentivos fiscais concedidos pelo governo em 1966. Doravante, as empresas que faziam uso de matéria-prima florestal, com o fim das políticas de incentivos fiscais do governo, passam, mais uma vez, a investirem em pequenas e médias propriedades rurais, com o intuito de amortizar os custos da produção industrial por meio de matérias-primas mais baratas, situação que vem ocorrendo no sudoeste da Bahia. Desse modo, buscaram criar planos de incentivos ao reflorestamento nessas áreas, também investiram em pesquisa e desenvolvimento tecnológico com o intuito de aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

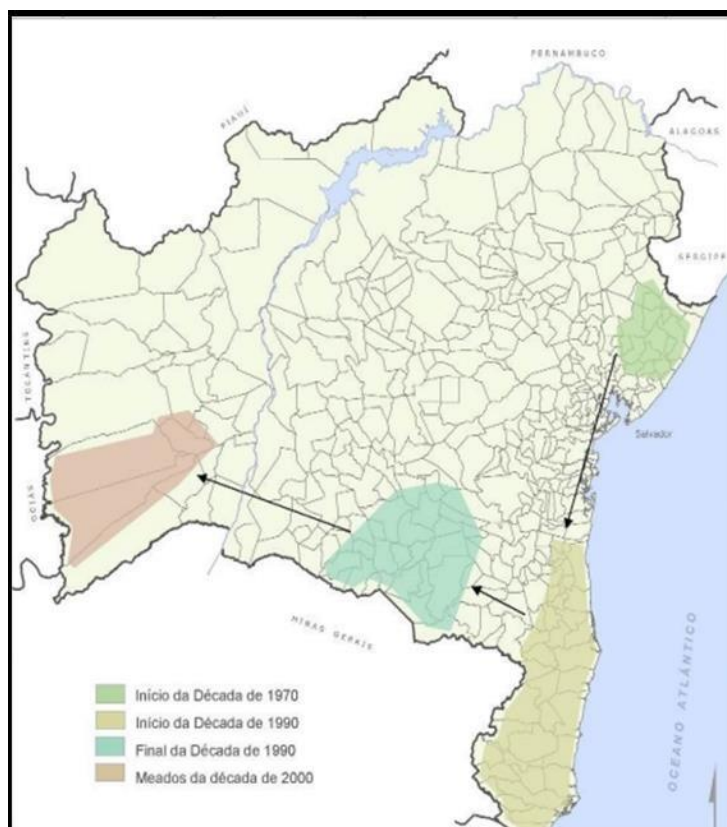
Nesse período empresas não resistiram e faliram, mas, por outro lado, as que se sustentaram, reorganizaram-se e expandiram-se para outras regiões do país, como veremos no próximo ponto em que se tece sobre esse processo no estado da Bahia.

3.1.1 O eucalipto no estado da Bahia.

Não diferente dos demais lugares do Brasil, a expansão do eucalipto na Bahia (Figura 1), se deu a partir da busca do mercado de papel e celulose, por novas áreas de produção. Desse modo em 1979, com a criação da Odebrecht Perfurações e a criação do Polo Petroquímico de Camaçari, passaram a ocorrer investimentos grandiosos na produção de papel e celulose na região do Litoral Norte baiano. Também nesse sentido, o Estado brasileiro passa a buscar a viabilização e a

expansão dessa produção por meio da construção da BR 101, que liga Vitória do Espírito Santo e à Salvador. O aperfeiçoamento dessa malha viária pensado para atender aos interesses do capital, impulsionou a chegada dessa produção para o Sul e Extremo Sul da Bahia. Com facilidade na acessibilidade para o escoamento da produção da monocultura do eucalipto, as empresas aí estabelecidas veem a possibilidade de expandir ainda mais suas produções. Com isso a região do Sudoeste da Bahia torna-se alvo das empresas do ramo florestal. E nos anos 2000 esse plantio também chega à região do Oeste baiano.

Figura 1 – Expansão da Eucaliptocultura no Estado da Bahia (1970-2000).



Fonte: Cadernos do CEAS, 2016.

Assim, como no início da chegada da monocultura do eucalipto no Brasil, no Sudoeste da Bahia esses produtores também encontram incentivos do governo e apoio das instituições de ensino público, a exemplo da EMBRAPA e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)¹⁶, esta última que por meio de três simpósios

¹⁶ Universidade Pública também pode ser funcional ao capital, quando implanta o curso de Engenharia Florestal para atender essa demanda do capital, assim como outrora implantou o curso de Agronomia – com estudos voltados especificamente para o café – em consonância a expansão dessa *comoditie* no Sudoeste da Bahia.

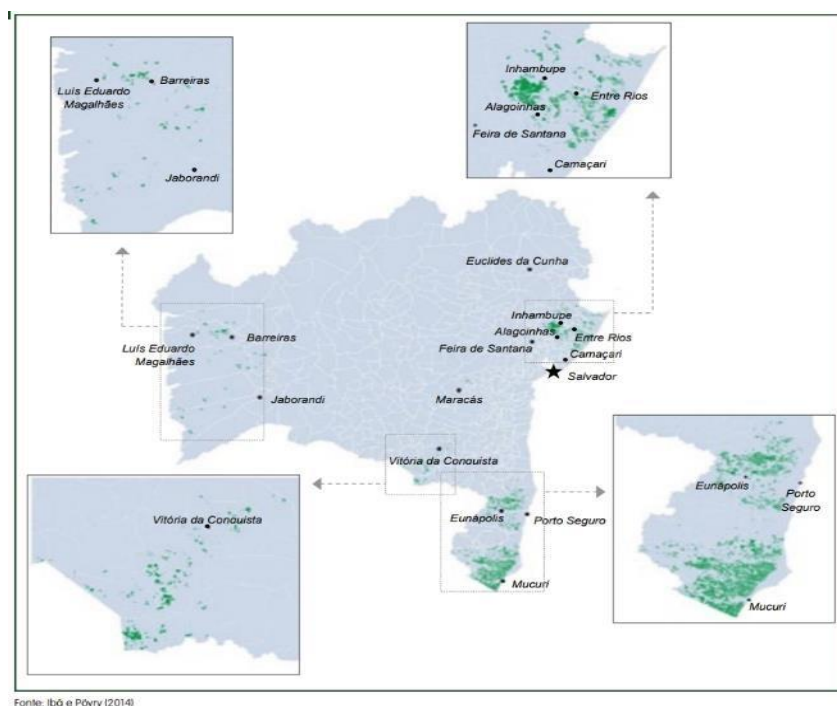
que aconteceram nos anos de 1992, 2005 e 2007, buscou disseminar o agronegócio florestal e, conseqüentemente, a implantação da produção do eucalipto. Tendo o último como tema Reflorestamento do Sudoeste da Bahia “plantando soluções”. Mas a final de contas, soluções para quem? Para a população da região que ainda sofre com as conseqüências da monocultura do café, que desapropriou muitos e até expulsou do campo, atualmente alguns encontram-se na miséria sem terra para se reproduzirem, outros foram obrigados a proletarizarem.

Com a crise da produção cafeeira, o capital vê o reflorestamento enquanto uma nova fase de investimento do capital agrário nessa região, por meio do monocultivo do eucalipto.

No Planalto da Conquista, o eucalipto, diferentemente do Sul e Extremo Sul da Bahia, serviu até os últimos anos para fornecer carvão para o Norte de Minas Gerais, lenha para a produção de cerâmicas e madeira tratada para atividades agrícolas, industriais e da construção civil. Contudo, nos últimos anos o direcionamento da produção de eucalipto dessa região vem servindo também e principalmente para o abastecimento de grandes empresas de papel e celulose.

De acordo com o relatório da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF (2015) a área de plantio florestal na Bahia foi de 671 mil hectares (Figura 2), o que demonstra um crescimento a cada ano, pois em relação a 2014 houve um aumento de 6,3%, com destaque para a produção de eucalipto com 94%. A Bahia vem se destacando na produção de eucalipto no Brasil, encontra-se atrás apenas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, e da área total (7.736.171ha) do país com plantação de florestas a Bahia ocupa 8,7%.

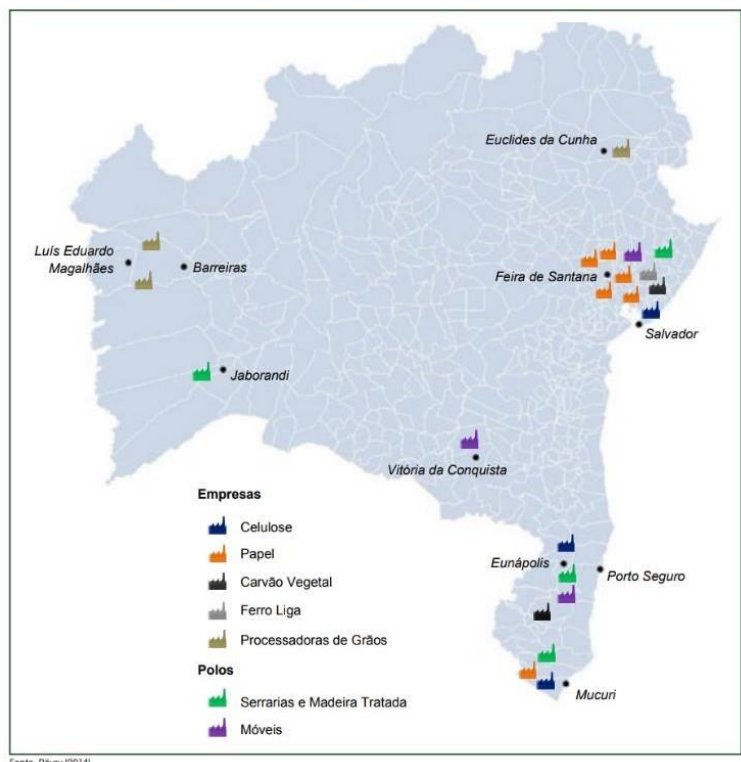
Figura 2: Distribuição Geográfica das áreas de plantios florestais na Bahia, 2014.



Fonte: Poyry, 2014.

O que se observa é que embora a maior concentração da plantação de florestas exóticas (eucalipto) ainda esteja no Extremo Sul da Bahia, essa produção vem se expandindo também de forma expressiva nas demais regiões, inclusive no Sudoeste do estado. Essas regiões se destacam na produção de celulose para papel, lenha para processamento de grãos, carvão vegetal e madeiras tratadas. Não basta ao capital implementar a produção, é preciso se criar toda uma estrutura de transformação dessa matéria-prima, que também é viabilizada pelo Estado, a exemplo das indústrias de base florestal na Bahia, seguindo a trilha da plantação desse produto, conforme demonstra a (Figura 3).

Figura 3: Distribuição Geográfica das indústrias de base florestal da Bahia, 2014.



Fonte: Poyry, 2014.

De acordo com Poyry (2014), a área de floresta plantada na Bahia para produção industrial corresponde a 671.307 (ha) sendo que apenas 1% corresponde ao plantio de pinos e 5% ao plantio de outros gêneros florestais. Já a plantação de eucalipto lidera com 94% de ocupação de área de floresta plantada em todo o estado. Os produtos de base florestal apresentam grande importância nas exportações do Estado, já que dentre esses exportados no estado, os de base florestal está em primeiro lugar, totalizando US\$ 1,67 bilhões, sendo que o setor florestal baiano é responsável por 17,9% da balança comercial brasileira, o que confirma o crescimento dessa produção.

Esse cultivo surge na Bahia com o discurso do desenvolvimento para as áreas nas quais se instala, sob alegação de geração de emprego e renda. Mas que na verdade leva em si relações conflitivas, diante da alta concentração e apropriação de terras para o plantio, expropriação e precarização do trabalho camponês, o que vem aprofundando as desigualdades no campo.

As contradições do processo de disseminação da produção florestal enquanto um impulsionador da questão econômica no Brasil vem mostrar os interesses da classe detentora dos meios de produção com a expansão da produção do eucalipto. Assunto que será tratado na próxima subseção.

3.2 Estado/Capital e Trabalho na expansão do eucalipto.

Desde a chamada “Revolução Verde”, a agricultura brasileira passa pelo processo de modernização, o que a levou a adequação aos interesses das classes detentoras dos meios de produção para alcançar a alta produtividade imposta por esse processo. Nesse momento houve uma grande aquisição de tratores, máquinas, colheitadeiras, sementes híbridas, mudas clonadas, fertilizantes de origem sintética, etc., de uma série de elementos para fomentar a atividade no campo e elevar a produtividade. O que beneficiou uma minoria (as classes proprietárias – inclusive da terra), em contrapartida ocasionou a expulsão de grande quantidade de trabalhadores do campo, já que com o fortalecimento das monoculturas passaram a utilizarem as novas técnicas de produção e seus insumos.

Em relação a produção do eucalipto essa se efetiva sobretudo em extensas áreas, e no processo de produção, as atividades desenvolvidas são realizadas quase que em sua totalidade mediante o uso de máquina, o que possibilita uma maior produtividade tanto da terra, quanto do trabalho que é intensificado com a utilização desses equipamentos tecnológicos como se pode observar nas (Fotografia 8, 9, 10), abaixo:

Fotografia 8 – Harvester em processo de corte do eucalipto, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro (2018).

Fotografia 9 : Forwarder em processo de remoção do eucalipto, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro (2018).

Fotografia 10: Forwarder em processo de empilhamento do eucalipto, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro (2018).

Como foi constatado em campo, uma área de 250,16 hectares de plantio, necessitava apenas de 12 operadores de máquinas, sendo que 8 no corte e 4 no empilhamento das toras. Com previsão de conclusão do corte em um período de quinze dias. O que se observou é que a redução do número de trabalhadores não significou redução da produção, mas sim aumento da produtividade, pois o tempo gasto pela máquina para cortar, descascar e dividir a madeira é muito menor se comparado a um ser humano realizando tal atividade. O uso de tecnologias no campo significou maior produtividade do capital, mas não valorização ou redução do tempo

de trabalho desses trabalhadores.

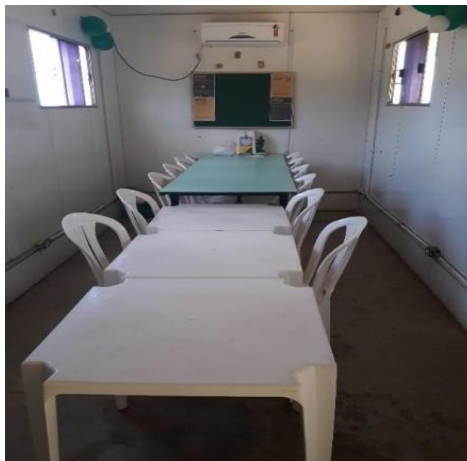
No corte do eucalipto há uma necessidade de trabalhadores qualificados para o manuseio das máquinas e manutenção dessas. Desse modo há redução dos trabalhadores que não tem formação especializada, o que é uma justificativa do capital. Situação constatada no corte de eucalipto realizado pela Veracel Celulose, em que os trabalhadores do município que a empresa comprou o eucalipto, não foram utilizados, tendo em vista que a empresa trabalha com equipe própria, especializada, para economizar tempo e ganhar em produtividade.

A expansão das monoculturas atreladas às estratégias de apropriação da produção de diferentes seguimentos do campo, gera a concentração de terra, capital e renda, ao passo que precariza e exclui os postos de trabalho, tanto para os trabalhadores quanto para os camponeses. Essa expansão da produção do eucalipto vem acompanhada do processo de acumulação e concentração do capital, pois essa concentração se consolida principalmente com empresas da indústria de papel e celulose que acabam por associar com outras do mesmo ramo ou acabam adquirindo, fazendo fusões, *joint venture* entre outras formas, para consolidar e manterem-se no controle da produção.

Com a disseminação desse cultivo os representantes do capital têm como objetivo abarcar o máximo de propriedades nessa produção, de modo a aumentar a produção do capital, via exploração do trabalhador, através da submissão a processos produtivos precarizantes, como observado no corte do eucalipto no município de Planalto-BA, onde os trabalhadores que prestavam serviço a uma empresa terceirizada da Veracel Celulose, submetiam-se a jornadas de trabalho exaustivas.

De acordo com o encarregado dos trabalhadores do corte do eucalipto da empresa BR Florestal, essa atividade não requer um grande número de trabalhadores. Dessa forma sua equipe é composta por 48 pessoas que incluem motoristas que deslocam os trabalhadores do local de hospedagem até a produção do eucalipto, mecânicos, operadores de máquinas e encarregados. Essa equipe é dividida em três frentes de trabalho, uma que inicia sua jornada as 5h e para as 15h, a outra que inicia as 15h e conclui as 00h e a outra que trabalha enquanto uma dessas folga. Nesse mesmo espaço, realizam suas refeições (Fotografias 11, 12 e 13) retornando ao alojamento apenas no final da jornada de trabalho.

Fotografia 11: Refeitório do módulo da Veracel Celulose, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro 2018.

Fotografia 12: Banheiros utilizados pelos trabalhadores, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro, 2018.

Fotografia 13: Refeitório e escritório, Planalto (BA), 2018.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, setembro 2018.

O monocultivo do eucalipto tanto para exportação quanto para insumos industriais nacionais vem avançando pelo território brasileiro, e nas duas últimas décadas com destaque para o estado da Bahia, que desde 2010 passou a ser o

terceiro maior produtor nacional de celulose, principalmente no Sul, Extremo Sul e Sudoeste baiano (ABRAF, 2013). Situação que vem contribuindo para a ampliação da reprodução do capital, sobretudo o internacional, por meio das corporações estrangeiras que vem dominando esse setor.

Os representantes dos interesses do grande capital gerenciam o processo de expansão do monocultivo do eucalipto, de modo que se inclua o máximo de áreas rurais nessa produção.

[...] a produção originada de plantações florestais, que engloba produtos como celulose e papel, produtos siderúrgicos, carvão vegetal, móveis e produtos sólidos de madeira, gera, a cada ano, um valor de US\$ 16,1 bilhões (que representa 2,6% do PIB). O segmento de celulose e papel contribui com 57,1% (US\$ 9,2 bilhões); o de móveis, com 15,5% (US\$ 2,5 bilhões); o de siderurgia, com 14,3% (US\$ 2,3 bilhões); e o de madeira sólida, com 13,1% (US\$ 2,1 bilhões) (VIANA, 2004, p. 5).

Fator que vem impulsionando o aumento da área plantada com florestas exóticas para produção industrial no território brasileiro e seu estímulo, pois a lucratividade é significativa, embora apenas para alguns dos setores ligados às classes dominantes locais em sua relação com o capital internacional. Desde 2004, impulsionado por fatores semelhantes aos citados acima, o setor de florestas já vinha investindo em propagandas com grande apelo para tal objetivo, pois “a sede da expansão do agronegócio é tamanha, e os latifundiários que controlam a grande maioria das terras passam a difundir o discurso das potencialidades naturais do país, como forma de garantir a apropriação de novos territórios” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 105), e demonstrando por meio de severas críticas a iniquidade do país por não aproveitar o potencial produtivo que possuía. Segundo o informativo:

[...] o extraordinário potencial que o Brasil possui com suas vantagens comparativas para assumir posição de destaque no comércio internacional de produtos florestais. No entanto, o país tende não apenas a reduzir sua participação no mercado mundial, como se arrisca em futuro próximo a importar para atender ao seu próprio mercado interno. Para que isso não ocorra, é preciso superar os diversos fatores que inibem o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no País (INFORMATIVO CEPEA, 2003).

Desse modo, questionava as limitações que dificultavam a implantação e consolidação desse plantio, e como medida de reversão sugeriam dentre várias medidas “potencializar a competitividade do setor” e a “inserção do pequeno e médio produtor rural ao processo produtivo florestal” (Informativo CEPEA, 2003)

Diante da percepção do capital da crescente demanda por madeira brasileira

seja pelo mercado interno e principalmente o externo, esse através das empresas passou a tomar e ocupar terras do Estado, terras camponesas, a fazer grilagem de terras, tendo concessões, e utilizando de todas essas manobras como forma de expandir essa atividade. Como bem demonstra as reportagens abaixo:

A Veracel Celulose teria expandido a plantação em território privado. O que se seguiu foi uma burocrática discussão sobre documentos cartoriais e um processo na justiça que se arrasta até hoje. O título de Asdrubal, emitido no cartório de Porto Seguro, em 1993, atestava que ele era o dono da terra. (POCANEGOCIOS, 2019)¹⁷

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) acionou hoje (13) na Justiça a empresa Veracel Celulose S/A por suposta ocupação irregular de terras do estado. Entre os pedidos da ação civil pública, o MP-BA solicita à Justiça uma liminar que determine a reintegração de posse em favor do estado da Bahia dos mais de 225 hectares ocupados pela empresa para o plantio de eucalipto”. (AGENCIABRASIL, 2017)¹⁸.

Em inquérito civil, o Ministério Público Federal aponta apropriação privada de terras públicas de uso das comunidades geraizeiras a cinco empresas: a Florestas Rio Doce – empresa que Lurdes nomeia como responsável pela expulsão de sua família –, a Norflor Empreendimentos Agrícolas, a Floresta Minas Reflorestamento e a Rio Rancho Agropecuária. Essa última é de propriedade do ex-governador e ex-deputado federal por Minas em três legislaturas, Newton Cardoso, e seu filho Newton Cardoso Júnior, também deputado federal (PMDB-MG) (REPORTER BRASIL, 2018)¹⁹.

A comunidade Caracolzinho, formada por lavradores que foram expulsos das margens do rio Tem Medo, foram surpreendidos por um grileiro que diz ser dono de aproximadamente 5.000 hectares naquela área. No dia 06 de março chegou o primeiro trator para desmatar o equivalente a 1000 hectares. Os lavradores resistiram e foram intimados a conversar, hoje, 10 de março, com o delegado em Balsas (CPT NACIONAL, 2010)²⁰.

O modelo de implantação do eucalipto no Brasil nas últimas décadas visa atender a demanda do mercado consumidor internacional, sem levar em consideração a segurança alimentar, que segundo dados oficiais do IBGE (2006), os pequenos agricultores – que o capital tem buscado inserir na lógica produtivista das monoculturas é que garantem 70% da produção de alimentos. Além do que, com a inserção desses produtores e de suas terras no cultivo do eucalipto, gera expulsão

¹⁷ Gigante de celulose 50% finlandesa é acusada de invadir terras e desmatar a Mata Atlântica no sul da Bahia.

¹⁸ MP ajuíza ação para Veracel desocupar terras com plantio de eucalipto na Bahia.

¹⁹ Geraizeiros do Vale das Canelas: Famílias que viviam nas chamadas “terras livres” lutam para retomar áreas que foram judicialmente apropriadas por fazenda.

²⁰ Grilagem de terras para plantio de eucalipto no Maranhão.

Dessa classe do campo, seja pela apropriação de suas terras pelo plantio ou pela pauperização desses, já que esse tipo de plantio aprisiona a terra por longo período de tempo, deixando assim o pequeno agricultor sem meio de produzir para sua subsistência. O que o leva vender sua força de trabalho, isso quando esse não é expulso do campo pela falta de possibilidade de se reproduzir.

Cada vez mais o mercado externo tem investido na produção do eucalipto e buscado estratégias para que essa produção avance no território brasileiro, por perceber a necessidade dessa matéria prima para diferentes setores como: siderurgia, movelaria, celulose, madeira, dentre outros, para o mercado. Nesse sentido:

Fundos de investimento passaram, há algum tempo, a comprar terras e florestas em diferentes regiões no Brasil porque notaram que o avanço da produção de celulose elevaria a demanda por madeira. Os grandes produtores locais da matéria-prima também tiveram essa percepção e colocaram em prática diferentes estratégias para garantir o suprimento do insumo mais à frente, ou desmobilizar recursos (APRE FLORESTA, 2019).

Os investimentos em florestas exóticas para produção industrial vêm crescendo de modo vertiginoso, já que o mercado tem visto nesse setor uma forma de aumentar seus lucros e através da criação de fundo de investimentos a exemplo da BRWoods fundo estrangeiro e a Brazil Timber Investment Management de grupo brasileiro, pois nesse tipo de investimento os riscos são distribuídos entre os compradores de ativos florestais, não comprometendo o capital dos seus idealizadores, uma vez que se investe com dinheiro alheio. Com o intuito de convencer um número cada vez maior de pessoas para se ingressar nessa atividade, muitos são os artifícios utilizados pelos fundos florestais. Segundo seus idealizadores:

Nessa linha, o investimento florestal chama atenção não só em termos de lucratividade, mas também em relação a questões sociais e ambientais, tais como: distribuição de riquezas, alternativa a exploração inadequada e clandestina, prestação de serviços ecossistêmicos (como fornecimento de água de qualidade e créditos de carbono), redução do aquecimento global, propagação da educação financeira, entre outros. Ou seja, os investimentos florestais são uma materialização do desenvolvimento sustentável aliando ganho sócio ambiental e retorno financeiro (RADIX FLORESTAL, 2019).

Esses são os tipos de apelos dos fundos florestais, que pregam todas essas maravilhas inclusive sociais, que na realidade é apenas mais uma estratégia do capital de se auto valorizar, um verdadeiro canto da sereia do capital a seduzir, inclusive, os trabalhadores e camponeses, pois o que se observa na realidade são problemas

sociais advindos dessa atividade, já que essa gera concentração de renda, de terra, escassez de terra com produção que necessita de um número considerável de força de trabalho humana, expropriações, dentre outros problemas que podem ser verificados nas áreas onde há esse tipo de manejo.

O Estado é funcional para permitir que o processo de expansão da produção do eucalipto no território brasileiro aconteça. Diante desse caráter ele garante que esse capital expanda no campo, seja por meio de incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura, concessão de linhas específicas de crédito, liberação de licenças para o plantio, entre outros artifícios que garantem a expansão e consolidação do plantio do eucalipto enquanto uma monocultura voltada, sobretudo para a exportação.

O Estado garante que o capital da eucaliptocultura se expanda no campo por estar diretamente vinculado ao capital produtivo e ao capital financeiro. Dessa forma, o Estado assegura as condições de expansão do capital, ao mesmo tempo que também assegura as condições de extração do mais trabalho.

Assim se consolida o tripé, capital, trabalho e Estado, que Mészáros (2002) considera como “as três dimensões fundamentais do sistema”. Uma vez que no sistema econômico capitalista um está vinculado ao outro, há uma relação de dependência entre si, como enfatiza o autor, à medida em que o capital é dependente do trabalho, pois este último mediante a concretização da produção gera a reprodução social. Por outro lado, o Estado é o responsável por criar e manter as condições para que o capital se estabeleça, se reproduza e explore a seu bel prazer a força de trabalho, garantindo assim a produtividade do sistema. Na visão de Mészáros o capital é o próprio sistema de comando do Estado e este:

[...] em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador — deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. No entanto, este interrelacionamento íntimo também se mantém quando visto de outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. Isto dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária, não apenas para a constituição original, mas para a sobrevivência continuada (e para as transformações históricas adequadas) do Estado moderno em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2011, p. 124, 125).

No sentido elementar este sempre se empenhou para estimular o desenvolvimento do capitalismo, o Estado sempre exerceu um papel funcional, na

forma como o capital ao longo da história de expansão se apropriou das terras e do trabalho, reproduzindo contradições.

A acumulação do capital redefiniu as relações de trabalho, pois assim como a terra, a força de trabalho tornou-se mercadoria, à medida em que o trabalhador expropriado de seus meios de reprodução (terra, ferramentas) dispendo apenas de sua força de trabalho, se encontrando a disposição daqueles que dispunham dos meios de produção. “A própria força de trabalho do trabalhador se transforma em mercadoria e, enquanto tal é consumida no processo produtivo pelo detentor dos meios de produção, objetivando a expansão do valor. (ROTTA, 1997, p.461).

Nesse sistema o trabalhador troca sua força de trabalho por salário, numa permuta desleal, uma vez que há uma coerção no processo, e no final o trabalhador acredita ser livre para vender sua força de trabalho, porém na realidade é obrigado pelas condições de sobrevivência a submeter-se a condições degradantes de trabalho e remuneração, situação garantida pelo Estado que assume a função estratégica para o estabelecimento das ações do capital e garante a subordinação do trabalhador a este.

3.3 Propriedade fundiária e controle do capital sobre as terras na produção do eucalipto.

Desde a colonização do Brasil, a distribuição e o acesso à terra ocorreram de maneira desigual, o que originou uma extrema concentração fundiária nas mãos da classe dominante. A estrutura fundiária concentrada faz parte da herança do processo de formação do território brasileiro e vem se mantendo ao longo dos anos, primeiro com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, em que o acesso à terra era dificultado para pessoas que não dispusessem de recursos, depois por meio do sistema de sesmarias, no início da ocupação das terras do Brasil, que possibilitava a atribuição de terras aos “homens de qualidade e de posses” do reino de Portugal, aos quais eram reservados os direitos de conceder sesmarias (extensões de terras) aos colonos, para que desse modo desenvolvesse atividade na terra.

Outra legislação específica para a questão fundiária que emerge no contexto após a independência foi a Lei de Terras (n. 601, de 1850), que veio para legalizar a expropriação dos camponeses, que a terra se torna objeto de reserva de valor por

meio de apropriação e acumulação do capital. Ela estabelecia a compra como única forma de acesso à terra.

A Lei de terras foi editada no período do processo que viria a culminar com a abolição da escravatura e a implantação do trabalho livre no Brasil, o que impulsionou sua criação, pois sem essa lei tanto os escravos que iam sendo libertados como os trabalhadores imigrantes que chegavam para a lavoura do café, poderiam se instalar nas terras desocupadas existentes no país. Como coloca Martins (1966, p. 122): “se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras da fronteira agrícola, onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras”.

Essa legislação, portanto, foi criada com o intuito de impedir que pessoas sem recursos adquirissem uma porção de terra para trabalhar, como também garantir a propriedade privada das terras nas mãos dos grandes proprietários fundiários, como forma desses se apropriarem do produto do trabalho gerado na terra, da renda da terra. Essa situação ainda pode ser observada na atualidade, em que devido à introdução das grandes empresas capitalistas no meio rural, bem como, dos grandes latifundiários, camponeses vêm sendo desapropriados de suas terras.

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil: e particularmente na segunda metade deste século o processo de incorporação de novos espaços – assaltados/tomados das nações indígenas – tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 2005, p. 29).

Esse sistema imposto pela lei de terras e tantos outros aparatos jurídicos posteriores orientou e até hoje orienta a distribuição de terras no Brasil. A lei de terras “que instituíu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado” (MARTINS, 1979, p.3), veio distanciar ainda mais o trabalhador do campo do acesso à terra, nesse sentido:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um

permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais (MARTINS, 1979, p. 3).

Desse modo o trabalhador foi explorado na esperança de um dia alcançar a conquista da terra, e enquanto esperava, servia aos ditames capitalistas como modo de se manter, mesmo que de forma subserviente no espaço ao qual almejava alcançar.

No século XIX o sistema capitalista mundial que se baseava numa economia comercial, passa a ter necessidade de se reproduzir por outros meios, passando assim a avançar para uma economia industrial, que buscava novas vias para obtenção do lucro. Nesse momento, ocorre modificações significativas, tanto no âmbito econômico como comercial em todo o mundo, a terra foi um dos elementos que sofreu alteração no seu sentido, que antes possuía apenas *status* social. Diante de tais modificações agora essa passa a ser vista enquanto uma mercadoria passível de produzir lucros, o que contribuiu para a criação da lei de terras.

A distribuição de terras no processo colonial brasileiro reflete os problemas fundiários, pois esta foi responsável pela formação de grandes latifúndios e em contrapartida de grande número de trabalhadores rurais sem acesso à terra, pois desde o início da territorialização do capital no Brasil, a estes foi relegado o direito a essa terra. Os trabalhadores da época, embora não realizassem trabalho cativo, a lei de terras os distanciou ainda mais dessa possibilidade, com o acesso a esta apenas por meio da compra.

Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar (MARTINS, 1979, p. 4).

Inicialmente as terras brasileiras eram controladas pelas elites agrárias e não diferente, hoje são controladas pelas elites empresariais, que por meio da produção de monoculturas ocupa grandes extensões de terra e orienta a produção e o comércio, atividade que cada vez mais reforça o latifúndio.

Antes da dissolução do regime escravocrata, a elite agrária senhorial, além de limitar ou melhor impossibilitar o acesso da população negra e de pobres à terra, enquanto proprietária, tratou também de obstaculizar qualquer possibilidade de ascensão social, afastando as oportunidades de trabalho e criminalizando negros, mestiços e

brancos pobres (SOUSA, THOMAZ JUNIOR, 2019, p.10).

Desde o período da colonização do território brasileiro o capital se apropria das riquezas e terras aqui existentes. Diante das condições históricas que regularam a divisão e ocupação do espaço agrário, temos hoje uma estrutura agrária marcada pela alta concentração de terras e que gera exclusão de muitos que dependem dessa para se reproduzir. A Lei de Terras, nº 601 de 1850, veio selar judicialmente essa concentração agrária.

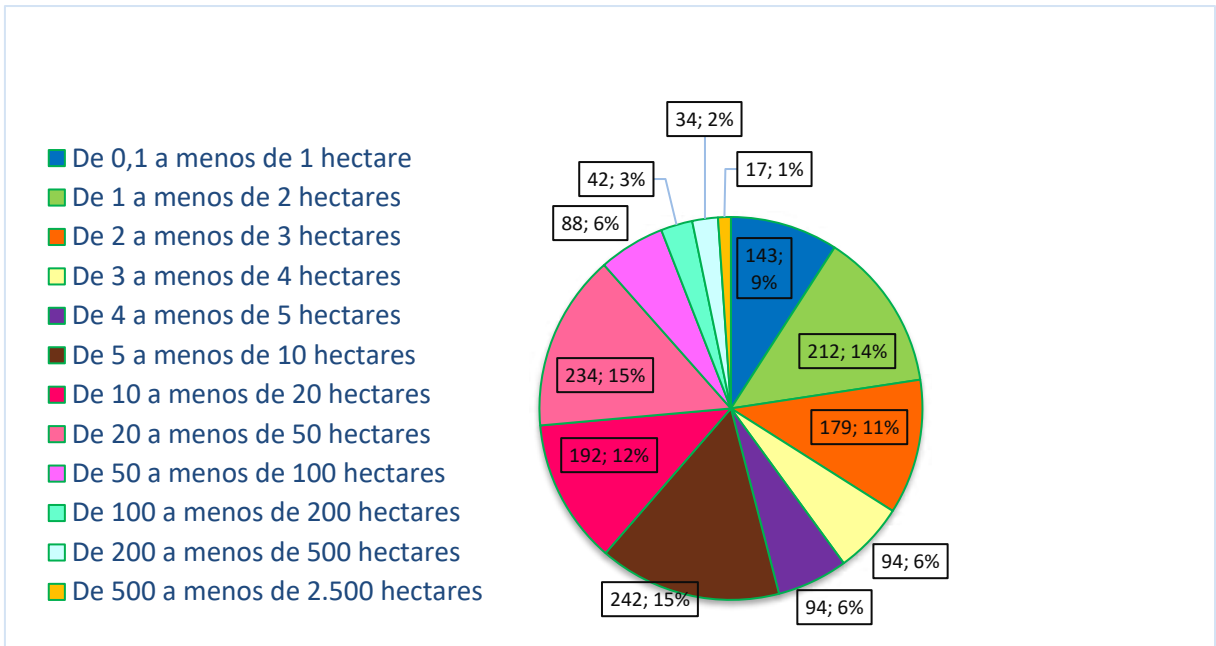
Associado a distribuição de terras, a Revolução Verde foi responsável pela elevação da concentração fundiária, pois nesse momento elevou-se a produção agrícola, atividade essa que se consolida em extensas áreas de terra. E ademais a Revolução Verde veio impor um padrão de produção agrícola químico dependente, já que o melhor produto aos olhos do mercado é aquele que melhor se desenvolve, não importando a que modo.

O Brasil, no processo histórico se estabelece no desenvolvimento desigual do capital mundialmente, na forma como se insere na divisão social do trabalho. No campo a disparidade social mais evidente está relacionado a questão fundiária, que são decorrentes de articulações feitas desde a consolidação desse território.

[...] a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da Luta pela Terra por parte dos movimentos sociais e também para a Reforma Agrária (TOMAZ JUNIOR, 2004, p. 21).

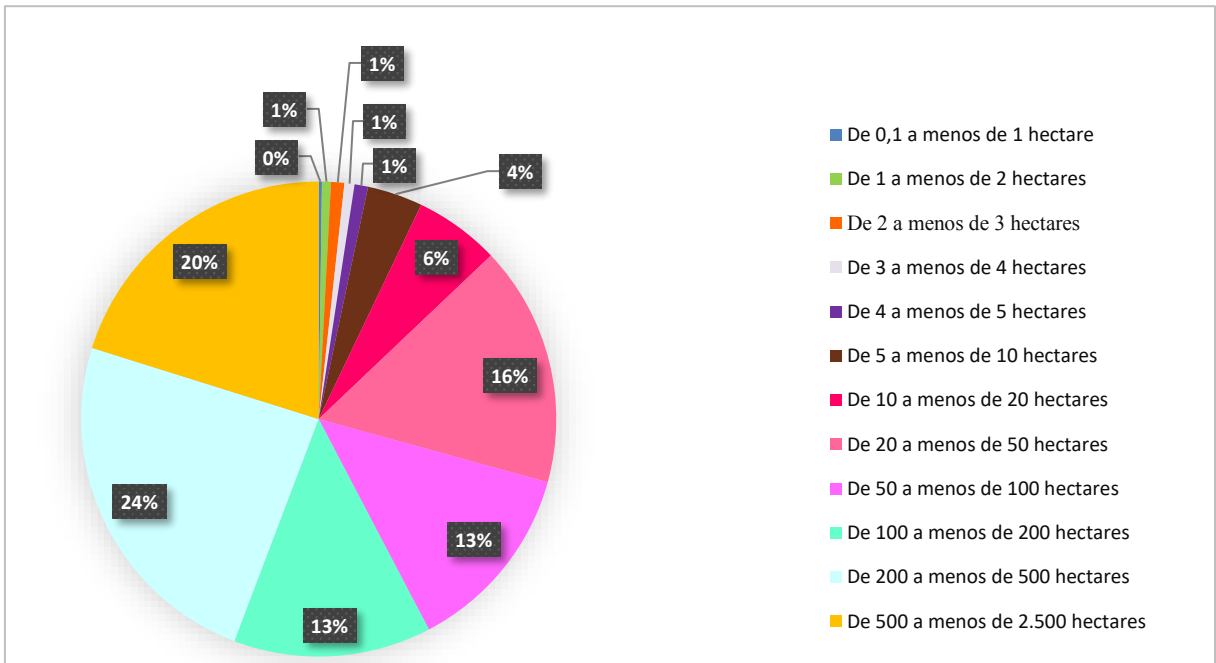
Essa disparidade fundiária é evidente tanto a nível nacional, como estadual e municipal. Nos dados preliminares do censo agropecuário de 2017 há na Bahia 762.620 estabelecimentos rurais com área total de 27.831.883 hectares, dessa, o município de Planalto-BA possui 1.571 estabelecimentos em uma extensão de 47.391 mil hectares representando aproximadamente 0,20% dos estabelecimentos e 0,17% da área total do estado. E que são de modo semelhante ao Brasil desigualmente distribuídos, como se pode observar nos Gráficos 02 e 03, a estrutura fundiária no município de Planalto é concentrada, assim como a nacional. É muita terra nas mãos de pouca gente, e muita gente com pouca terra.

Gráfico 02 - Número de estabelecimentos agropecuários, Planalto/BA - resultados preliminares do Censo 2017.



Fonte: IBGE, 2017.
Elaborador: Eliana Vieira dos Santos, 2019.

Gráfico 03 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) de Planalto/BA - resultados preliminares do Censo 2017.



Fonte: IBGE, 2017.
Elaborador: Eliana Vieira dos Santos, 2019.

O que se observa é que embora a quantidade de terras ocupadas por pequenos agricultores (os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares) representa mais de

69% do total de propriedades do município, porém ocupam menos de 8% da área rural total. Enquanto as terras ocupadas por grandes produtores (os estabelecimentos com área superior a 200 hectares) representam em termos de estabelecimento apenas 3%, contudo em relação a área, ocupa 44%. Dados esses que só evidenciam a desigualdade na distribuição de terras no município de Planalto-BA, e que tende a intensificar ainda mais com a disseminação das monoculturas que vem buscando inserir todos os tipos de estabelecimentos agropecuários, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

A produção de monoculturas seja qual for, está relacionada à concentração fundiária, que pode ser observada em todas as escalas territoriais.

A expansão das monoculturas torna-se realidade com a disseminação do capital financeiro, uma vez que esta cria as possibilidades concretas para que a sujeição desses estabelecimentos ocorra, questão que será tratada na sessão IV.

SEÇÃO IV PROCESSO DE DIFUSÃO DA PRODUÇÃO DO EUCALIPTO NAS PROPRIEDADES DE PLANALTO/ BA.

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (MÁRFINS, 1983, p.160).

Toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobre acima do lucro, acima da fração de valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). (MÁRX, 1974, p.728).

Essa Seção levanta a discussão acerca da absorção da renda da terra e o processo de expropriação. Aponta as estratégias do capital silvicultor para sujeitar a produção no município de Planalto, que nesse sentido promove sua expansão com o discurso da preservação e reconstrução de áreas degradadas, pautado na promessa de geração de emprego e renda, apoiado na pouca produtividade de algumas áreas e valendo-se dos interesses políticos e econômicos. Aborda como essa expansão se dá no município e as ações da maior empresa de celulose do Brasil e seus rebatimentos nas relações de trabalho. Além dessas questões, analisa as características do processo do plantio do eucalipto em Planalto, ao identificar o perfil dos produtores que estão consolidando esse plantio, as formas de comercialização e os rebatimentos da produção do eucalipto nas atividades rurais pré-existentes no município.

4.1 Renda da terra na eucaliptocultura e a estrutura de apropriação da terra.

Com o avanço do capitalismo no campo, a terra assim como a força de trabalho é vista enquanto mercadoria geradora de lucro. Embora um bem natural, nesse sistema a terra é comparada a um produto fruto do trabalho do homem, o que a torna cada vez mais valorizada e apartada dos que a utilizavam como meio de reprodução social e concentrando-se nas mãos daqueles que se apoderam dessa como instrumento de produção e reprodução de lucro.

Ao mesmo tempo que as relações capitalistas de produção adentram o campo, provocando diferentes formas de expropriação e exploração camponesa, também possibilita a reprodução dessa classe, uma vez que na produção realizada por estes, há uma oportunidade maior do capital subsumir o mais trabalho dessa relação produtiva, além de usurpar a renda da terra camponesa.

Embora esses camponeses não mantenham relação capitalista de trabalho, por não venderem sua força de trabalho ao capital, ele não está alheio aos ditames da sociedade capitalista de produção. Como observado nas comunidades do município de Planalto-BA, percebeu-se que há uma integração, mesmo que parcial, dessa classe nos moldes de produção caracteristicamente capitalista. Dessa forma a produção camponesa se apresenta sujeita ao mercado capitalista, já que essa produção não é feita de acordo com as necessidades da família, mas em conformidade com as necessidades do mercado, até mesmo porque, só dessa maneira o camponês terá as condições necessárias para produzir, uma vez que até as políticas de crédito voltadas para viabilizar a produção dessa classe também são definidoras do tipo de produção a ser realizada pelo camponês. Além disso em relação ao mercado comprador da produção, pois se comercializa com mais facilidade aquilo que o mercado está necessitando, e nessa “rua sem saída”, o camponês acaba por se sujeitar às amarras do capital como forma de se reproduzir. O que vem promovendo a perda de autonomia da produção camponesa frente à demanda do mercado capitalista.

O sistema de crédito, por funcionar como uma fonte para o capital extrair a renda da terra das pequenas propriedades, cria formas para monopolizar o território camponês, nesse sentido o capital não produz, mas direciona a produção, no processo citado o camponês não vende sua força de trabalho ao capitalista, mas sim o produto desse trabalho que no momento da comercialização é usurpada.

No município de Planalto o capital se utiliza de diferentes estratégias para subordinar a produção rural a sua lógica e absolver a renda da terra dos produtores. Diante do enfraquecimento da produção camponesa, atualmente empresas vem buscando a inserção desses trabalhadores em suas cadeias produtivas, como forma de aumentar a oferta dos seus respectivos produtos para abastecer o mercado.

Em 2018 a empresa PETERFRUT que é considerada uma das maiores empresas que lida com comercialização de frutas *in natura* e congeladas no Brasil é implantada no município. Em seu discurso diz ser “uma empresa inovadora que investe e acredita na agricultura familiar” e desse modo influenciou pequenos produtores a estabelecerem parcerias para a produção de morango como forma de gerar renda, apropriada em grande medida pela empresa posteriormente.

A empresa tem sede no Espírito Santo e polo no município de Barra da Estiva. Esta realizou análise do solo e clima de Planalto e ao perceber que a região possuía características propícias ao desenvolvimento do morango, buscou juntamente às associações recrutar produtores para desenvolver o plantio. Até o momento, foram firmados 37 contratos, somente com os pequenos produtores, com previsão para mais 20 em 2020, todo o investimento inicial foi pago pela empresa, o que contribuiu para o significativo número de adesões. Os produtores que celebraram contrato com a empresa receberam: as mudas, lona, mangueira de gotejamento e tiveram orientações técnicas (Fotografia 14). Esse investimento feito pela empresa é pago a partir do momento em que começa a produzir o morango. O produtor fica obrigado a vender a produção exclusivamente a PETERFRUT durante o período do contrato que equivale ao primeiro ano de produção. Como forma de pagar o que recebeu no início de implantação da produção, de toda a colheita 50% do valor do morango que é colhido fica com a empresa e 50% com o produtor.

Fotografia 14: Plantação de morango, Planalto (BA), 2019.



Os produtores ao serem questionados sobre o custo/benefício do morango alguns disseram “é, tem dia que dá vontade de desistir né, mas como eles falam, pra você mesmo ter uma noção assim é a partir do mês de dezembro, porque agora é a safra nacional, quem planta tá colhendo agora, essa safra nacional é só 6 meses, passando esses 6 meses a safra começa a aumentar”. Sabe-se que a fala da empresa só é um modo de manter animado o produtor, por que o que se conclui é que se agora que estão produzindo bem (cerca de 60 k por cada 3000 pés a cada 2 dias) estão percebendo que o tempo de trabalho dispensado não é compatível com o rendimento mensal, o que poderá agravar ainda mais quando houver uma diminuição da produção. A empresa coloca como se essa redução viesse apenas para as demais áreas, o problema é que diante dos preços pagos pela empresa pela produção, esses produtores estão recebendo apenas pelo trabalho dispensado e de modo mal remunerado, vez que a empresa é quem se apropria de 50% de toda a renda do produtor direto.

A produção do eucalipto vem sendo meio de geração de lucro para os grandes capitalistas e, assim como o café, é via de exploração do capital no campo. Essa monocultura atualmente vem ganhando espaço e se consolidando como “alternativa” para aqueles que se encontram em dificuldades na produção. A extração da renda da terra pela eucaliptocultura é feita de diferentes formas, seja pela empresa, por meio da compra da produção dos produtores locais a preços bem abaixo dos lucros que podem auferir com a transformação desse produto, seja pelos produtores que se beneficiam diretamente dos frutos dessa terra ou via arrendamento e principalmente por meio da extração do trabalho camponês que produz o eucalipto em suas propriedades (Fotografia 15).

Fotografia 15: Plantio de eucalipto em pequena propriedade, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

Os produtores com dificuldades para realizarem seus plantios próprios se agarram a essas possibilidades como sendo a luz no fim do túnel, mas que, muitas vezes, essa luz é exatamente aquela que segundo o ditado popular, não deveria ser seguida, pois pode ser exatamente o encontro com a sua morte.

Com os relatos dos agricultores que aderiram a esses plantios percebeu-se uma certa insatisfação, pois em relação ao morango alegaram ter que disponibilizar muito tempo para os cuidados com o plantio “a gente fica empatado, quando é outra coisa a gente planta e deixa lá, mas o morango é todo dia a mesma coisa”(PR6)²¹, além do que o retorno é pouco. Já em relação a produção do eucalipto, alguns produtores, principalmente entre os pequenos se mostraram arrependidos de terem realizado o plantio, como expressou o entrevistado: “a terra ficou muito tempo parada e quando chegou o tempo de cortar, o tanto que eu gastei com camarada, no final eu paguei foi pra plantar”(PCE8)²². Muitos desses entrevistados estão desistindo do plantio no primeiro corte, pois esse desenvolvimento que vem sendo apregoado para esses produtores por meio dessas plantações não conseguem se adaptar a lógica de reprodução imposta, já que para eles a terra é fonte de subsistência, o que esses cultivos não vêm proporcionando condições necessárias às famílias envolvidas. Esses vem servindo apenas como meio do capital monopolizar a produção no município e promover uma maior extração de lucro, sob a forma de extração da renda da terra. Essa é uma realidade que se assemelha a outros cultivos e produções que se

²¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 25/09/2019.

²² Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 28/09/2019.

estabelecem no município de Planalto, a exemplo da produção do eucalipto, conforme será abordado na próxima subseção.

4.2 A expansão do eucalipto em Planalto – BA.

Há pelo menos duas décadas, a produção do eucalipto vem tomando espaço no Planalto da Conquista, contudo no município de Planalto-BA, esse plantio embora já se fizesse presente há mais ou menos nesse período, ele só veio ter uma maior visibilidade a partir do ano de 2005, momento em que áreas maiores foram sendo tomadas por essa monocultura.

Diferentemente de muitos lugares no Brasil, onde o plantio do eucalipto se deu a partir de um plano específico de expansão da produção, no município de Planalto esse monocultivo vem adentrando áreas conforme interesses individuais, seguindo um modelo autônomo, porém acompanhando a predileção do mercado. O que se considera ainda mais perigoso, pois não há um levantamento prévio de áreas com condições edafoclimáticas, uma orientação para essa produção, o que vem gerando maiores transtornos e perdas, principalmente por parte de pequenos produtores. Essas áreas passaram a produzir o eucalipto por existirem produções em locais próximos com condições muito similares ao que se tem em Planalto. E pelo crescimento da demanda de mercado, fator que vem aguçando o faro do proprietário fundiário, porque se percebeu que há um mercado em plena expansão, tá crescendo, estão vindo em busca dessa produção.

Existe uma demanda de mercado e isso é determinante. Contudo, no processo da produção do eucalipto há uma diferenciação entre as condições de produção do pequeno, o médio e o grande produtor. Essas relações são desiguais, porque o médio e o grande produtor, por mais que haja um processo de sujeição da renda que a indústria se apropria para gerar o lucro, ele ainda consegue minimamente obter um ganho satisfatório, porque ele alcança uma produção, consegue investir, consegue ter um montante de produção. Para os pequenos a sujeição ao eucalipto é algo extremamente complicado. O médio e o grande embarcam nessa produção porque existe um apelo de mercado, existe incentivo de mercado, o pequeno vai nessa mesma direção, só que ele não tem uma produção, o médio e o grande podem até suportar uma perda de produção, mas têm como aguentar, já o pequeno não suporta,

ele não tem recurso para se manter.

No município já é possível encontrar extensas áreas com eucaliptocultura e com volume de produção significativo, o que vem despertando o interesse de grandes empresas na compra dessa produção. A exemplo da Veracel Celulose, que já celebrou alguns contratos de compra no município, situação que vem despertando mais produtores para tal atividade, pois outros proprietários rurais ao acompanhar a produtividade e os ganhos possíveis com essa produção, também passam a investir na monocultura de eucalipto. Além disso, acreditam que uma vez que se tem a possibilidade de comercializar com uma empresa do porte da Veracel torna-se viável o investimento na produção do eucalipto. Até há pouco essa cadeia produtiva era direcionada unicamente para carvão e lenha, mas diante da necessidade de auto alimentação da indústria de celulose esse direcionamento vem mudando. Conforme o encarregado da Veracel:

Hoje pela necessidade que ela tem de madeira na fábrica, ela já estava comprando madeira aqui e a distância entre uma e outra que ela ia era coisa de 40 km para ela foi viável, hoje na Veracel a gente escuta muito dos nossos supervisores que hoje não tem madeira longe mais, devido à necessidade. Ela tem uma necessidade para meados de 2018 foi quando nós começamos aqui, até 2021 ela tem uma necessidade de mais de 1 milhão de metros cúbicos de madeira de fora, uma necessidade de desenvolvimento que as florestas dela perderam, por alguns desvios que houve no processo a madeira não conseguiu desenvolver um volume que lá a gente está acostumado com volume muito alto não conseguiu desenvolver. Então ela acabou ficando com um déficit de mais de 1 milhão de metros cúbicos. Então para suprir, compra fora, a região que está oferecendo eucalipto é essa região de Vitória da Conquista e o norte de Minas Gerais que trabalha com carvão, então ainda tem um pouco de madeira para ser vendida, e o pessoal aqui começou a investir nisso que a gente chama de fomento ou poupança florestal, então para ela hoje essa região tornou-se interessante²³.

Diante da fala do encarregado da Veracel, constata-se que há uma flutuação de mercado. Quando é que eles saem para comprar longe, mais distante? Apenas quando aquela produção que eles esperavam mais próximo não se efetiva. Isso não quer dizer que eles vão continuar a fazer esses contratos com os produtores da região. Quando se tem uma produção mais perto e mais barata e que compensa, para eles essa região não será mais interessante. Embora seja um mercado em plena expansão, os produtores (mesmo os grandes) estão totalmente sujeitados. Quem determina é a demanda que o mercado tem para produzir papel, seja lá o que for, e

²³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2019

ter esse consumo garantido. Se não tem, tudo começa a mudar, não é uma situação em definitivo; no momento estão comprando aqui na região por conta de uma flutuação de mercado.

O plantio comercial de eucalipto, embora seja recente no município de Planalto, já demonstra evidências que apontam para o crescimento dessa produção. Segundo Oliveira (2012), em 2009 da área total do município (76.475, 55 h), havia 957,222 hectares plantados com eucalipto, perfazendo 1,36% da área total do município. Em 2019 encontrou-se volumes superiores a esse em áreas de um único proprietário (1.060 hectares). Com a política de incentivos dos setores públicos, empresas e de produtores, esse volume vem crescendo, principalmente em pequenas propriedades e áreas agricultáveis. Somado a isso, mediante a flexibilização da legislação, que no município não se busca um controle dessa atividade, atrelado a essa questão da possibilidade de comercialização com grandes empresas e pela necessidade mundial dessa produção, a tendência é de expansão da monocultura do eucalipto no município de Planalto/BA.

Até o momento a presença da Veracel Celulose no município não se deu pela compra direta de terras ou aluguel, mas por meio da compra da produção dos proprietários rurais. Essa atuação só tende aumentar, principalmente com a possibilidade de a empresa continuar comprando madeira na região.

4.2.1 A monopolização da produção pela Veracel Celulose e seus rebatimentos nas relações de trabalho.

A Veracel Celulose foi criada em 1991 com a parceria entre a Fibria empresa brasileira e a Stora-Enso suecofinlandesa, ambas líderes internacionalmente no setor de celulose e papel. “Em 2018, a Fibria e a Suzano Papel e Celulose anunciaram o início do processo de fusão das empresas, consolidado em janeiro de 2019”. A Suzano comprou a parte que era do grupo Votorantim, e se tornou acionista majoritária da Fibria. “Com a negociação, a Suzano passou a ter 50% do controle acionário da Veracel, antes pertencente à Fibria” (Veracel, 2019). A constituição da Veracel Celulose vem de um histórico de fusões. A fábrica na Bahia, onde se dão as operações industriais da empresa encontra-se localizada entre os municípios de Eunápolis e Belmonte. A Veracel tem atuação direta em Eunápolis, Mascote, Itabela, Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Santa Cruz Cabralia, Itagimirim, Itapebi e Porto Seguro. Sua produção de celulose só iniciou efetivamente em 2005.

Para o escoamento da celulose, foi construído um terminal marítimo em Belmonte, distante 60 km da fábrica. Toda a celulose produzida pela Veracel é absorvida pelos dois acionistas; a Aracruz, que comercializa o produto no mercado internacional, e a Stora Enso, que consome a celulose em suas unidades produtoras de papel na Europa e na China (Veracel, 2010, p. 3).

Em dezembro de 2005, a Veracel dispunha de 172.982 hectares de terra em 10 municípios, já em 2019 áreas oficializadas somam 216.420 hectares que estão na Bahia, sem contar área que possui no estado de Minas Gerais.

Diante das terras que a Veracel ocupa constatada no cadastro de terras estrangeiras do Incra, a empresa se encontra no limite de plantio em alguns municípios e em outros já ultrapassou. Embora venha conseguindo por meio de manobras, a liberação para novas concessões de terra e plantio, essa devido à crescente necessidade por madeira para a produção de celulose, vem buscando novas estratégias de aquisição do eucalipto. É nesse contexto que áreas mais afastadas da empresa vem sendo alvo de interesse, como se pode observar na tabela abaixo.

Quadro 2- Tributos apurados pela Veracel Celulose em 2018

Veracel Celulose - Tributos apurados em 2018	
Município	Valor (R\$)
Belmonte (BA)	2.065.308,99
Barra do Choça (BA)	35.031,60
Cabrália (BA)	1.706.127,27
Canavieiras (BA)	131.846,37
Eunápolis (BA)	8.796.883,38
Guaratinga (BA)	251.882,72
Itabela (BA)	273.471,09
Itagimirim (BA)	886.943,26
Itapebi (BA)	154.232,79
Jacinto (MG)	647,37
Mascote (BA)	206.923,89
Porto Seguro (BA)	1.130.309,00
Potiraguá (BA)	58.195,65
Salto Divisa (BA)	1.757,72
Stª M. Salto (BA)	419,85
Vitória da Conquista (BA)	233.399,82
Grão Mogol (MG)	646
Turmalina (MG)	1.409,95
Planalto (BA)	16.711,15
Dario Meira (BA)	20.990,54
Total	15.973.138,41

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Veracel, 2019.

Segundo informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2019 da Veracel, os tributos apurados em 2018 tiveram a inclusão de novos municípios na lista em relação aos anos anteriores, em função da operação de madeira de mercado, como forma de aumentar o volume de madeira necessário para cumprir com seus contratos firmados no mercado futuro.

Planalto, Vitória da Conquista e Barra do Choça são alguns dos municípios que passaram a fornecer eucalipto para a empresa no ano de 2018. A partir do referido ano até julho de 2019 a Veracel Celulose repassou em impostos ao município de Planalto um montante de R\$34.845,96 conforme comprovantes de lançamentos em conta corrente da prefeitura (Tabela 2) esses valores monetários foram recolhidos na forma de Impostos Sobre Serviço (ISS). Se compararmos com o valor referente ao ano de 2018 apresentado no Relatório de Sustentabilidade da Veracel (Quadro 2), o que a empresa alega ter repassado ao município é superior ao valor que realmente foi gerado em nota.

Tabela 2 - Impostos Sobre Serviço (ISS) repassados pela Veracel ao município, 2018/2019

Valores monetários recolhidos na forma de Impostos Sobre Serviço (ISS)	
Data	Valores
12/11/2018	2.118,04
09/01/2019	8.180,11
05/fev	16.182,88
08/mar	1.070,31
03/mai	3.374,62
04/jun	1.960,00
04/jul	1.960,00
Total	34.845,96

Fonte: Extratos bancários da Prefeitura Municipal de Planalto/BA. Elaborado pela autora.

Como bem explanou um produtor, apoiado em conhecimento de parte dos locais nos quais a empresa iniciou sua atuação e estudos realizados sobre a produção do eucalipto:

No Extremo Sul, lá a empresa chegou e ela foi comprar as terras todas, desocupava tudo e ela entrava com a monocultura, no tripé econômico ambiental e social, econômico tudo bem por exemplo, eles tinham dinheiro para comprar a terra, a terra valorizava e o que eles iam plantar a produção valor era bom, então econômico era interessante. O ambiental mesmo eles respeitando a questão de reserva, de APP, mas uma cultura muito extensa tem impactos, então ambiental já

começa a ficar, e o social naquele primeiro momento, porque eles compraram 100 fazendas, tirou aquele pessoal todo, e tal, e aí ouve uma bagunçazinha naquele momento. [...] então isso tudo gerou um certo conflito. Quando eles fizeram planejamento de expandir aí alguns municípios foram lá e seguraram, eles também estavam tendo conflito com vizinhanças, de invasões, então eles estavam sentindo um pouco essa dureza deles ser o dono da terra, deles plantarem e tudo. Aí eles estão vindo agora com outro projeto, que é trabalhar em parceria, que é fomentar, mas tem vários modelos, ou arrendar a terra, ou fomentar, ou comprar a produção da gente, entendeu. Isso é uma maneira menos impactante (PCE2)²⁴.

Na visão desse produtor a implantação do eucalipto na região do Planalto da Conquista é totalmente diferente, não tem nenhuma grande área, pois o plantio se comparado ao da Veracel, é insignificante. Na região o plantio em uma área só de 1.000 hectares só se encontra em duas fazendas, dos Oliveira Neto e o da Metal Civic, os demais são todos de 300, 200 hectares. Mas isso, em se tratando de uma única propriedade, mas não de um único produtor.

No município de Planalto a prática, segundo os maiores produtores, “geralmente se compra uma fazenda, aí tem uma área de pecuária e a mata nativa, uma área que estava degradada, você vai planta um pouquinho de 50 hectares, aí lá na frente você planta outro” (PCE7)²⁵. Desse modo, considera que o modelo seguido na região seja muito mais sustentável. Porém, o discurso da sustentabilidade ambiental não se sustenta, é apenas uma questão de visão individual, pois se pegarmos vários produtores produzindo, qual é a diferença do ponto de vista ambiental entre a produção efetivada por esses produtores e a realizada pela empresa? A única coisa que muda é a forma de relação. Ela passa agora pela mediação do proprietário fundiário, antes era territorialização, agora é monopolização. Ao final de 2005, a Veracel Celulose mantinha 739 empregados próprios e 3.150 contratados de terceiros, se observarmos, em 2018 esse quadro não teve grande alteração, pois os “colaboradores” próprios subiram para 779 e houve uma pequena redução dos terceiros para 2.580 desse total de empregados 259 são mulheres e 3.100 são homens. Diante desses dados podemos constatar que mais de 2/3 da força de trabalho utilizada pela Veracel são terceirizados, como estratégia de redução de custos, pois quando se utiliza de serviços de prestadoras externas há um enorme ganho, principalmente em dispêndio de recursos para despesas salariais, pois

²⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 05/11/2019.

²⁵ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/11/2019.

transfere-se a responsabilidade, obrigações com os funcionários contratados e evita-se o vínculo empregatício.

Em visita a campo constatamos que os trabalhadores que desempenhavam as mesmas funções no corte do eucalipto, apresentavam honorários diferenciados, os que mantinham contrato direto com a Veracel recebiam mais que os de empresas terceirizadas. Como ficou evidente na fala desses trabalhadores: “o salário não é satisfatório, pois tem gente que faz o mesmo serviço que nós e recebe bem melhor. Nós recebe o ticket aí fica quase igual, mas na carteira não” (TCE6)²⁶.

Por essa razão vale apontar que a Veracel Celulose foi condenada pela 6ª Vara do Trabalho de Salvador a pagar indenização por dano moral coletivo de R\$ 2 milhões pela prática de terceirização ilícita, precarização das relações de trabalho e descaso com o meio ambiente. A juíza que proferiu a sentença considerou os relatos das testemunhas, e constatou que houve uma precarização das relações de trabalho e quebra do princípio equivalente entre os empregados da empresa e aqueles que lá estão lado a lado nas mesmas atividades, trabalhando através de terceirizadas, (TRT5, 2019).

Nem mesmo os empregados diretos da Veracel se mostraram satisfeitos com os salários recebidos, diante das atividades que desempenham e a responsabilidade que têm perante o sucesso da empresa.

O salário dos operadores é em torno de R\$ 3.400,00. Eu converso com o pessoal aí que tem 30 anos de colheita, que já estão até aposentados, quando eles começaram na colheita recebiam uma média de 10 salários mínimos, hoje tá um pouco mais que 3. Aí você coloca assim, você é responsável por uma máquina de mais de um milhão de reais, você é a base da pirâmide, você começa o processo para celulose, aí lá no final [...] quem começa são operadores, é daqui que sai a matéria-prima, e você não é valorizado. A empresa te dar um plano de saúde, plano odontológico, um ticket de alimentação e acha que é muito. A Veracel agora ela deu um pouco mais de 1.7 de aumento de salário, deu acho que R\$ 47,00 em cima do salário do operador. Ah! Nós somos uma das empresas que temos o melhor salário, (R\$ 3.400,00 e alguma coisa), salário base da carteira, e daí? O que que o cara faz para colocar vocês em primeiro lugar do mundo em produção de celulose em via única? E o cuidado que o cara tem com a máquina de vocês que vale um milhão e trezentos mil reais? O risco que o cara corre aqui no campo? (TCE1)²⁷.

No final do processo, esses não são contados enquanto promotores dos

²⁶ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/11/2019.

²⁷ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018

grandes lucros que a empresa obtém com a alta produção de celulose a partir da produtividade do trabalho.

Por ser uma atividade de grande risco de acidentes, segundo os trabalhadores, a empresa vem fazendo investimento em segurança, como foi observado em acompanhamentos de cortes do eucalipto realizado pela mesma. Em entrevista o encarregado da equipe de corte coloca que:

O que rege hoje o nosso dia a dia dentro da colheita não só da Veracel, mas qualquer empresa de colheita de celulose é segurança, primeiro segurança, segundo segurança, terceiro segurança e quarta também segurança, só depois disso aqui a gente vai pensar em produtividade qualidade de produtividade, sempre focado na segurança (TCE2)²⁸.

Realmente a questão da segurança é muito bem trabalhada pela empresa, não se verificou em nenhum dos setores trabalhadores sem os EPIs. O que não acontecia a pouco tempo, como coloca o operador:

[...] eles queriam era produzir e não tinha há 15, 12 anos atrás, não tinha essa preocupação com a saúde do operador, com os risos, com nada. Eu falo isso das grandes, que eu comecei na Suzano. Na época eles incentivam a gente, primeiro a escala era de matar, nós ficamos por um período longo trabalhando uma escala 6 por 1. Imagine aí você trabalhava de segunda a sábado só folgar o domingo e eram três turnos, você trabalhava em uma escala, você trabalhava de 6:00 as 15:00, da outra escala você já começava das 15:00 horas às 23:00 horas em outra escala já começava das 23:00 horas às 6:00 horas da manhã (TCE3)²⁹.

Somente a partir das exigências do Ministério do Trabalho, que as empresas desse ramo foram obrigadas a criarem medidas de segurança que regessem o trabalho em todo o processo de constituição da celulose. Diante disso, hoje como forma de minimizar os riscos físicos, ergonômicos e de acidentes que estão expostos os operários do corte de eucalipto foram criadas as APAs. O encarregado dos trabalhadores coloca que:

Nós temos a APA que é Análise Prevencionista da Atividade que está relacionada não só a colheita como a parte de módulo, para cada atividade dentro da colheita tem uma APA, aí tem uma APA para o pessoal da manutenção, para colheita, modulo, e tem a tabela de só risco das atividades, mapa de risco ambiental, pro transporte de madeira, pra parte de processamento de derrubada e pro transporte de máquinas, aqui a gente tem os graus de risco para cada um. Relação acidentes uso ergonômicos, físicos, a gente só não vai ter químico que o operador não lida com essa parte, então pra ele o risco é zero. Tem o ergonômico porque que ele tem que subir e descer, ficar

²⁸ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

²⁹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

sentado por um período, só que dentro da colheita a gente tem um chamado uma parada para exercício físico, então a cada duas horas o operador para e tem 12 minutos para ele fazer os exercícios físicos dele, então ele desce da máquina, faz os exercícios físicos dele e volta a trabalhar, para minimizar não é que não vai acontecer, que infelizmente acontece pelo grande período que ele fica na mesma posição sentado trabalhando, tanto O Forwarder quanto Harvester³⁰.

Mesmo com essas medidas, sabemos que não são o bastante, pois a integridade física e moral do trabalhador não é resolvida apenas por esses equipamentos de segurança e medidas que na verdade são em muitos casos meras obrigações legais impostas pela justiça do trabalho à empresa, que, na prática, não são dadas condições reais para que sejam cumpridas. Como ocorrido em maio de 2014, por meio de liminar, a Veracel Celulose S.A foi obrigada a adotar normas de saúde e segurança do trabalho em suas atividades de manejo de cultura de eucalipto, com aplicação e guarda de agrotóxicos e no viveiro de plantas. Além do cumprimento das normas a empresa foi obrigada a pagar indenização por danos morais coletivos de R\$ 5 milhões. Como exposto na fala do procurador que ajuizou a ação:

[...] a inspeção contatou diversas violações às normas que regem o meio ambiente de trabalho, demonstrando enorme irresponsabilidade da empresa na condução de vidas alheias. Isso demonstra o total desprezo do empregador não apenas com a saúde e segurança de seus empregados e das terceirizadas, mas com a própria vida e dignidade desses trabalhadores. (MARCELO TRAVASSOS, 2014).

Mas a empresa em suas publicações e propagandas em meios de comunicação, faz questão de demonstrar que o trabalhador vem antes da produtividade. Esse discurso falacioso se confirmou em visita a campo, vimos que realmente as medidas de segurança do trabalho a empresa tem em documento, porém encurrala o trabalhador entre cumpri-las ou seguir os padrões de produtividade diária da empresa. Como observado, em relação a parada para exercício físico, embora a empresa coloca como necessária para evitar os riscos físicos e ergonômicos, essa em contrapartida exige uma produtividade diária do trabalhador, como expresso em entrevistas. Embora o trabalhador não ganhe mais de acordo com a produtividade, no final de cada dia é calculado o que cada operador conseguiu e é realizado um comparativo com o que é meta estipulada pela empresa. Quando esse valor fica abaixo do esperado, questionamentos são feitos e se houver persistência pode ocasionar até afastamento desse trabalhador. O que contribui para o não

³⁰ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

cumprimento regular das paradas para exercício.

Pautada no discurso da segurança como prioridade a Veracel se auto referênciava enquanto empresa que valoriza a vida dos seus trabalhadores. Nos dados dispostos no Relatório de Sustentabilidade 2010, referente ao ano de 2005 o número de acidentes registrados entre os trabalhadores diretos da Veracel, Empresas Prestadoras de Serviços e Empresas Encarregadas de Obras foi de 234, desses, 60 com sequelas mais graves, o que provocou o afastamento dos mesmos. Do total de acidentes ocorridos no referido ano, 82,48% acometeram os trabalhadores das terceirizadas, justamente os que têm menos direitos garantidos pelas prestadoras de serviços, e como não têm obrigação direta para com esses, a tomadora de serviço fica isenta.

Nos anos seguintes esse quadro se repete, chegando ao trabalhador direto da Veracel envolvido em acidente de trabalho. Atribuímos tal situação à questão da terceirização de parte significativa das operações da empresa, que busca se manter enquanto empresa que tem a segurança como pilar, e para demonstrar essa falácia faz referência à redução do número de acidentes e as medidas tomadas para a referida redução em todos os relatórios publicados. Mas que na realidade continua expondo os trabalhadores a condições precárias de trabalho, que vem ocasionando diversas lesões, as quais os tiram do mercado de trabalho, mas que não são referenciadas à atividade que desempenhava na empresa, já que segundo operadores, há casos de reintegração de trabalhadores, que depois de algum tempo por não responderem as expectativas da empresa são demitidos, contudo essas demissões não são computadas entre as ocorridas por acidente. Outro fator é que nem todos os acidentes (embora ocorridos com trabalhadores contratados por outras empresas a serviço da Veracel) são computados, pois são considerados de responsabilidade da terceirizada. A empresa é uma ótima propagandista de si mesma, em todos os relatórios enfatiza seu papel social perante as comunidades que atua, porém se compararmos os números investidos em projetos sociais (Tabela 3), esses são irrisórios aos incentivos que a empresa recebe do Estado.

Tabela 3 - Investimentos sociais da Veracel na Bahia em 2005

Temas	%	R\$ mil
Educação	9,40%	2.000
Saúde	17,85%	3.800
Saneamento	43,70%	9.300
Projetos diversos	18,79%	4.000
Segurança	3,29%	700
Instituto Veracel	5,17%	1.100
Doação	1,80%	383,6
Total	100,00%	21.283,60

Fonte: Veracel Celulose, 2010, p. 59.

Os valores investidos em 2005 somaram R\$ 21.283,6 (tabela 3), muito abaixo dos concedidos à empresa. A instância federal concedeu:

[...] 75% de redução na alíquota de imposto de renda incidente sobre o lucro das operações. [...] Os principais benefícios concedidos pelo estado da Bahia são o diferimento e o diferencial de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) redução de R\$ 2,4 milhões no recolhimento do ICMS. O benefício total utilizado, até o momento, é de R\$ 7,6 milhões. O benefício tem validade até maio de 2016. [...] Os municípios da área de atuação da empresa concederam o benefício fiscal de redução de 5% para 2% da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) para a Veracel e para as empresas de prestação de serviços contratadas e vinculadas ao projeto de construção da fábrica. No ano de 2005, o benefício foi da ordem de R\$ 6,8 milhões (Relatório de Sustentabilidade, 2005, p.23).

Assim como para outras empresas, o Brasil paga pela instalação da Veracel em seu território nacional e se orgulha do papel social desempenhado por ela. Com o discurso do desenvolvimento econômico e social, as grandes empresas internacionais têm o apoio irrestrito do Estado, que deixa de arrecadar bilhões em impostos para compactuar com a devastação ambiental, precarização e degradação do trabalho humano, agindo unicamente como aplainador das aplicações do capital.

A empresa, juntamente com instituições públicas e privadas, como forma de ludibriar a população, prega como principal objetivo a geração de emprego e renda aos que vivem em áreas ou próximo a essas com atuação da Veracel, mas que na prática exclui-se os sujeitos que mais necessitam de oportunidades de trabalho, seja via exclusão pelo nível de formação e ou simplesmente por se encontrar em condições inadequadas de moradia. Por esse último motivo, em situação julgada, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) condenou a empresa Setal Engenharia Construções e Perfurações S.A. que se encontrava a serviço da Veracel Celulose a pagar R\$ 41,5 mil de indenização por danos morais por considerar uma dispensa

discriminatória.

De acordo com o TST (2015), um homem foi demitido por estar vivendo em desacordo com os padrões estabelecidos pela Veracel. O operário havia sido contratado em agosto de 2004 por uma prestadora de serviço da Veracel, como ajudante na construção da fábrica da empresa, e demitido em outubro do mesmo ano, de acordo com informações, por não possuir móveis em sua residência. Inicialmente o deram dois meses para que comprasse, caso contrário seria demitido, o que se concretizou. Como um sujeito que recebe R\$ 301, na época um pouco mais de um salário mínimo, que precisa comprar o básico para manter o mínimo de suas necessidades, vai priorizar compra de utensílios domésticos? Esse é o tipo de desenvolvimento que a empresa busca nos espaços onde se instala. Geração de renda!? Esqueceram de discriminar para quem.

Situações desse tipo não são mencionadas em seus relatórios. Em relação aos contratos e demissões, o último relatório publicado em 21 de novembro de 2019 faz um comparativo entre os anos de 2016, 2017 e 2018 (Tabelas 4,5), de acordo com os dados somente em 2017 houve contratação. Sobre as demissões percebe-se que a maior ocorrência se deu entre os trabalhadores de 30 a 50 anos, acreditamos que isso está relacionado ao período que os trabalhadores começaram a demonstrar sinais de estafa devido aos anos disponibilizados para tal atividade, e que nesse momento essa força de trabalho não se torna mais interessante para a reprodução do capital. Como informado em campo, os trabalhadores desse setor têm um tempo útil bem reduzido, diante dos movimentos repetitivos que faz durante todo tempo de trabalho. “Um cara que entra com 18, 19 anos, com uns 35 anos ele já trabalhou 17, 18 anos da sua vida nessa atividade, com certeza seu braço não responde como antes, sua coluna nem se fala. Então ele não desempenha a atividade da mesma forma que desempenhava no início” (RECP)³¹.

Tabela 4 – Contrações por gênero em 2017

Contrações em 2017 por gênero		
	Masculino	Feminino
Até 30 anos	20	9
De 31 a 50 anos	28	10
Total		67

Fonte: Veracel Celulose (2019, p. 98)

³¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

Tabela 5 – Evolução das demissões

	Evolução das demissões					
	2018		2017		2016	
Até 30 anos	8	21,05%	17	26%	5	13%
De 30 a 50 anos	27	46,55%	41	63%	27	71%
Acima de 50 anos	3	5,17%	7	11%	6	16%
Total	38	100%	65	100%	38	100%

Fonte: Veracel Celulose (2019, p. 98)

Já a menor ocorrência entre os trabalhadores com idade acima de 50 anos, atribuímos ao fato que esses já se encontram próximos da aposentadoria, e representaria maior gastos da empresa com cancelamento de contrato.

Os dados das Tabela 4 e 5 são referentes aos empregados direto da Veracel, embora a maior parte da força de trabalho utilizada pela empresa seja de terceirizados, esses não são citados, o que vimos também em campo, pois dos 11 trabalhadores entrevistados que prestavam serviço a Veracel no corte do eucalipto, apenas 2 eram contratados direto da empresa, 4 da empresa Ponsse Latin América, 4 da JCL e 1 da Florestal Atlântica.

Se houvesse uma demonstração das demissões dos trabalhadores das terceirizadas que prestam serviço a Veracel, esse número seria absurdo se comparado a esses expostos no Relatório de Sustentabilidade, já que é característica das empresas terceirizadas a grande rotatividade dos empregados. Como se pôde perceber nos cortes do eucalipto realizados pela Veracel Celulose, os trabalhadores que prestavam serviço direto para a empresa tinham cerca de 8, 11 anos de contrato, enquanto que os terceirizados em sua maioria não ultrapassava um ano de contrato.

A rotatividade está relacionada principalmente ao ambiente macroeconômico em que a empresa está inserida e essa muitas vezes não tem condições de manter o número de contratos. A abertura de frente de trabalho está condicionada aos contratos que a empresa celebra com outras empresas, e geralmente esses contratos não são muito longos. Além do que, segundo funcionários de terceirizadas que prestam serviços no ramo da produção de madeira e celulose, há grande concorrência entre empresas do mesmo ramo na disputa de um edital de serviços para empresas desse setor, como colocou um trabalhador que atualmente trabalha para a JCL “só tem um mês que tô trabalhando aqui, a empresa que eu trabalhava antes perdeu o contrato

com a Veracel” (TCE6)³². Como se pode perceber os trabalhadores não ficam à espera da empresa até que esta consiga novo serviço a ser prestado por ela.

Além dessas questões externas da empresa, a rotatividade também acontece por iniciativa do funcionário (embora em menor grau), que em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho pedem desligamento da empresa, principalmente pelos baixos salários que as empresas terceirizadas pagam a seus “colaboradores”, e que tentam justificar esses valores pela necessidade de praticar os menores preços para execução dos serviços da empresa mãe. Como se sabe, ganha o edital a empresa que estiver disposta a fazer o serviço pelo menor preço. E a empresa terceirizada vai descontar esse valor de quem? O trabalhador é quem sempre sofre as consequências.

4.3 O plantio do eucalipto em Planalto-BA: características do processo.

A crescente demanda por madeira, tanto do mercado nacional como internacional, é associado aos limites de produção por parte das grandes empresas impostos pela legislação brasileira, têm criado estratégias para incluir novas áreas e produtores rurais na eucaliptocultura. No município de Planalto, embora seja recente essa propagação do eucalipto, seu plantio vem crescendo em tamanho e áreas ocupadas. Percebeu-se que essa produção se dá principalmente em grandes propriedades rurais, nas quais encontramos produtores como médicos, funcionários públicos, advogados, cafeicultores, esses são os mais capitalizados e que não têm nessa atividade principal fonte de renda, muitos veem esse investimento como uma previdência particular. Vale destacar que desses produtores mais de 80% só mantêm propriedade no município, vive em outro, e até em outros estados.

A eucaliptocultura além de atrair os sujeitos acima citados também vem atraindo os pequenos produtores do município, que vivem quase que exclusivamente da renda produzida por meio da terra.

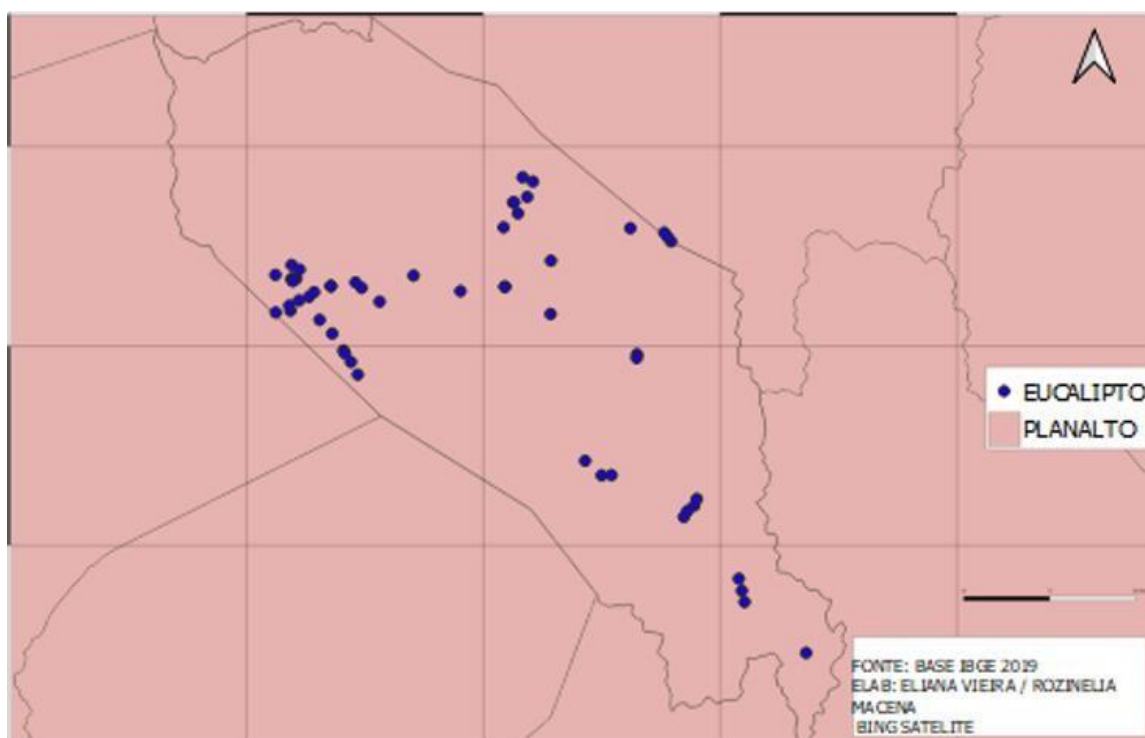
Das áreas com plantação de eucalipto foi constatado que apenas em uma dessas o produtor não é o proprietário da terra, realizou o plantio por meio do regime

³² Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

de arrendamento (105 hectares). Esse sistema vem sendo difundido no município, como forma de levar renda aos proprietários de terra, contudo não vem sendo bem aceito por parte de todos os produtores, por acreditarem que os custos benefícios não valeria a pena, pois creem que esse plantio poderia estragar a terra. Há aqueles que se sentem tentados pela possibilidade de arrendar, mas alegam que no momento não, talvez futuramente.

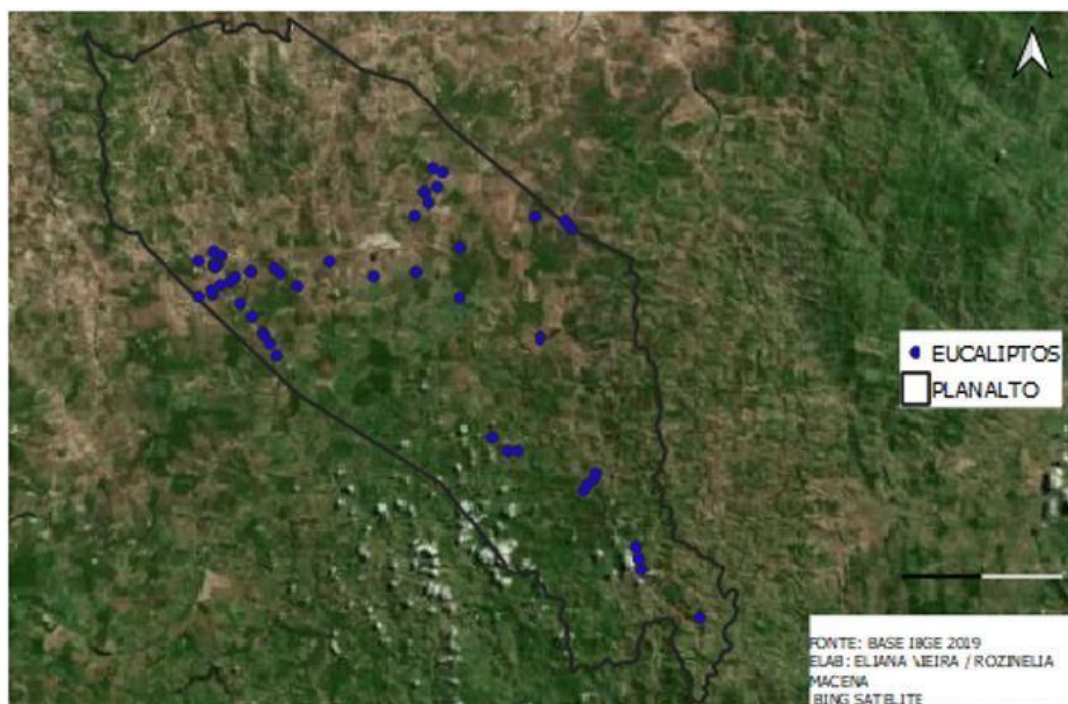
Durante a pesquisa de campo foi evidenciado que pelo fato de o plantio de eucalipto ser atividade recente no município ele se encontra de modo espalhado no espaço (Mapa 2).

Mapa 2 - Distribuição das áreas de cultivo de eucalipto no município de Planalto.



Fonte: Base IBGE, 2019.
Elaboração: Eliana Vieira/ Rozinelia Macena.

Mapa 3 (carta imagem) - Distribuição das áreas de cultivo de eucalipto no município de Planalto, 2020.



Fonte: Base IBGE, 2019.
Elaboração: Eliana Vieira/ Rozinelia Macena.

Mediante a pesquisa constatou-se que desses espaços ocupados pelo plantio do eucalipto 75,9% são propriedades pequena e médias, (Tabela 6).

Tabela 6 – Quantidades de propriedade

Propriedades (ha)	Quantidade
1-100	44
101-200	8
Acima de 200	2

Fonte: Eliana Vieira dos Santos Elaborado pela autora

Devido a impossibilidade de alcançar todas as áreas cultivadas no município com o plantio do eucalipto, para a confecção do Mapa 2 e da Tabela 6, no sentido de demonstrar a distribuição da produção, tanto pelo pouco tempo disponível para a pesquisa, quanto principalmente devido à dificuldade de acesso a essas comunidades, desse modo esses instrumentos de pesquisa foram confeccionados com base nas áreas as quais tivemos acesso.

Dos entrevistados, 80% plantam eucalipto em propriedades com menos de 50 hectares e no município há apenas 2 produtores que se utilizam de áreas maiores para esse plantio. Diante desse quadro, constatamos que esse plantio vem se

propagando de modo mais contundente entre os pequenos proprietários, já que dentre esses produtores a maior parte possui menos de um módulo fiscal, que de acordo com a classificação do INCRA em Planalto corresponde a 35 hectares.

Todos os entrevistados dizem ter realizado o plantio por meio de financiamento próprio, e por conta disso, no momento do plantio não precisaram provar regularização junto à instituição financeira, o que levou muitos produtores a executar o plantio de forma irregular, sem licenciamento ambiental. Dos entrevistados, alguns já conseguiram regularizar o plantio, outros se encontram no processo de regularização e outros que não demonstraram interesse na regularização, visto que comercializam apenas com carvoarias que não exigem a legalização da madeira. Confirmados, apenas 3 proprietários registraram o plantio nos órgãos competentes. Esse é um dos agravantes da plantação do eucalipto em Planalto, pois constatamos que não há controle algum desse plantio por parte do poder público, assim este só intervém, quando é acionado pelo próprio produtor, quando necessita de declaração para a emissão da licença por parte do governo estadual. Nesse caso o representante do governo diz que:

[...] precisa fazer a visitação e emitir uma declaração dizendo se aquela cultura naquele determinado local, ambiente vai causar algum prejuízo ou já está causando algum prejuízo ao meio ambiente, aí a gente só emite a declaração. Dependendo daquela declaração nossa, o estado nem fornece a licença. Isso só para aqueles grandes produtores que precisam da licença, porque tem muita gente plantando sem ter licença, muita gente plantando eucalipto aí pelo que a gente está acompanhando pela secretaria, tem muita gente plantando sem orientação, achando porque fulano plantou e vendeu eucalipto em cinco anos eu também vou vender, vou ganhar dinheiro, sem planejar, está sendo problema, mas a maioria dos grandes todos tiveram que pedir a prefeitura para emitir laudo (RPP1)³³.

Há um descontrole municipal no acompanhamento das áreas que estão ocupadas com o eucalipto, situação clara em levantamento de produtividade realizado pela Secretaria de Agricultura, esta alega ter no município entre os anos de 2017 e 2018 apenas 1000 hectares ocupados por esse plantio. Sendo que a soma de propriedades de apenas um produtor no município é superior a essa área. Isso acontece pelo fato de a secretaria calcular apenas as áreas com liberação de licenças

³³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 09/12/2019.

para a produção, portanto, os plantios sem registros não foram computados nesse levantamento. O que se observou é que não há preocupação social, e muito menos ambiental por meio das instituições municipais. Em pesquisa empírica, presenciamos muitas áreas de mata nativa desmatada, queimada (Fotografias 16 e 17). Na fala dos moradores de áreas próximas a essas, alegam serem frequentes tais ações na região, sem nenhum impedimento das autoridades competentes. Segundo informações obtidas em campo, há fazendeiros que têm derrubado a mata nativa e substituído pelo eucalipto, que segundo eles essa madeira tem um maior valor agregado.

Fotografia 16: Área de mata nativa desmatada, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

Fotografia 17: Área de mata nativa queimada, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

Dos entrevistados, 60% estão realizando o primeiro corte, 40% se encontra em diferentes estágios da produção, a exemplo de um produtor do município, que possui várias propriedades com diferentes tamanhos e períodos de plantações; há áreas à

espera de maturação do eucalipto para o primeiro corte, áreas que já se encontra com 2º corte realizado, áreas em reserva para novos plantios.

O destino da produção do eucalipto é diverso e os produtores comercializam com diferentes setores, além disso, destinam a madeira para lenha (padaria, cerâmica), serraria e mourões de escoras. Segundo os produtores tem um pessoal que traz bloco e telha de Minas Gerais e volta carregado de lenha, esse é o mercado forte da região, então vendem boa parte da produção de forma fracionada; “o pessoal ia cortando, tinha dia de carregar cinco caminhões para levar para cerâmica”(PCE2)³⁴. E a partir de 2018 passam a destinar a produção também para empresas de produção de celulose.

Se mostraram variados os motivos que impulsionaram os proprietários rurais a investirem na produção do eucalipto. As principais motivações estão associadas à questão de outros produtores terem investido na produção e aparentemente obtido êxito, também pelo possível retorno financeiro, enfraquecimento da produção cafeeira e como forma de utilizar áreas de pastagem degradadas. E em uma situação um tanto curiosa, um produtor realizou o plantio com objetivo de secar a terra, ele coloca que “tinha uma área aqui que atolava direto, tentei de tudo, passava máquina, cascalhava e nada, e como mesmo se diz que eucalipto seca até cano de água, resolvi plantar e num é que deu certo. Pode ter a chuva que for nem lameia mais, as tora tá tudo grossa” (PCE4)³⁵. Esse produtor não plantou com intuito de vender a produção, segundo ele há uns três anos e já está mais grossa do que em outras regiões mais secas. Atribui o bom desenvolvimento da planta a alta quantidade de água que esse recebe naquela área.

As terras que vêm sendo ocupadas pela produção do eucalipto é caso de preocupação, pois como o município tem uma produção agropecuária diversificada (Tabelas 7 e 8) a exemplo do café, banana, milho, feijão, tomate, atividades que necessitam de força-de-trabalho periodicamente, com a introdução dessa nova cultura o número de vagas de emprego que já é escarço no meio rural do município, vem diminuindo, e pode piorar, já que nesse plantio o número de trabalhadores constantes na propriedade é mínimo.

³⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 05/11/2019

³⁵ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 28/12/2019.

Tabela 7 - Produção agropecuária do município no período referente ao ano de 2017/2018

Quantidade produzida, Área colhida, Valor por produtos da lavoura perene.			
Nome do produto	QP	AC	VET
Banana- cacho	260 t	400 ha	1.820.000,00
Café – grão	4200 t	3500 ha	31.500.000,00
Maracujá – fruto	1200 t	100 ha	240.000,00

Significado das linhas

QP Quantidade produzida (Toneladas) AC Área colhida (Hectares)

VET Valor Estimado Total

Fonte: Secretaria de Agricultura de Planalto-BA. Elaborada pelo autor

Tabela 8 - Produção agropecuária do município no período referente ao ano de 2017/2018

Quantidade produzida, Área colhida, Valor por produtos da lavoura temporária.				
Nome do produto	QP	AC	VET	
Batata doce – raiz		3,5 t 70 ha		70.000,00
Cana – de – açúcar		2000 t 200 ha		800.000,00
Feijão – grão		1.200 t 2.000 ha		3.000.000,00
Mandioca – macaxeira – aipim		6.300 t 900 ha		2.205.000,00
Melancia – fruta		750 t 50 ha		262.500,00
Milho – grão		1.308 t 1090 ha		876.360,00
Tomate – fruto		8.000 t 200 ha		12.000.000,00
Pimentão – fruto		4.000 t 200 ha		3.000.000,00

Significado das linhas

QP Quantidade produzida (Toneladas) AC Área colhida (Hectares)

VET Valor Estimado Total

Analisando a demanda de produtividade das principais atividades agropecuárias do município (Tabelas 7 e 8) no período referente ao ano de 2017/2018, confirmamos quão diversificada é a produção, sabendo que essa é realizada principalmente pelos pequenos produtores. Há uma preocupação em relação à substituição de áreas com essas produções de alimentos pelo plantio do eucalipto, o que já é perceptível em algumas propriedades rurais. Situação que tende a se agravar, já que a maioria dos produtores pretendem aumentar a área de plantio, alguns já com áreas reservadas para essa finalidade.

A expectativa em aumentar as áreas com o monocultivo do eucalipto está relacionada a questões como a renda auferida com a venda do plantio, a baixa produtividade do café e, principalmente, a procura por madeira por parte de diferentes setores. Como acompanhado em campo, os produtores se mostraram muito esperançosos em um mercado de madeira no município.

[...] Agora a gente tá buscando empresas que fizesse contratos mais de longo prazo, por exemplo, a Veracel veio comprar aqui nesse momento, mas ela não sinalizou assim uma parceria muito para o futuro, a gente ainda está buscando um mercado desse tipo, de uma empresa ou que se instalasse aqui na região ou mesmo que fosse de fora, mas que tivesse interesse de fazer um contrato para 10, 20 anos, esse contrato grande ainda não tem não, mas já está se desenhando alguma coisa. Lá no Polo de Camaçari tem três empresas grandes, também há uma falta de madeira grande, então todas três já vieram conversar com a gente, inclusive com essa perspectiva, de fomentar, de fazer plantios e cortando o que já tem e até mesmo investir em áreas novas. Então essa expectativa que a gente tem de fazer alguma coisa já pro futuro (PCE2)³⁶.

Com esse intuito, 2 dos entrevistados disseram estarem pleiteando o financiamento da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que permite, o “produtor rural financiar projetos de investimento destinados as práticas que contribuam para a redução da emissão de gases de efeito estufa oriundo das atividades agropecuárias” (BANCO DO BRASIL, 2019). Os bancos do Brasil e do Nordeste disponibilizam esse tipo de financiamento. De acordo com estes, o financiamento tem o objetivo de proporcionar um sistema de produção mais sustentável, e em contrapartida o aumento da produtividade, redução do desmatamento e “conciliar a conservação de solo e de água, adequar as propriedades rurais à legislação ambiental, ampliar a área de florestas cultivadas e estimular a recuperação de áreas degradadas” (Banco do Brasil, 2019).

Pelo que se observou diante da pesquisa, os produtores têm buscado diferentes meios para ampliar o mercado de madeira no município de Planalto. E como os próprios colocaram, mercado não falta, seja de grandes empresas interessadas ou mesmo de pequenas. Porém nem todos os produtores se mostraram tão otimistas em relação às perspectivas de ascensão com o plantio do eucalipto, e diante da situação disseram não ter intenção em continuar com essa produção e alegaram o tempo em que a terra fica com o eucalipto e nesse período não encontraram meios para obter renda, se não fora da sua terra, preferindo o plantio de diferentes culturas como de costume, uma vez que esse proporcionava renda (embora pequena) constante durante todo o ano. Esses aí são os pequenos, os que possuem pouca terra, demonstrando o quão é inviável a produção desse cultivo para esses sujeitos. Já os

³⁶ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 05/11/2019.

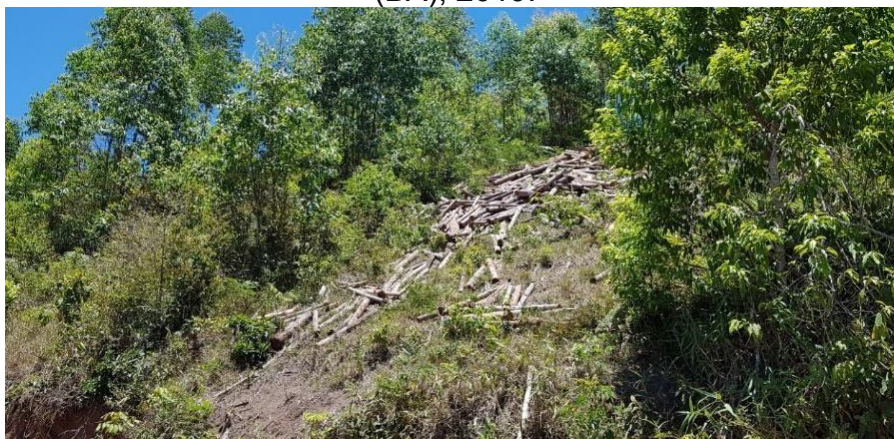
mais capitalizados, os que possuem mais terra, veem a produção como um grande nicho de mercado, e até passam a adquirir ou arrendar terras para isso, demonstrando como a atividade é seletiva. Mas, seja de que forma for, esses sujeitos ficam nas mãos de empresa, para quem parte da renda extraída pelo trabalho é drenada para se converter em mais valia.

Além do que, muitos, pela falta de planejamento no plantio, utilizaram sementes de má qualidade o que fez com que o desenvolvimento da planta não fosse satisfatório, até mesmo porque, segundo o representante da Veracel, a muda que é feita com a semente não consegue ter o mesmo desenvolvimento de um clone feito de uma muda. E como parte dos pequenos produtores em muitos casos não dispunham de recursos para aquisição de clones, compram em viveiros de “fundo de quintal”, por só lhes restarem essa opção.

Outros colocaram a dificuldade para comercializar, como fator de desistência em continuar com a produção do eucalipto. Um dos entrevistados diz: “até agora não achei comprador, até o ano passado não tinha intenção de vender, queria deixar para agregar valor, mas vendi a propriedade, e agora preciso entregar sem o eucalipto, mas a terra é acidentada, não tô conseguindo comprador” (PCE3)³⁷. Essa é a realidade de muitos dos pequenos produtores, pois diferentemente da maioria dos grandes produtores, que disponibilizam de terras de fácil acesso, com pouca declividade, esses estão localizados, geralmente em áreas de difícil acessibilidade (Fotografia 18), o que torna a produção ainda mais difícil, principalmente de madeira, que requer muito esforço para o deslocamento do produto até o carro que vai transportar a produção.

³⁷ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 24/11/2019.

Fotografia 18: Plantio de eucalipto em área com declive acentuado, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas na produção, principalmente pelos produtores que vivem exclusivamente da terra, percebeu-se que 70% dos que realizaram o plantio do eucalipto, enxerga nesse mercado a saída para a crise agropecuária que o município vem vivenciando nos últimos dez anos. O que sinaliza para um investimento futuro ainda maior no plantio do eucalipto. Situação que tende a agravar ainda mais a concentração fundiária do município e a condição de explorado da força de trabalho rural.

5 SEÇÃO V - AS CONTRADIÇÕES INERENTES AO PROCESSO DE SUJEIÇÃO/ EXPROPRIAÇÃO/ REPRODUÇÃO DOS TRABALHADORES NO/DO CAMPO.

Os "superfluos", multiplicando-se aos montes, precisam ser disciplinados e forçados a aceitar seu destino de maneira ainda mais dura que os "ocupados". Assim como no nascimento do capitalismo a colonização interna e a externa se condicionavam mutuamente, agora o novo colonialismo externo, ligado à crise, da periferia ocidental do mundo, sob a liderança dos E.U.A., vira um colonialismo interno, também ligado à crise, da administração da pobreza. [...] O processo socioeconômico da individualização nos Estados ocidentais da indústria e da prestação de serviços não é anulado por conta disso. Mas agora todos os "empresários de si mesmos" e os aventureiros fracassados da autorealização podem sentir que o anonimato das coerções sistêmicas assume, na realidade da crise, a face dos vigias e dos capatazes, dos "oficiais e suboficiais do capital" (Marx). O tom das casernas voltou: de novo ouvimos berros, somos escarmentados, humilhados, insultados, tudo para não esquecermos o que a maravilhosa modernidade da economia de mercado é segundo sua essência: uma relação de coerção social. (Kurcz, 2003).

Tendo em vista os objetivos da dissertação, a presente seção mostra inicialmente as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador rural de Planalto-BA para se reproduzir, nesse processo se apresenta vulnerável aos interesses do capital. Discute a questão da mobilidade do trabalho para demonstrar como esse processo leva a subsunção e reprodução para os sujeitos do campo, situação em que se torna a única alternativa e não escolha de reprodução da força de trabalho. Ademais, evidencia a baixa capacidade do monocultivo em gerar emprego e o processo de exclusão dos postos de trabalho no campo planaltense e a inclusão marginal do trabalho.

5.1 Análise dos agricultores e suas dificuldades.

O Município de Planalto apresenta uma realidade econômica com índice de pobreza preocupante e má distribuição de renda. De acordo com o índice de Gini que corresponde a 0,45. Segundo dados do IBGE em 2017, 48.9% da população tinha rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a população ocupada correspondia a apenas 6,5%, com remuneração média mensal de 1,6 salários mínimos. Planalto se enquadra nos municípios com graves problemas sociais, aspecto esse ainda mais visível na zona rural, que de acordo com o Representante do Poder Público (RPP1) houve um agravamento dessa situação, pois nos últimos dez anos, ocorreu uma redução do regime de chuvas, o que contribuiu para a mudança do nível de importância da agricultura na geração de renda do município. Ele coloca que as atividades geradoras de renda se apresentam na seguinte ordem de importância, “primeiro a prefeitura, depois os aposentados, depois o Bolsa Família, a quarta fonte de renda do município é a agricultura, é a que mais demanda e produz, é a agricultura que produz, produz através do pequeno produtor”³⁸.

Antes desse período, de acordo com estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as principais fontes de renda do município eram, prefeitura, agricultura, aposentados e Bolsa Família. Em campo, constatamos que no município há áreas na caatinga que nos períodos de seca, os sujeitos não produzem nem mesmo a palma, que melhor se adapta em áreas com períodos longos de estiagem. Os que conseguem vender sua força de trabalho a outros, adquirem um meio de sobreviver nesses tempos difíceis, e os que não, principalmente pela idade avançada, sobrevivem através das transferências de renda do governo.

Dos 30 entrevistados, 21 sempre viveram no meio rural, são filhos, netos, bisnetos de camponeses, enquanto que 7 viveram por um tempo na zona rural e hoje vivem na área urbana, mas mantém a propriedade, destes, 2 resolveram investir na área rural e nunca moraram no campo, só tiram parte da renda desse espaço.

Quanto às dificuldades encontradas para realizar a produção, os produtores demonstraram várias, na região da caatinga, por exemplo, foi apontada a falta de água, ausência de cooperativas e estradas inacessíveis, como relata TR3:

Só tem água quando chove, quando planta e chove pouco uma

³⁸ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 09/12/2019.

partedá, outra não. Agora mesmo num deu nada. Mi (**milho**) já perdeu, porque num choveu, perdeu e secou tudo. Outubro, novembro pra cá num choveu mais, se chover num dá mais, o mi (**milho**) já tá seco. Água nós num tem pra plantar regado, água nossa é água de poço, num tem rio³⁹.

A falta de água é um dos principais fatores contribui que para o endividamento do camponês, pois adquire financiamentos na esperança de realizar a produção com mais recursos. Contudo, no final por não conseguir retorno da produção e sem encontrar outro meio para liquidar a dívida, acabam ficando em situação pior do que anterior ao financiamento.

Em relação às estradas, de acordo com o RPP1 do município “As estradas na região da caatinga não é problema muito para o município não, pelo menos pelo que eu avalio a grande dificuldade nossa é a área da Mata no período de inverno”⁴⁰

No entanto, não foi essa a realidade observada em visita às comunidades da Região da Caatinga (Fotografia 19), onde há trechos que o tráfego de veículos está praticamente inviabilizado. Os pequenos produtores reclamam da falta de manutenção das estradas, alegando a prestação desse serviço apenas no início do ano letivo e/ou no inverno quando os ônibus escolares começam a atolar, e mesmo assim só realiza essa atividade por ser de obrigação do governo viabilizar o acesso dos alunos à cidade para estudar, acrescenta que “com isso acaba ajudando todo mundo, mas num (**não**) é feito porque nós que vai lá reclamar não, que quase o ano todo ela fica é do jeito que tá agora” (Trabalhador Rural (TR1))⁴¹.

³⁹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 05/12/2019.

⁴⁰ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 09/12/2019.

⁴¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 20/11/2019.

Fotografia 19: Estrada da Caatinga, Planalto (BA), 2019.



Pesquisa de Campo, outubro de 2019.

Até mesmo a Região da Mata (Fotografia 20) que o RPP1 alegou dar manutenção às estradas constantemente, houve reclamações, como se pode observar na fala da agricultora da Comunidade de Barra do Rio:

As estradas são péssimas, a gente tem batalhado pra vê se tem uma melhoria, mas num tem jeito, ele passa a patrol só na estrada principal, nos ramal nada. Aqui chove bastante, aqui a gente precisa dum cascalhamento da estrada, porque quando bate a chuva aí leva a terra e fica só a buraqueira, se a pessoa facilitar e cair dentro acontece um mal feito⁴².

Fotografia 20: Estrada da Mata, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

O RPP1 ao ser questionado sobre a possibilidade de criar cooperativa no município, este alega dificuldade para manter uma cooperativa a nível municipal, pois a demanda seria insuficiente pra manter o movimento.

Em relação ao acesso ao crédito, quase todos os agricultores enfocaram a burocracia como fator que dificulta o acesso ao empréstimo e muitas vezes devido a

⁴² Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 02/10/2019.

esse problema os recursos demoram a ser liberados e chegam atrasados em relação à época do plantio, dos 30 entrevistados apenas 08 disseram não enfrentar dificuldades, pois de acordo com os mesmos, depois do primeiro cadastro, “você pagando em dia, o crédito cai automaticamente em sua conta” (TR3)⁴³, não sendo necessário mais a intervenção do sindicato ou secretaria no processo, uma vez que não necessita mais de projeto, faz somente a solicitação ao gerente do banco.

Dos entrevistados, 18 já acessaram o crédito mais de uma vez, mas evidenciaram que não pelo fato de ter sido este um meio de melhoria para suas vidas “se não, não tinha precisão de pegar outra vez” (TR3)⁴⁴, e sim pelo fato de ser um meio para ajudar na produção.

De acordo com os agricultores, a forma utilizada pelo banco para cobrar os empréstimos em atraso é por meio de cartas e intervenção do sindicato, que os convida para reuniões, nas quais propõe o parcelamento da dívida.

Relataram ainda a inexistência de melhoria no nível de tecnificação depois do acesso ao crédito, pois “é tão pouquinho que num dá pra muita coisa e também num faz milagre, tem gente que pega o empréstimo e acha que vai ficar rico, muitas vezes fica pior” (TR9)⁴⁵. Essa é a forma que o programa se apresenta para os agricultores, como sendo a “salvação da lavoura”, muitos são os benefícios prometidos, mas que na prática não se consolidam.

Dos 30 agricultores entrevistados, 8 disseram ter alcançado melhorias com o crédito do PRONAF, vez que não dispunham na época do dinheiro para comprar a semente e para preparar a terra, desse modo o agricultor coloca que “então foi bom, más depois precisei de novo” (TR6), e outro acrescenta dizendo: “num sentido é bom, porque ajuda o cara trabalhar na própria terra dele, só que é trabalho cativo, porque na hora de buscar o dinheiro é bom, mas na hora de levar, quem pensa vai, quem num pensa se enrola, e enrolar com banco num presta” (TR6)⁴⁶. Para o agricultor não se endividar com o banco, limita-se a produzir apenas o que foi estipulado no projeto, pois desse modo acredita que terá possibilidades de retorno, ao menos para liquidar a dívida, além do que está previsto nas cláusulas gerais que regem o contrato de abertura do PRONAF, que os financiados são obrigados a comunicarem “previamente ao financiador quaisquer alterações nas atividades desenvolvidas no(s) imóvel (is),

⁴³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 06/10/2019

⁴⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 06/10/2019

⁴⁵ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 02/10/2019.

⁴⁶ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 02/10/2019.

como a(s) mudança(s) de cultura(s) e alteração (ões) de área”, sendo que a “falta dessa informação poderá importar no vencimento antecipado desta e de todas as dívidas junto ao financiador, ficando este autorizado a promover a cobrança judicial de todo o débito” (Cláusula - da alteração das atividades, p.12). Já 22 agricultores alegaram ter sido um meio de agravamento da sua situação, dizendo:

Eu entrei no PRONAF, eu num digo que se danou a minha situação, mas sim complicou, cada dia que passa você não pode pagar o que deve, você fica preocupado né, aí a preocupação dobra, acabando os dias de vida da gente, e por isso é que eu pego com Deus, to trabalhando pra mode conseguir pagar, eu tenho até uns fi (**filho**) em São Paulo que disse que vai me ajudar pagar. Eu entrei pensando que era uma coisa que desenvolvia, mas no sertão aqui num desenvolve não. Pra mim mesmo foi a pior coisa que eu entrei, pensando que iam melhorar, mas piorou, piorou porque num chove, aí pega um tempo desse, você não tem como criar, como produzir, planta uma roça, como a gente plantou aí, o feijão ainda deu um pouquinho que dar pra despesa, já na roça de mandioca, limpa ela e quando é na hora de tirar raiz chega lá tem aquelas batatinhas num pé e outro. Como é que você vai pagar banco? A dificuldade da gente tá é aí, mas a gente vai lutando (TR4)⁴⁷.

Situação visível em muitas famílias que não conseguem êxito na produção e precisam buscar meios para quitar o financiamento, transpondo-se assim para uma condição desfavorável à anterior ao acesso ao crédito.

Além dos problemas relatados acima, os camponeses reclamam da falta de projetos voltados para a classe por parte do poder municipal. E alegaram a inexistência de ação dessa instituição junto às associações, enfatizando a falta de interesse da mesma, situação que já vem desde os outros mandatos. Contudo, o representante do poder público diz fazer um trabalho junto às associações com o objetivo de fortalecer a organização do pequeno produtor.

A partir de 1994, o governo federal vem tentando demonstrar a valorização do pequeno produtor, por meio de ações que levam a crer que essa classe está sendo lembrada em seus projetos. Uma das últimas medidas é a Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Educação (MEC) que estabelece que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas

⁴⁷ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 06/10/2019.

e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

- I - Impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II - Inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; III - condições higiênico-sanitárias inadequadas (FNDE, lei nº 11.947, 2009).

O que a torna inviável para boa parte dos produtores, pois o que se percebeu no município é que está havendo dificuldade de encontrar os produtores que se enquadram a todas as exigências estabelecidas pela lei, o RPP1 diz que:

[...] quando a gente vai adquirir na mão dos pequenos produtores eles têm que se organizar com a documentação através da associação ou transformar sua produção em um MEI, para que eles possam participar da seleção pública chamada pública da prefeitura. Aí a associação tava cheia de pendência não tinha certidão negativa aí eles não conseguiram participar. Na verdade, dessas que produzem aqui só teve uma daqueles produtores da região da Veredinha, tem outros da Baixa do Lico e 2 da Vereda Nova, acho que a gente tem aí 6 ou 7 pequenos produtores que fornece. Mesmo assim a prefeitura teve que ir até eles, trazer, fazer uma capacitação, teve que ter uma orientação, o que para nós prefeitura tem que fazer chamamento público, fazer uma ata tem que estar com a certidão tudo regularizado, tem que mostrar que tem um PRONAF na mão⁴⁸.

Na fala do RPP1, quer dizer que precisa se amarrar a participação no PRONAF, ao capital financeiro, do contrário não há a possibilidade de participação no programa de fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

Outro agravante é a falta de possibilidade de se formar grupos de agricultores para fazer a compra do edital, o que nos leva a questionar, na verdade a quem veio beneficiar essa lei? Ao pequeno produtor que dificilmente conseguirá fornecer a diversidade de alimentos que eles exigem ou aos grandes produtores? No final, estes últimos serão os beneficiados, pois a própria lei no inciso 2º dá abertura para tal situação. Se realmente estivessem pensando no agricultor camponês, não seriam impostas tantas exigências e até mesmo daria oportunidade para vários agricultores ao mesmo tempo. Mas na realidade, essa é mais uma forma de ludibriar os

⁴⁸ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 06/10/2019.

camponeses, de modo que acreditem que algo está sendo feito a seu favor.

A maioria dos agricultores entrevistados, reclamou da forma como está sendo feita a seleção dos produtores para o fornecimento de alimentos para a merenda escolar no município.

Há um contrassenso no PNAE, posto que o acesso ao crédito se faz valorizando a monocultura. Ao adquiri-lo e, por possuir pouca terra, essas acabam ocupadas, em grande medida, pelas monoculturas de mercado. Assim sendo, não sobra, ou sobra pouca terra para um cultivo diversificado que mal dá para manter a subsistência da família. Nesse sentido, o critério que o amarra ao crédito é o mesmo que o excluí do programa federal. Não há um incentivo à produção variada, essa não é objeto de financiamento, portanto não são criadas as condições dessa produção diversificada, tão logo a inviabilidade da participação desses sujeitos.

Observamos que, embora ao longo dos anos o Estado venha propagando um novo direcionamento da agricultura familiar, com o discurso de criar formas de promover a permanência desta no meio rural com dignidade, na realidade, a condição desse grupo continua precária, pois os problemas citados durante o ponto em discussão constituem-se um entrave à superação das dificuldades. Ainda que a semiaridez tenha sido apontada em vários momentos como um dos empasses para a reprodução dos pequenos produtores do município, o problema maior não é esse, pois esse seria facilmente dirimido com políticas públicas efetivas, o problema é a opção pela grande produção, como já apontamos. Por outro lado, existe também por parte do mercado o interesse de se apropriar dessa produção, da renda camponesa, bem como de prendê-los nas rédeas do capital financeiro, o capital portador de juros, cujo objetivo final acaba por fazê-los abandonar suas terras, tendendo à compra de maiores produtores, com melhores condições financeiras para atender as demandas do mercado. Com isso, intensifica-se o processo de degradação das condições de vida desses sujeitos, a sujeição, por vezes a expropriação, ocasionando a concentração da terra de um lado e a proletarização e intensificação da precarização do trabalho e do desemprego por outro.

Outro problema é a questão da modernização da agricultura, que trouxe possibilidade de aumento da produtividade a alguns e em contrapartida desvalorização da produção de outros. Ou seja, esses programas são seletivos e assim incrementam as desigualdades e não as dirimem. No Brasil, a mecanização da agricultura vem aumentando cada vez mais com as inovações tecnológicas e a

expansão do capitalismo no campo, que sugere uma maior produtividade, contudo esse avanço tecnológico não vem sendo extensivo às unidades camponesas na mesma proporção. No município de Planalto esse fato é visível, uma vez nas pequenas propriedades o nível de tecnificação é praticamente inexistente.

Em entrevistas com agricultores, percebeu-se que a maior parte dos instrumentos utilizados na produção é mais rudimentar, com exceção daqueles produtores que já se encontram mais integrados na produção capitalista, como é o caso de produtores do café da região. O que é reforçada pelo RPP2 do município, que ao ser questionado sobre o nível de tecnificação da produção no município, coloca que:

Ela é mais tecnificada com os médios e grandes produtores, na área de PRONAF de pequenos agricultores familiares ainda é muito rudimentar a tecnologia, não tem acesso a tanta tecnologia. Na cafeicultura já existe a mecanização na colheita, a cafeicultura hoje para o médio e grande produtor ela ta quase 70% mecanizada [...] na área de pecuária também já está se buscando novas, várias alternativas também na área de modernização da estrutura produtiva, como área de leite, na parte de ordenha mecânica, resfriamento de leite com resfriadores, o uso de inseminação artificial, com melhoramento genético, mas sempre voltado ao médio e grande produtor⁴⁹.

Situação que evidencia a posição ocupada pelos camponeses no município, que enfrentam várias dificuldades para realizar sua produção, desde os problemas advindos das causas naturais como os regimes de chuvas, solos inférteis que por falta de possibilidades de adquirirem terras melhores são obrigados a sujeitarem-se a propriedades que suas condições financeiras os permitem, e aos problemas financeiros. Com a resolução deste último, poderia ao menos amenizar os problemas de ordem natural, vez que estes produtores poderiam lançar mão de irrigação na época de seca, fazer melhoramento de solo. Contudo, os que mais necessitam das técnicas modernas de produção são os que se encontram excluídos do acesso a essas. Na visão do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, “não há muita técnica no sentido de mecanização, mas de técnicas agrícolas, orientações técnicas existem bastante, existe a assistência técnica por parte do sindicato e da prefeitura e as particulares que alguns agricultores pagam”⁵⁰.

Contudo, nem sempre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais presta assistência

⁴⁹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 26/07/2019.

⁵⁰ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/05/2019

ao pequeno produtor, principalmente no sentido da produção de alimentos, o que ficou claro em entrevistas realizadas com os camponeses. Tendo o representante do sindicato atribuído a culpa aos camponeses, ao alegar que a orientação técnica não é bem aceita pelos agricultores, pois não querem saber de teoria, acham que é muito complicado parar um dia pra tomar um curso, embora já tenham realizado alguns. Mas de acordo com alguns representantes de associações rurais, na prática não é o que acontece, pois se o produtor necessita de uma orientação “corre aqui, corre ali e ninguém pode, às vezes tem que tirar da goela para pagar, e às vezes é os de lá mesmo”(TR3)⁵¹. Há uma incompreensão por parte daquele que deveria servir de estimulador dos pequenos agricultores. A questão central é a inserção subordinada, o propósito do endividamento, a tentativa de demonstrar a total incapacidade dos camponeses de se adequarem ao que é moderno, condenando-os ao isolamento e a constante eminência da perda da terra. E é assim que ascende a figura do agricultor empreendedor, o verdadeiro sujeito moderno capaz de se adequar as demandas do mercado, os senhores do agronegócio, e alguns agricultores familiares que possuam maior quantidade de terras e melhores condições financeiras, realidade que não se aplica aos camponeses mais pobres. Porque a ideia é exatamente aquela defendida por teóricos como Abramovay, José Graziano da Silva e outros, de que os camponeses irão desaparecer, deixando em seu lugar os agricultores familiares que se inserem, totalmente, às demandas do mercado.

O que se observa é que embora o capital venha estimulando o uso de técnicas modernas de produção a fim de comercializar maquinários agrícolas, este não oferece condições favoráveis de acesso a todos.

As tecnologias de produção, embora sejam mediadoras de benefícios da produção agropecuária, não alcançam os pequenos produtores, o que faz com que estes sofram com os efeitos negativos dessas tecnologias. No município de Planalto o número de desempregado estrutural vem aumentando cada vez mais, principalmente no que se refere à colheita do café, pois esta atividade é desde muito a principal, de parte significativa das famílias planaltenses, que adquirem o sustento da família por meio dela. A colheita do café é também atividade realizada por grande parte dos jovens da cidade, contudo, devido à modernização da cafeicultura, parte desses, estão sendo dispensados, pois as fazendas estão diminuindo o efetivo de

⁵¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 06/10/2019.

trabalhadores por conta das máquinas. As implicações dessa modernização na cafeicultura no município de Planalto ficam claras nas falas dos jovens:

Antes era bom, a gente já sabia que tinha o dinheiro certo pras festas de junho, começava a panha (**colheita**) do café ni (**em**) maio e ia até julho, agosto. Hoje tem hora que não vai nem até junho, já não tem mais nada pra catar, as maquinas já fez tudo. As outras coisas também da roça não usa mais tanta gente, trabalho ficou difícil (TR2)⁵².

Situação que vem contribuindo para que os trabalhadores mudem de profissão, de inserção laboral, ocupacional, constantemente, em busca de se reproduzir socialmente nesse “mundo convulsionado” (THOMAZ JUNIOR, 2019). Além dessas implicações na questão da migração dos jovens, outro aspecto preocupante é a questão da saúde. Segundo informações dos entrevistados, muitos são os casos de intoxicação por conta dos fertilizantes e inseticidas utilizados nas grandes propriedades.

Em relação à assistência dada pela Secretaria de Agricultura do município aos agricultores, de acordo com o RPP2 há atendimento “tanto na parte da assistência técnica, como na parte de capacitação e também no acesso ao credito”⁵³. Contudo, tal informação por meio de entrevista não se confirmou, pois de acordo com os pequenos produtores entrevistados, estes não recebem subsídio algum por parte da Secretaria de Agricultura do município, “quando é muita precisão, a gente fica humilhando pra eles ir, mas é muito difícil, eles só atende os grande” (TR2)⁵⁴. Diante das entrevistas realizadas ficou evidente a preferência que há no atendimento aos produtores, principalmente aos produtores da região da mata, que em sua maioria possuem uma concentração de renda e terras maiores que os produtores da região da caatinga, cuja produção de subsistência é marcante. De acordo com os produtores, a secretaria os ajuda efetivamente somente no acesso ao crédito, como sendo um benefício a esses.

Além do PRONAF, o município não dispõe de outros programas de produção voltados ao pequeno produtor, há apenas as políticas de capacitação, que são feitas no sentido de treinar, mas atende um grupo muito limitado, os agricultores que fazem parte das associações mais organizadas.

O município de Planalto por estar em uma área de transição tem possibilidades

⁵² Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 05/07/2019.

⁵³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/05/2019.

⁵⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/11/2019.

de desenvolver vários tipos de cultivos, uma vez que possui solos e regimes de chuvas diferenciados, mas faltam incentivos para os produtores por parte dos dirigentes. Ao ser questionado sobre a representatividade da zona rural para a economia do município, o RPP1 diz ser essa uma das áreas mais importantes economicamente, visto que grande parte da renda municipal resulta do meio rural, e nesse sentido busca criar um canal de comercialização para os agricultores e que “precisa fortalecer o homem do campo, pois tá lá a expectativa da melhoria do município que é produzindo” (RPP1)⁵⁵. Mas, na prática essa é a área mais excluída nos Planos Plurianuais do município, pois passam os quatro anos e nada é realizado no meio rural. Com todas as dificuldades enfrentadas para se reproduzir socialmente, tenta se manter na terra com as poucas políticas públicas federais que são implementadas no município.

Diante da crise no processo de acumulação capitalista, que se acentuou na década de 1980, deflagrou-se um arsenal de teorias econômico-sociais, situação que levou a formulação de programas, de modo a ajustar estruturalmente os países. Esse processo trouxe consigo inúmeras transformações, principalmente no que refere à intensificação da pobreza, pois com a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho, muitos foram os expropriados de suas atividades. Nesse contexto surgiram programas governamentais, de organizações internacionais, de iniciativa da sociedade civil, como forma de amenizar ou erradicar os problemas advindos das mudanças na forma de acumulação do capital.

Exemplo desses programas são as chamadas políticas públicas, que de acordo com seus criadores vieram implementar possíveis soluções para tais problemas. No Brasil há vários tipos de políticas públicas, as políticas sociais, de prestação de serviços essenciais (saúde, educação, segurança, justiça, etc.), políticas sociais compensatórias (previdência e assistência social, seguro desemprego), políticas de fomento (créditos, incentivos, desenvolvimento industrial, etc.), de reformas de base (reforma urbana, agrária, etc.), as políticas de estabilização monetária, (LOPES, 1998, p. 38). Mas todas com o mesmo fim, pois:

Políticas públicas consistem em processos decisórios perpassados pela formulação, implementação e avaliação de ações, programas ou projetos focados no atendimento de demandas sociais que concretizem a ação do Estado. Portanto, as políticas públicas expressam a opção do Estado na definição das prioridades da ação governamental, no que fazer e investir recursos (FREIRE, CASTRO,

⁵⁵ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/11/2019.

2010, p.03).

E como forma de avaliar esses investimentos no município de Planalto, em especial na zona rural, buscou-se verificar os tipos de políticas públicas implantadas na região. Diante de entrevistas realizadas com camponeses do município verificou-se um número pequeno de políticas públicas voltadas especificamente para essa área.

Os projetos citados nas entrevistas foram o Programa um Milhão de Cisternas (P1MC) que é um projeto efetivado pela Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA), e “[...] tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (Ministério da Cidadania).

É um projeto que está levando melhorias para os camponeses da região mais seca do município de Planalto (Região da Caatinga). Na visão dos agricultores (Fotografia 21) “é o melhor presente que o governo podia dar para o agricultor” (TR1)⁵⁶. Embora não tenha sido o Governo o idealizador do projeto em questão, este se apropria posteriormente dessa política que emerge no seio dos movimentos sociais camponeses.

Fotografia 21: Trabalhador rural, mostrando sua cisterna de placa, Planalto (BA),

2019



Autor: Eliana Vieira dos Santos, novembro, 2019.

Até 2010 o Projeto da ASA com a construção de cisternas de placa no município, esteve voltado apenas para o atendimento às casas das famílias, já em

⁵⁶ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 20/11/2019.

2011 ela veio com uma nova proposta, com atendimento às escolas da região devido a escassez de água. Segundo o representante da Comunidade do Cinzento as cisternas de placa têm capacidade para armazenar 50.000 litros de água, para amenizar o sofrimento de boa parte dos alunos que estudam na zona rural. Como citado acima essas cisternas são preenchidas através do armazenamento da água da chuva, porém no caso dessas destinadas às escolas, além de contar com esse recurso, a ASA firmou convênio com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) para o abastecimento no período de estiagem.

A iniciativa do Projeto Cisternas nas Escolas foi inspirada no "Pacto Nacional Um Mundo Para a Criança e o Adolescente do Semi-árido", proposto pelo Unicef. A ação visa garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças em idade escolar e, conseqüentemente, um melhor aproveitamento pedagógico (ASA BRASIL).

A ASA vem realizando significativos projetos no município, o Projeto Cisternas nas Escolas (Fotografias, 22, 23, 24), além de buscar melhorias no que se refere à saúde dos alunos, vem trazendo uma proposta de conscientização da população em idade escolar acerca da importância da zona rural. De acordo com o representante da ASA, foram ministrados cursos tanto para o aluno quanto para o professor, de modo que este último com apoio da ASA possa demonstrar para o aluno a importância da zona rural e proporcionar sua permanência nesse espaço, tornando-o um transformador da realidade do semi-árido e não mais um que busca o título de alguém nas cidades, tornando-se um "João ninguém". Embora tendo realizado um trabalho seminal no campo baiano, sobretudo para os agricultores mais pobres que convivem com as dificuldades de se reproduzirem na terra, a ASA tem sido alvo de ataque, sobretudo por parte do atual governo federal, incidindo em um significativo desmonte que certamente ocasionará em maiores dificuldades para as famílias e o movimento social camponês.

Fotografias 22: Escola beneficiada com a cisterna de placa. Planalto (BA), 2011



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro, 2011.

Fotografias 23: Cisterna de placa em construção. Planalto (BA), 2011



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro, 2011.

Fotografias 24: Cisterna de placa em construção. Planalto (BA), 2011



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro, 2011.

Também foi citado pelos camponeses e pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Planalto o projeto Gente de Valor, enquanto

uma política pública implementada no meio rural planaltense, a qual auxilia os camponeses na criação de hortas, possibilitando aos mesmos um aumento da renda familiar. De acordo com os entrevistados foram feitos os potinhos (lugar para armazenar a água para molhar as hortas). Em cada casa foram feitos dois potes de 5.000 litros (Fotografias 25, 26) e os materiais para a plantação da horta também foram disponibilizados para a associação.

Fotografia 25: Potinho para armazenamento de água para a plantação de hortas, Planalto (BA), 2019



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro de 2011

Fotografia 26: Potinhos para armazenamento de água. Planalto (BA), 2019



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro de 2011

O município de Planalto está entre os que receberam a Política Pública de Habitação Rural, projeto voltado para as comunidades remanescentes de quilombo, este veio realmente atender uma das necessidades básicas dos camponeses do

município, que vivem em moradias precárias. De acordo com o representante da comunidade quilombola:

Vei 50 casas pro município, na comunidade foro construídas 27, nós aqui num pagou no projeto de habitação, porque nós somo quilombola, o deputado vei aqui, eu fui im Brasilia, tive em Salvador e eles conseguiu que era pra nós pagar R\$ 455,00, que era o salaro mimo pra pagar, ali era a contrapartia, mas nós num tinha condição, nem tem, a comunidade é uma comunidade fraca, ai teve um rebate no orçamento das casa que descontou, nós num pagou nada, foi ganhada, nós só entrou de contrapartia só de a mão-de-obra de ajudante. Teve gente que num acreditou, falou que era política e num cadastrou, e era pricisado. (PR1)⁵⁷.

Pela falta de ações verdadeiramente voltadas à população do campo sem interesses obscuros ou estratégias políticas, os camponeses já se apresentam na defensiva, como foi o caso de muitos da comunidade quilombola, que, não por ignorância, mas pelo fato de estarem saturados de serem usados como peças no jogo de interesses partidários e que no final sempre saem perdendo. Devido a esse fato, na comunidade Lagoa do Cinzento foram construídas apenas 27 casas das 50 que vieram para o município, as demais foram distribuídas para outras comunidades que não se integram ao grupo alvo do projeto. As casas têm 5 cômodos e a cisterna de placa vem inclusa no projeto da casa. Observar (Fotos 27, 28).

Fotografia 27: Fotografia 27: Casa da Política Pública de Habitação Rural, Lagoa do Cinzento, Planalto (BA), 2019



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro de 2011.

⁵⁷ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 20/11/2019.

Fotografia 28: Casa da Política Pública de Habitação Rural, Lagoa do Cinzento, Planalto (BA), 2019



Autor: Eliana Vieira dos Santos, fevereiro de 2011.

Além desse projeto de habitação para as comunidades quilombolas:

[...] a Sedir e a CAR iniciaram o Projeto de Inclusão das Comunidades Remanescentes de Quilombos, Projeto Quilombolas, que vai financiar atividades com comunidades remanescentes de quilombos. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão, através do Banco Mundial. Na Bahia, o projeto está sendo executado pela Sedir, através da Coordenação de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais da CAR. Há também a parceria da Secretaria da Promoção da Igualdade (Sepromi), Secretaria da Cultura (Secult) e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes). O projeto tem como principal objetivo a qualificação das comunidades quilombolas para que possam estabelecer diálogos com as instâncias públicas e privadas visando a elaboração de projetos e políticas que as beneficiem. [...] Entre os objetivos do projeto estão: o fortalecimento das organizações comunitárias locais, promoção do acesso à comunicação digital e a informação, promoção do acesso à assistência técnica e qualificação das comunidades para que possam identificar e elaborar suas propostas de financiamento (CAR, grifo nosso).

Tudo por conta da luta histórica que esses povos, historicamente, vêm travando para garantir, minimamente, suas condições materiais de existência. Com o fortalecimento da comunidade no sentido de torná-la mais organizada e consciente das suas necessidades, o projeto busca principalmente capacitar os camponeses na elaboração de projetos de financiamento.

O município contou também com os projetos de Casa de Farinha, Beneficiadora de Café e Padaria Comunitária da CAR (Fotografias 29, 30), projetos que segundo os entrevistados facilitaram suas vidas e esteve presente em quase todo o município.

Mas por falta de apoio governamental foi se enfraquecendo e poucas foram as que resistiram e são mantidas pelas associações.

Fotografia 29: Casa de farinha, Comunidade de Lagoa de Terto, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, novembro, 2019.

Fotografia 30: Beneficiadora de café, Comunidade do Parafuso, Planalto (BA), 2019.



Autor: Eliana Vieira dos Santos, dezembro, 2019.

Em 2011, encontrava em processo de elaboração o projeto Minha Casa Minha Vida Rural. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Planalto já haviam cadastradas 50 pessoas que estavam em análise da filial da Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia LTDT (COOPERHAF) para serem enviadas à Caixa Econômica Federal para aprovação. Os agricultores selecionados para o projeto pagariam em uma parcela o valor de R\$ 600,00, que era o equivalente a 2% do projeto da casa. Porém, por um número significativo dos cadastrados não possuírem escritura pública das terras, a instituição financiadora do programa (Caixa Econômica Federal), não liberou os recursos. E apresentou outra opção, do poder público assinar a autorização para que

as pessoas pudessem construir, porém o representante da época não assinou. O que fez com que o Projeto Minha Casa Minha Vida não se consolidasse no meio rural do município.

Além dessas políticas públicas que foram ou estão em fase de implantação, o município ainda conta com o PRONAF, um programa que tem maior representatividade no meio rural.

Diante das fragilidades dos trabalhadores rurais em se reproduzirem e se manterem na terra por meio do plantio de cultura de subsistência, tornam-se vulneráveis à proposta que se apontam como solução para os problemas vivenciados por esses. O plantio de eucalipto vem nesse sentido no município de Planalto, assunto que discutiremos no próximo tópico.

5.2 Estratégias do capital silvicultor para sujeitar a produção no município de Planalto - BA.

O capital silvicultor com o discurso da preservação e reconstrução de áreas devastadas no país, vem promovendo sua expansão no território brasileiro, além disso o discurso de geração de emprego e renda apoiado na produtividade de algumas áreas e valendo-se dos interesses políticos e econômicos, tem implantado novas áreas de plantio de eucalipto no território brasileiro desde o século XX. O discurso do reflorestamento enquanto solução para o desmatamento realizado desde os tempos da colonização é uma falácia, vez que:

As florestas plantadas no Brasil plantam poucas espécies (como o eucalipto e o pinus) em sistema de plantio homogêneo, enquanto desmataram-se florestas heterogêneas. Por isso, as áreas plantadas não geram os mesmos benefícios ecológicos que foram perdidos com o desmatamento. (BACHA, 2004, p. 418).

A partir do ano de 2006 o cultivo do eucalipto vem se disseminando de forma expressiva no município de Planalto-BA, em especial nas áreas que margeia a BR 116, estrategicamente, já que o acesso a essas áreas facilita a produção e o escoamento. O monocultivo do eucalipto, personificado na figura de seus representantes (sejam eles produtores ou compradores/incentivadores da produção) buscam as melhores formas possíveis de adquirirem cada vez mais o eucalipto, com menores custos.

A figura de diferentes fornecedores passa a ter papel fundamental,

especialmente dos pequenos produtores, pois com a utilização de madeira desse fornecimento, o grande capitalista se exime de boa parte dos gastos com a produção, que é transferido ao produtor direto, restando ao comprador apenas as despesas referentes ao corte e transporte da madeira, que embora de forma indireta, também já se encontram embutidos no valor final do contrato de compra da madeira.

Como enfatizado em entrevista com o encarregado da equipe de corte do eucalipto da empresa prestadora de serviços da Veracel Celulose “não tem quantidade mínima para se comprar, falo isso porque eles compraram do senhor lá de Conquista [...] ele tinha seis mil metros de madeira. O que tem, são essas exigências que faz parte da empresa” e acrescenta, “porque toda a celulose que é produzida pela Veracel é vendida para fora do Brasil, então os clientes de madeira para ela hoje exigem certificação”⁵⁸. Nessa lógica, a empresa passa a criar vias de acesso a informações referentes a produção do eucalipto, de modo que os produtores que iniciem com esse monocultivo o façam conforme os parâmetros exigidos por ela, por meio de realização de palestras e articulação com os grandes produtores locais.

Os grupos empresariais vêm buscando a autossuficiência na produção do eucalipto, em áreas próprias, mas como explicitado na Seção II, diante da delimitação em lei da compra de terras nacionais por estrangeiros e ou empresas com capital misto, essas empresas têm buscado sobretudo o arrendamento de terras para alcançar tal objetivo. Contudo, ainda é pequena a disponibilidade de terras para arrendamento no município, o que os impulsionam a criar estratégias que convençam os médios e pequenos produtores a realizarem a produção do eucalipto.

No município de Planalto-BA o que se observou é que a ocupação de áreas pela produção do eucalipto, vem acompanhado da monopolização do território por parte de grandes produtores capitalistas, que são respaldados muitas vezes pelos poderes políticos e instituições (bancos, sindicatos, associações), que por meio do discurso do aumento do emprego e renda, desenvolvimento econômico, facilidade para comercialização da produção, buscam convencer os produtores a se inserirem/apoiarem tal produção. Apesar disso, na prática quase sempre o que se observa é o inverso, já que esse tipo de produção se utiliza do mínimo de força de trabalho humana, devido ao elevado nível de tecnificação aplicado.

⁵⁸ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

De acordo com agricultores do município, em 2008 uma empresa de movelaria se apresentou à comunidade com interesse de fomentar o plantio dos pequenos produtores. Na ocasião se faziam presentes (associações, produtores do eucalipto, representantes do poder público e da empresa interessada), que buscaram convencê-los a passarem a produzir o eucalipto, que inicialmente não teriam gasto algum, porém ficariam obrigados a comercializarem somente com a empresa. Estratégias que vem sendo colocadas pelo capital no sentido de ludibriar os pequenos produtores que se apresentam sem maiores recursos para realizar a produção, e que em muitos casos são convencidos, por acreditarem que estão fazendo um bom negócio, diante da proposta feita pelas empresas. Mas que na verdade com essas iniciativas as empresas que necessitam de madeira buscam estimular o cultivo de eucalipto ao estabelecerem contratos que procuram unicamente seu benefício próprio sem levar em consideração as verdadeiras necessidades dos pequenos produtores.

Seja por meio de fomento⁵⁹, ou mesmo plantio com financiamento próprio, as empresas que têm a madeira como matéria-prima para seu produto final, embora não estejam se territorializando, com essas estratégias, faz com que aumente o número de produtores no município. Desse modo, esses ao se verem sem mercado interno para comercializarem a produção, são levados a fazê-lo unicamente com essas, nessa perspectiva promove a monopolização da produção do município. Situação já vivenciada por parte de um dos produtores de eucalipto local, que aponta que embora a Veracel Celulose pague menos pela produção do que o pequeno mercado de cerâmica, que realiza a compra apenas de pequenas partes da produção, ainda é mais vantajoso comercializar com ela.

Em termo de preço, eu acho que até essa vendazinha picada sai mais caro, porém a condução da roça é mais difícil, porque você vai cortando picadinho, aí a rebrota fica toda desigual, e o volume de dinheiro, por exemplo se eu plantei 100 hectares por ano, então chegou em ponto de corte, como é que eu vou vender 100 hectares para esses carinhas que vão cortando caminhão por caminhão, metrando lenha? Aí a Veracel chega lá e corta 100 hectares dentro de 15 dias. Nessa questão de valor, o que os carinhas pagam é até um pouquinho melhor, mas é um dinheirinho todo picadinho, o cara ele pega, um caminhão de lenha ele carrega ali 40 e poucos metros, na faixa de uns 30 e poucos reais o metro da lenha, então daria mil e pouco reais, aí vai recebendo assim, os contratos são pequenos, a

⁵⁹ O termo fomento significa impulso ou estímulo mediante auxílio ou proteção, a uma região ou a um setor econômico, social, ou cultural, visando ao seu progresso ou desenvolvimento. É utilizado genericamente para caracterizar as atividades de promoção do desenvolvimento rural, tanto na área florestal quanto na agropecuária. Tem sua aplicação mais frequente na área rural, quer na agricultura em geral, na pecuária, quer na área florestal. (FISCHER, Augusto; ZYLBERSZTAJN Décio).

Veracel é um contrato melhor, maior. Por exemplo se o cara é um produtor de 20 hectares esse mercadozinho de cerâmica atende ele maravilhosamente bem. No meu caso que eu já tenho a área maior que 100 hectares ele já fica um pouco mais puxado, para pequeno ainda dá, você vê que eu vendi aí 300 hectares todo picadinho. Agora com a Veracel você tem chance de vender uma pancada só 170 hectares. Se o cara quiser fazer 200 mil reais com esses carinhas de cerâmica não têm, o dinheiro deles é 10.000, 20.000, o que aí ele compra 5 caminhões, 10 caminhões e vai girando assim. Já a Veracel não, fechou uma área, eles fazem inventário, 10.000 metro cubico, 40 metro cubico dá R\$400.000,00 dá metade agora e a outra metade depois, aí você consegue fazer contrato de 200 e 300 mil, até um milhão se for o caso, que ele paga uma parte adiantada e você consegue até empregar o dinheiro assim de uma maneira melhor (PCE2)⁶⁰.

Esse é exatamente o objetivo da empresa, pois por saber que apenas empresas do seu porte são possíveis de fazer grandes aquisições de madeira em uma mesma compra, criar meios para tornar os produtores atrelados a ela e incentivar a concentração da terra de produção.

As instituições financeiras também buscam influenciar os pequenos produtores a produzirem o eucalipto via PRONAF Floresta, como citado na Seção 2.3, essa é uma linha de crédito específica para o plantio de floresta, que segundo o discurso do programa tem objetivo de incentivar o produtor familiar à produção da silvicultura, como forma de gerar emprego e renda para essas famílias envolvidas.

Embora esse monocultivo venha sendo propagado por diferentes seguimentos da sociedade como meio de aumentar a produtividade do eucalipto, principalmente em áreas camponesas, como forma de diminuir os gastos com a produção, não há corência de pequenos produtores que aderiram ao PRONAF Floresta, pois de acordo com o gerente do Banco do Nordeste, “ o PRONAF floresta a gente precisa de trabalhar muito ele, talvez nem nós, más o próprio municipo, porque é um produto que está ai e é muito pouco utilizado”⁶¹. Na visão do gerente, essa adesão ainda não ocorreu no municipo por falta de conhecimento dos pequenos produtores. Contudo, os pequenos produtores que realizaram o plantio, ao serem questionados sobre o programa, alegaram terem sido orientados a pegar esse tipo de financiamento, porém não viram vantagem e preferiram aplicar recurso próprio.

No projeto capitalista de desenvolvimento rural, em que tanto as pessoas como a terra são consideradas como mercadorias, os sujeitos que sobrevivem do campo,

⁶⁰ Informação Verbal. Pesquisa de Campo. Entrevista realizada 05/11/2019.

⁶¹ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 07/05/2019.

por verem a terra como instrumento de reprodução social da família, são vistos como empecilhos para a expansão das monoculturas. Porém nos últimos anos o capital tem buscado artifícios para subjugá-los a essa forma de produção.

Diante da pesquisa constatou-se que as localidades camponesas se apresentam como território em disputa, pois, assim como foi objeto de interesse dos capitalistas no início da introdução da cafeicultura na região, agora com a introdução da eucaliptocultura esse território é visto com interesse para a produção. Tanto o monocultivo do eucalipto pelos pequenos produtores, quanto o arrendamento das terras e a utilização para a produção de morango indicam a territorialidade da agricultura capitalista (agronegócio) e a sujeição da renda camponesa nas comunidades estudadas. Situação que vem gerando também a mobilidade da força de trabalho.

Sujeitos sem alternativas, diante da expropriação dos meios de produção (no caso dos produtores rurais a terra) e pela ausência de oferta de trabalho e ou pelas condições precárias de trabalho que são submetidos, se deslocam para outras áreas que ofereçam condições de se reproduzirem socialmente, como será discutido no próximo ponto.

5.3 Mobilidade do trabalho: subsunção e reprodução para os sujeitos do/no campo.

O capital tem a capacidade de produzir a força de trabalho enquanto mercadoria, para utilizá-la e, ao mesmo tempo cria condições para controlá-la e subjugá-la aos seus ditames.

A força de trabalho é então definida sem equívoco, como a mercadoria que um homem “possui” ou ainda o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade vivida, e que ele tende pôr em movimento para produzir coisas uteis (GAUDEMAR, 1997, p.188 e 189).

Nesse sentido o sujeito também é visto enquanto mercadoria, sendo essa a mais valiosa para a reprodução do capital, já que nem uma outra mercadoria é capaz de produzir mais valia, que transforma dinheiro em capital através do processo de expropriação do trabalho não pago.

A partir da acumulação primitiva o sistema capitalista de produção, passa a concentrar os meios de produção e subsistência, o que gera expropriação da terra e dos meios de trabalho da grande parcela da população mundial, restando apenas sua

força de trabalho como mercadoria para trocar. Nesse processo de expropriação, a classe trabalhadora é levada a crer que é livre para vendê-la, e se vendo desprovido dos meios para realização da sua força de trabalho este se coloca no mercado.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2015, p. 515).

No campo esse processo de convenção é perceptível na ação dos grandes produtores e ou consumidores de monoculturas, ao possibilitar a entrada do camponês nesse plantio o que o expõe a expropriação de suas terras que é meio de trabalho, tornando-o disponível para o assalariamento. Processo esse que coloca o camponês a disposição do mercado de trabalho capitalista, fazendo deste sujeito móvel, provocando seu deslocamento para as áreas que tenha oferta de trabalho, como meio de reprodução da vida.

Como forma de se reproduzir socialmente, o camponês não mais sendo possuidor da terra, submete-se a exploração e precarização do trabalho oferecido pelos que a possuem.

Para não serem dizimados do campo, os camponeses, em grande medida, acabam se integrando a lógica de produção imposta pelo mercado, absorvendo as inovações tecnológicas, embora de maneira precária para tentar aproximar sua produção da exigida pelo mercado, gerando uma dependência desses elementos para garantir sua reprodução. Contudo, quanto mais se integra mais dependente economicamente se torna, e ao contrário de aumentar seus ganhos diminui sua renda, já que precisa disponibilizar boa parte do que consegue com a produção para pagar os insumos e máquinas utilizados no processo de produção, situação que obriga o camponês, mesmo tendo a posse da terra mobilizar, sua força de trabalho para complementar sua renda em tempos de dificuldades.

Constatou-se que, embora tenha diminuído o deslocamento da população com destino ao estado de São Paulo, esse número no campo ainda é significativo, dos 30 entrevistados 23 alegaram ter parentes próximos desempenhando algum tipo de atividade nesse estado ou em busca de emprego. E desempenham atividades como de: pedreiro, ajudante, empregada doméstica, faxineiro, cabeleireiro, vigilante.

Outra prática, que se destaca no município é a realização da atividade de

pedreiro consorciada ao trabalho no campo. Geralmente desempenham essa atividade na semana e reserva o sábado e o domingo para o trabalho na propriedade. Além dessa atividade os sujeitos do campo, como forma de complementar a renda familiar, encontram-se desempenhando atividade de motorista, doméstica, comerciário, frentista, Agente de Saúde e trabalhador rural (diarista e assalariado). Como é o caso do TR5, que tem sua propriedade na comunidade de Vereda Nova e que em certos períodos do ano migra com toda sua família para trabalhar na comunidade do Geribá. Essa situação evidencia a mobilidade do trabalho a que esses camponeses estão constantemente submetidos, fato que demonstra dificuldades concretas na vida dessas pessoas e mesmo a impossibilidade de esses continuarem sobrevivendo exclusivamente do trabalho na terra. Servindo enquanto força de trabalho a ser explorada em diversos setores da economia, desempenhando quase sempre, atividades de baixa remuneração e sem ter os direitos trabalhistas assegurados.

A mobilidade do trabalho se mostra de modo diferente para o trabalhador do/no campo e para o camponês, pois este último em sua maioria não se encontra separado dos meios de trabalho, nesse caso a terra. Desse modo permite a mobilização do seu trabalho como modo de garantir sua permanência na terra e sua reprodução. O camponês nessa relação de mobilidade exerce a liberdade positiva, como enfatiza Gaudemar: “a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular ao trabalhador, que pode dela dispor a sua vontade, o trabalhador é então considerado como ator de sua própria liberdade” (1997, p.), isso quando esse sujeito se encontra na situação de utilização do seu trabalho enquanto mercadoria por um período limitado, e tenha a possibilidade de reprodução por meios próprios. Já o chamado trabalhador “livre”, desempenha a liberdade negativa, na maior parte do tempo, pois “o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (GAUDEMAR, 1997, p.190). Esse trabalhador tem sua liberdade ainda mais limitada em relação aos camponeses, já que não possui a propriedade dos meios de produção e pelo estabelecimento das relações de assalariamento que estabelece com o empregador.

Dado o processo de reestruturação produtiva do capital a partir de 1970, a mobilidade do trabalho é utilizada no sentido de garantir a valorização do capital. Esse período é caracterizado pela liberdade negativa, vez que diante desse processo o

trabalhador perdeu cada vez mais campo de atuação, e nesse contexto os postos de trabalho com disponibilidade de vaga exigem profissionais mais especializados. O uso de tecnologias se tornou recorrente e houve redução de força de trabalho humano diante da possibilidade de alta produtividade do trabalho por meio da utilização de máquinas, restando ao trabalhador aceitar atuar na atividade e lugar que estiver disponível.

A ação perversa do capital busca diante do novo perfil profissional imposto pelas novas tecnologias de produção a internacionalização do capital e a reorganização do trabalho, responsabilizar o trabalhador pela perda do emprego, quando o faz acreditar que caso não apresente as características impostas pelo sistema, não apresenta qualificação o suficiente para se adequar aos novos empregos impostos pela reestruturação produtiva, desse modo há justificativa para o seu descarte. Restando-o apenas os subempregos, colocando-se enquanto mercadoria barata no mercado em que o capital utiliza e controla, fazendo desse uma peça que se encaixa aonde o dono dos meios de produção acredita que possa funcionar melhor, tornando-o móvel. Assim se dá o processo de mobilidade do trabalho como algo bom para o trabalhador, já que o torna livre para ser explorado.

Como discutir liberdade do trabalhador enquanto este na atualidade nem ao menos a atividade para atuar é objeto de escolha. Está à mercê das vontades e necessidades do capital, desse modo encontra-se a disposição, para a atividade ou espaço ao qual o capital venha necessitar desse trabalhador, essa situação ocasiona a mobilidade da força de trabalho. Desse modo o capital usa a força de trabalho chamada “livre” ao seu bel prazer, seja na troca deste trabalhador quando assim ache-se necessário ou na verdade desnecessária à sua produção ou sujeitar o trabalhador a atividades que o capital acredita melhor se adequar naquele momento, e caso o trabalhador não aceite é substituído de modo instantâneo, pois existe um exército de reserva a espera de uma oportunidade para submeter sua força de trabalho aos ditames desse capital. “A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1997, p. 192).

Nesse sentido as empresas buscam diminuir os gastos com a especialização de trabalhadores por meio da mobilização da força de trabalho, deslocando os trabalhadores no espaço para garantir de igual modo e em todas as partes a extração do mais trabalho, driblando a barreira da distância de uma produção a outra. Esse

trabalhador não se encontra atrelado geograficamente a um local específico, pois se desloca conforme a necessidade da empresa. A mobilidade se apresenta de diversos modos, no caso das tomadoras de serviços para o corte do eucalipto, atividade que não se realiza apenas em um espaço, o que torna o trabalhador das empresas compradoras desse produto trabalhadores móveis e nesse sentido não criam vínculo com o lugar de trabalho, apenas com a empresa e a atividade para a qual são contratados. Nesse sentido não só o trabalhador é móvel, mas também o local de trabalho, situação que gera mobilidade e deslocamento.

Situação percebida em um processo de corte do eucalipto no município de Planalto-BA, em que a empresa Veracel Celulose como forma de obter a produção do eucalipto em pé, comprada, em um dos cortes efetuados, lançou mão do processo de terceirização do trabalho de corte através da contratada BR Florestal, que por sua vez entra com a força de trabalho que realiza a colheita e transporte do eucalipto. Esses trabalhadores são em sua maioria trabalhadores fixos da empresa que se deslocam conforme o contrato celebrado.

É preciso, acima de tudo, considerar as condições de trabalho, que se trata de um universo social muito adverso, insuficiente e apartado da melhoria das condições de vida e desenvolvimento humano. São situações, em geral, acompanhadas da ausência de direitos básicos e protetivos do trabalho, do endividamento seja em decorrência de viagens, de acomodações, de alimentação ou até mesmo da aquisição de instrumentos de trabalho e, ainda, das longas jornadas laborais e possíveis impedimentos da liberdade de ir e vir (THOMAZ JUNIOR, 2019, p. 13).

Em entrevista o que ficou claro é que esses trabalhadores realizam trabalhos de forma precária, além do que, o que se paga pelo valor da sua força de trabalho é mínimo, comparado ao processo de trabalho ao qual são submetidos e os lucros que geram para a empresa. Dos 10 trabalhadores entrevistados em uma atividade da empresa, constatou-se que todos vieram da região do Extremo Sul da Bahia, 2 eram de Nona Viçosa, 1 de Prado, 3 de Eunápolis e 4 de Teixeira de Freitas. No período em que prestaram serviço no município realizavam jornada de trabalho de 9 horas e iam para suas casas (os que conseguiam) de seis em seis dias, com direito de 2 dias de folga, sendo que desse período de folga eram gastas 9 horas para ir e 9 para retornar ao município, no qual o trabalho estava sendo realizado, restando-lhe quase nada para o descanso, já que segundo eles encerrava a atividade por volta das 15 horas ou meia noite e só encontravam transporte no dia seguinte, desse modo iam para casa apenas para dormir uma noite. Além do que os gastos com passagem eram

grandes, pois a empresa só disponibilizava transporte no início do corte para levá-los ao município ao qual tenha comprado a produção e no final para retornar ao local de origem da mesma, no caso em questão Eunápolis. Nesse meio tempo ou ficavam sem visitar seus familiares ou gastavam muito do pouco que ganhavam para realizar esse deslocamento.

Esses trabalhadores não fixam residência por muito tempo, desse modo há apenas mobilidade da força de trabalho, todavia, estão sempre se deslocando conforme a necessidade da tomadora do serviço, a exemplo desses que se encontravam no município de Planalto- BA, pois, vinham de um período de alocação no município de Vitória da Conquista, já que estavam envolvidos no corte da produção de eucalipto em outras propriedades. A empresa aloja esses trabalhadores em pousadas ou hotéis, como forma de diminuir os custos com mão-de-obra pois esses locais já oferecem os serviços de alimentação, sendo assim uma atividade a menos para a empresa contratar.

Pelo que se pôde constatar, a maioria desses trabalhadores tem um nível de escolaridade médio, apenas um não possui o ensino médio completo, desses 2 são solteiros, porém com dependentes, têm idade entre 33 e 57 anos, e de acordo com o encarregado da equipe recebem cursos periódicos para o manuseio das máquinas e treinamento de segurança, o que faz com que essas empresas não se utilizem de trabalhadores locais, já que precisariam dispensar tempo e recurso para tal especialização, optando por trabalhar com equipe própria.

Como forma de se reproduzirem esses sujeitos sejam do, ou no campo são subsumidos a essa lógica capitalista que torna a força de trabalho móvel, obrigando-os a realizarem a mobilidade, seja positiva, negativa, e até mesmo forçada, já que esses não têm o direito de escolha nesse sistema, o que faz desses sujeitos precarizados, embora sirvam enquanto sustentáculo do capital. Nesse processo para não perder a condição de trabalhador, aceita ter sua inclusão no mundo do trabalho de modo marginal. Questão que apontaremos no próximo ponto.

5.4 A exclusão dos postos de trabalho no campo e a inclusão marginal.

Com a transformação da natureza em fonte geradora de lucro pelos interesses da reprodução ampliada do capital, houve uma tendência à mecanização do trabalho

para o aumento da produtividade, principalmente nas áreas de monocultura.

É evidente que o mercado de trabalho adere as pressões atuais do capital financeiro mundializado, flexibilizado e altamente movido por inovações e incrementos tecnológicos de toda ordem e revela a insuficiência de direitos objetivos para a classe trabalhadora, pior ainda cria uma subjetividade contrária a qualquer resguardo ou reparação social e trabalhista, acentuando a superexploração do trabalho e a piora nas condições de vida da população em geral. (THOMAZ JUNIOR, 2019, p.11, 12).

A modernização do setor agrário trouxe consigo novas formas de exploração, tanto na agricultura quanto na pecuária, intensificou o processo de mecanização da produção no campo, o que vem ocasionando consequências naturais e sociais. No município de Planalto os efeitos desse processo foram sentidos desde o início da utilização de máquinas colheitadeiras nas fazendas de café, em que houve uma redução da demanda de empregados. Como apontado na Seção 2.2.1, essa produção que mesmo de forma precária, ainda era atividade que absolveia um significativo número de empregados, a partir desse momento exclui parte desses.

Atualmente o eucalipto se apresenta como a mais nova atividade agrícola que vem agindo nesse sentido, pois as áreas nas quais se passou a produzir esse plantio os empregos vêm sendo reduzidos e o excedente da força de trabalho vem sendo incluído de forma subordinada. Esse cultivo, segundo os produtores, não necessita de cuidados constantes, principalmente após o primeiro ano do plantio. Nesse sentido áreas com (1200 hectares) mantinham apenas 3 funcionários com registro em carteira. E, no momento de necessidade maior de força de trabalho, lançavam mão de contrato por diária, como na época do plantio do eucalipto.

Em relatos de trabalhadores rurais que retiravam suas rendas dessas áreas, ficou evidente que com a introdução do eucalipto no campo planaltense, áreas que cultivavam produtos sazonais garantiam trabalho quase que o ano todo (fosse no plantio, limpa, colheita), como na produção do café, banana, principais produtos que vêm perdendo áreas para a eucaliptocultura. Um trabalhador coloca que “nós aqui já num tem muito serviço e agora pior, no eucalipto, poucos é os que consegue alguma coisa, quando vai cortar que era pra precisar de mais gente, quem vem é os de fora e as máquina”(TPE1)⁶². Esses trabalhadores são subutilizados na produção do eucalipto, como exposto pelo entrevistado. No momento do corte, a força de trabalho utilizada é própria das compradoras da madeira, os trabalhadores locais não são

⁶² Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/10/2019.

contratados, já que as empresas, sejam elas a nível da Veracel Celulose ou até mesmo as empresas de cerâmica de Minas Gerais, através dos “atravessadores” de madeira, já têm seu pessoal próprio.

Geralmente, os contratos de trabalho são feitos sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas, às vezes pelo próprio dono da propriedade, mas na maioria dos casos por intermediário. Dos trabalhadores entrevistados que prestavam serviço em áreas com o eucalipto, todos alegaram não receberem equipamentos de proteção individual adequada para o serviço que realizavam, apenas em uma propriedade, um diz ter recebido botas e perneira, somente. Em visita a uma propriedade que se preparava para o corte do eucalipto, trabalhadores que iriam iniciar a aplicação de veneno contra formiga na plantação, ao serem questionados sobre os EPIs, disseram “aqui nós num tem isso não, nós já tá acostumado, só se for a máscara, nós nem sente mais o cheiro do veneno”(TPE2)⁶³. Esses trabalhadores que mais se expõe aos riscos químicos da produção do eucalipto, são os que menos são levados em consideração nas leis trabalhistas, já que em muitos casos são diaristas, não possuem vínculo empregatício. Mas sua saúde, a quem recorrerão caso venham acometer-se com doença adquirida nesse processo?

Como mesmo reconhece o encarregado da BR Florestal “o processo que foi feito antes no plantio, isso está relacionado com o pessoal da silvicultura, esse risco químico não afeta a parte operacional, os defensivos são aplicados até quando chega no ponto de corte”⁶⁴. Embora concordamos que mesmo o trabalhador que não se encontra diretamente exposto aos produtos químicos utilizados na eucaliptocultura, deva ter sua saúde protegida. Os trabalhadores que estão diretamente expostos aos riscos químicos, desde o processo do plantio até a maturação desejada pelo produtor, esses além de estarem em maioria, sujeitos a contratos diários, sem proteção trabalhista, são expostos a atividades sem proteção adequada. Eles principalmente, necessitam de medidas de segurança que assegurem a sua integridade física.

Dos trabalhadores entrevistados 3 moravam na propriedade do patrão, o que contribuía ainda mais para a exploração do trabalho, pois já que viviam no mesmo local de trabalho, estavam o tempo todo à disposição, como colocou um trabalhador ao ser questionado sobre a jornada de trabalho, “é de 6 da manhã as 5 da tarde, às

⁶³ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 29/10/2019

⁶⁴ Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 23/09/2018.

vezes direto, porque moro na fazenda”(TPE4)⁶⁵. Embora trabalhem registrados, o salário mínimo que recebem não corresponde aos serviços que desempenham.

Dos funcionários entrevistados, apenas um diz receber 2 salários mínimos, porém era super explorado, em sua fala diz trabalhar 24 horas, “porque se acontece alguma coisa dinoite eu tenho que resolver, é um animal que foge, qualquer coisa” (TPE1)⁶⁶. Esse era o chamado gerente, e que realizava desde o trabalho braçal até as questões administrativas da fazenda.

Ao serem questionados sobre o salário que recebiam, disseram “é bom, por causa da falta de serviço que tá aí, é bom, a gente contenta e agradece” (TPE3)⁶⁷. Esse é exatamente o intuito do capital, convencer os trabalhadores que essa é a única forma que tem disponível para a sobrevivência, desse modo continua a aumentar a produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que extrai o mais trabalho desses sujeitos com seus próprios consentimentos.

No processo produtivo do eucalipto, as fases em que se utiliza um número maior de trabalhadores é apenas em dois momentos, primeiro no plantio e depois no corte. No município todos os plantios foram feitos de forma manual, nessa etapa a força de trabalho utilizada foi local, contudo, dos entrevistados, apenas 3 por meio de contrato formalizado, os demais em regime de diária.

A fase inicial do plantio do eucalipto é a qual se encontram as condições de trabalho mais precário. Nessa fase os trabalhadores realizam o roçado de modo manual, como forma de limpar a área para preparar o terreno para receber as mudas do eucalipto, em seguimento a esse processo é feito o coveamento, plantio e aplicação de veneno para o combate às formigas. No primeiro ano do plantio há um controle maior, já que nesse período a planta está susceptível a doenças que podem causar sua morte.

Os dados da pesquisa possibilitam constatar que a geração de emprego é mais concentrada nesse primeiro instante da produção, uma vez que foi realizado de forma manual, sem a utilização de máquinas, outro fator é a utilização de força de trabalho com menor qualificação e que recebem salários mais baixos. Esses sujeitos são explorados em consonância com as leis federais, já que, com leis e reformas trabalhistas estabelecidas pelo Estado, a exploração e degradação dos trabalhadores

⁶⁵Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 01/12/2019.

⁶⁶Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 22/10/2019.

⁶⁷Informação verbal, pesquisa de campo. Entrevista realizada 29/10/2019.

foram oficialmente legitimadas, sem levar em consideração as condições de trabalho que estes são submetidos.

Depois do período de plantio, a quantidade de trabalhadores mantidos em uma propriedade com o eucalipto é ainda mais reduzida. Por um período de 6, 7 anos, além dos eventuais contratos para a limpeza da área com o eucalipto, não há geração de novos postos de trabalho nesse cultivo. Depois desse período, somente no tempo de corte do eucalipto que há novamente utilização maior de trabalhadores para realizar a atividade. Porém, dos proprietários entrevistados apenas 3 alegaram utilizar força de trabalho local, mesmo assim, no regime de diária. Enquanto que os demais disseram ser o contrato dos trabalhadores de responsabilidade do comprador da produção, que na maioria das vezes trazem seus próprios funcionários para realizarem o corte e o transporte da madeira.

Em duas das propriedades que teve a produção comprada pela Veracel Celulose, por ser uma empresa de grande porte, em um dos cortes toda a força de trabalho foi terceirizada, e a responsável pelo corte foi a BR Florestal e o transporte ficou a cargo da Nepomuceno. No segundo corte a empresa mesma quem fez, embora com parte dos trabalhadores de empresas terceirizadas, como a Ponsse Latin América, a CL e a Florestal Atlântica. Na maioria dos casos prefere a utilização de trabalhadores terceirizados, por ser essa uma forma de menor dispêndio com salários. Com a contratação de trabalhadores terceirizados, a força de trabalho local não foi absorvida nesse momento. De acordo com o representante da Veracel, preferem trabalhar com força de trabalho qualificada e atestada pela empresa, uma vez que essa atividade, na visão do mesmo, requer melhor preparo técnico e desse modo não perde em produtividade.

Diante do quadro que se anuncia busca-se cada vez mais formas flexíveis de contratação e remuneração, o que nos dá a impressão de que a força de trabalho nesse novo processo produtivo perde importância tornando-se quase que dispensável à produção. O trabalhador passa a aceitar as imposições dos contratos de trabalho mesmo com perda de direitos trabalhistas e condição de contratos estáveis, como forma de garantir o emprego ainda que esse seja de forma subordinada e precarizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de compreender o processo de monopolização da produção, buscou-se analisar a territorialização do capital *versus* trabalho no campo, por meio da expansão do eucalipto no município de Planalto-BA.

Diante da pesquisa o que se constatou é que o capital lança mão de vários artifícios e estratégias para se estabilizar no campo, no município de Planalto vem consolidando seus planos por meio de incentivos à produção para alimentar as grandes indústrias, seja do café, de distribuidora de frutas, a exemplo da Peterfrut Agrícola, que utiliza das terras camponesas como um hospedeiro parasitário e que nesse sentido passou a investir na produção de morango em pequenas propriedades, via fomento.

Além dessas produções, o capital vem apostando principalmente no monocultivo do eucalipto, seja por meio de arrendamento de propriedades para concretização do plantio ou por meio de propaganda desse cultivo como uma saída para as dificuldades enfrentadas pelo produtor. E desse modo, aumentar a oferta dessa matéria-prima no mercado, uma vez que há grande necessidade de madeira para alimentar empresas de diferentes setores que a tem como base para sua produção.

No município de Planalto o que se constatou é que embora sejam poucas as grandes propriedades que cultivam o eucalipto, em hectares essas superam as pequenas propriedades. Em termos de números de proprietários envolvidos nessa produção, a maior adesão está entre os pequenos produtores. Diante do discurso da alta produtividade e aumento da renda propagado por instituições financeiras, setores públicos e mesmo pelas empresas, que têm a madeira como base para seu produto final. Essas últimas buscam se territorializar no município, mas diante das dificuldades de encontrar terras disponíveis, seja para a compra ou mesmo para o arrendamento, utilizam-se de outras formas para explorar da terra, de modo que as possibilitem monopolizar a produção e a compra do eucalipto dos produtores locais. Até mesmo porque, a relação de sujeição e monopolização é o que mais interessa para a empresa.

As forças produtivas capitalistas nem sempre encontram vantagens e/ou possibilidades de se territorializarem, e ao contrário de expropriar os pequenos produtores, passa a monopolizar o território ao mesmo tempo, subordina a produção

destes como forma de absorver a renda da terra. A subalternização da produção camponesa no município de Planalto vem se dando diante da territorialização de plantios para o mercado, sobretudo do eucalipto em suas terras.

Sendo assim, o pequeno produtor tem sua produção sujeitada aos ditames do capital, que embora não mantenha relação de assalariamento com os produtores, extrai a renda desses no momento da comercialização. Como ficou evidente na fala de muitos que “optaram” por realizarem o plantio do eucalipto, o que ganharam no final da produção não compensou nem seu trabalho, muito menos o tempo de aprisionamento da terra. Sendo essa, fonte de sobrevivência de muitos, durante o período em que esteve com a produção, esses se viram obrigados a buscarem outras fontes de renda para a manutenção na propriedade. Alguns optaram por venderem suas terras, já que não conseguiram encontrar outro “meio de vida” como eles colocam, pois consideram a terra não apenas como fonte econômica, mas principalmente fonte de vida, pensaram em antecipar o corte, mas para não perderem o que haviam investido na produção, consideraram a venda da propriedade uma melhor opção. O que possibilita aos grandes produtores incorporarem pequenas áreas às suas, formando grandes latifúndios. Em entrevista a um produtor que possui terras no município, esse alega que embora algumas de suas propriedades sejam em faixa contínua, tem diferentes registros, pois foi incorporando de proprietários distintos.

O município no contexto do monocultivo do eucalipto tende a tornar cada vez mais espaço de investida do grande capital, que é representante de importantes corporações mundiais, com ações que vem sendo desenvolvidas no município, no sentido de inserir cada vez mais produtores nessa produção. Ao projetarem interesses no espaço local, para a consolidação de projetos maiores de transnacionais, contribui assim para uma nova estrutura produtiva, apoiada no monocultivo do eucalipto, e assim gerar formas de garantir novas áreas de reservas de matéria-prima.

Assim os projetos do agronegócio mundial vêm se articulando com interesses locais, e interferindo na produção rural planaltense. Agentes aliciadores da expansão do monocultivo do eucalipto, sorratamente vem abrindo espaço em diferentes áreas, fazendo desaparecer cultivos, submetendo diferentes produtores a essa lógica, engolindo pequenas propriedades e expropriando, precarizando e subalternizando os trabalhadores do campo.

A produção agrícola baseada na monocultura e aliada a essa questão da modernização, repercute negativamente na vida do trabalhador rural, que são

submetidos cada vez mais a relações de trabalho precarizantes e degradantes. As novas tecnologias e as combinações oriundas dessas, fazem com que haja uma diminuição do tempo de trabalho necessário, desse modo o capital vai engolindo o tempo de trabalho necessário, e há uma diminuição do trabalho necessário equivalente ao salário do trabalhador, isso não quer dizer que o trabalhador irá ganhar mais. Diminui os postos de trabalho e intensifica aqueles que permanecem, porém, ganhando menos.

Com as mudanças advindas da reestruturação do capital, o trabalhador rural teve sua condição ainda mais agravada. A flexibilização e a terceirização do trabalho, trouxeram consigo a intensificação da precarização deste. E nesse contexto as leis trabalhistas aprovadas na última década vieram no sentido de assegurar ao grande capital a exploração do trabalhador rural que já vive à margem da proteção legal.

O trabalhador no/do campo convive com dificuldades que já são próprias da atividade rural, em que o trabalho braçal é desgastante, a oferta de trabalho está relacionada a sazonalidade. Além das dificuldades referentes as relações capitalistas de produção, que impõem ao trabalhador os resultados da reestruturação do capital. Com a disseminação das relações capitalistas de produção no campo vem intensificando os problemas dos trabalhadores. O aumento da produtividade do trabalho na produção agropecuária tem gerado efeitos negativos à população que depende desse setor para se reproduzir, tanto no nível de renda quanto no aumento da precarização do trabalho. O que comprova a relação da tecnologia e a precarização das relações de trabalho no campo.

Os trabalhadores do campo no município de Planalto, se encontram nesse contexto desde o início da formação do município, já que essa coincide, assim como parte dos municípios da Região Sudoeste da Bahia, com a chegada do café, e teve esse, como base da economia inicial, o que incluiu o município no cenário produtivo nacional, fator que proporcionou ascensão econômica (principalmente aos latifundiários) em detrimento da precarização dos camponeses, de modo a permitir a expansão do capital e a submissão das áreas rurais a esse cultivo. Na colheita do café, por exemplo, a remuneração recebida está condicionada ao potencial que cada trabalhador apresenta em pegar o maior número de latas de café e para conseguir o maior ganho, o trabalhador aposta na exaustão, esforço excessivo.

Como forma de aumentar a produtividade do trabalho, as máquinas são inseridas no processo de produção agrícola, o que corroborou para a elevação do

potencial produtivo, e em contrapartida permitiu o descarte de grande contingente de trabalhadores rurais. Diante do contexto de desemprego estabelecido pelas novas exigências de produtividade do capital, aqueles que foram absolvidos nesse processo, tiveram seu trabalho intensificado ao serem pressionados a produzirem cada vez mais em ritmo acelerado.

Com a reestruturação produtiva e a modernização da agricultura muitos foram os trabalhadores descartados, pois a maior parte do processo produtivo do café passa a ser realizado por procedimentos mecanizados.

Com o cultivo do eucalipto, esse cenário não é diferente, já que essa produção absorve um número pequeno de trabalhadores, tanto no plantio, quanto no corte. No município de Planalto essa situação se mostra ainda pior, já que de todas as propriedades visitadas e que se teve informação, mais de 90% da força de trabalho utilizada era empregada por contrato informal (no sistema de diárias), com valores correspondentes a R\$ 45,00. Esses eram submetidos a atividades desgastantes que apresentavam riscos para a saúde, uma vez que mantinham contato maior com os defensivos químicos utilizados no plantio, de forma precária, sem o uso de todos os EPIs adequados para atividade que desenvolvia.

Além dessa problemática, muitos dos trabalhadores que eram empregados nas fazendas que passaram a cultivar o eucalipto, foram descartados, pois como dito pelos produtores, esse é um plantio que dispensa muitos cuidados. E no momento do corte, se feito de forma manual, maior força de trabalho necessitaria, mas com a utilização de empregados especializados de fora e máquinas modernas que fazem praticamente todo o processo de trabalho, os trabalhadores locais são excluídos.

A modernização da agricultura causou grandes alterações no modo de produzir no campo, inclusive dos camponeses, pois muitos passaram a fazer produção mais tecnicada, e a produzir não mais o que necessitavam e sim realizar o monocultivo destinado à exportação. Situação que afeta a autonomia do produtor, já que sua produção fica condicionada a compra de insumos químicos e tecnológicos, além do que, tem uma área restrita de comercialização do que produz.

Outra forma do capital se apropriar do produto do trabalho dos camponeses é via projetos de financiamento da agricultura, com o discurso de proporcionar melhoria nas condições de vida da sociedade sem recursos. Mas, que na prática é uma forma de mantê-los na dependência do capital financeiro para conseguir realizar o seu plantio.

O capital se articula com a produção camponesa, passando a dominar “a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção”, nesse sentido “cria condições para extrair o excedente econômico” (MARTINS, 1983, p. 173) da produção camponesa. Nessa relação o capital monopoliza o meio rural por meio da sujeição da renda da terra. Situação em que o camponês continua proprietário dos meios de produção. Essa é a forma utilizada pelo capital financeiro para monopolizar a produção camponesa, sem promover sua expropriação.

A disponibilização de empréstimo é mais uma estratégia encontrada pelo capital apoiado pelo Estado, de subordinar a produção camponesa à lógica de mercado. O camponês inserido nessa política pública, acaba por optar (impulsionado pelo programa) por atividade de fácil comercialização, contudo o que ganha com a venda não é retido por ele e sim pelo capital financeiro e os comerciantes finais dessa produção. “Onde o capital não se torna proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda”. (MARTINS, 1983, p. 176).

Esse processo é caracterizado pela exploração da força de trabalho familiar que corrobora com a reprodução do capital financeiro. O camponês entrega sua produção a um valor menor do que o equivalente a remuneração de sua força de trabalho. Embora, segundo Oliveira (2001), não é sua força de trabalho que é diretamente explorada, pois o agricultor não a vende para terceiros, o que está sendo retirado do agricultor é a renda da terra, que está contida na produção que este repassa para as indústrias e aos bancos em forma de juros. Desse modo, o agricultor perde a autonomia sobre as atividades desenvolvidas na terra, como se essa a ele não o pertencesse. Passa a ter suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais reguladas e controladas pelo capital.

Situação essa que pressupõe as políticas públicas de crédito, principalmente as voltadas para o meio rural, em que o público-alvo no caso do PRONAF, na maioria das vezes, são os mais precarizados, e pela necessidade são impulsionados a se inserirem em tais programas, que de acordo com o discurso dos seus idealizadores visam promover o desenvolvimento rural, dando oportunidades iguais a todos de se reproduzirem enquanto classe. Mas de que oportunidade estamos falando? Oportunidade de ser explorado, ter seu trabalho precarizado e correr o risco até mesmo de ser expropriado de sua terra? Esse é o desenvolvimento apregoado pelo capital e defendido pelo Estado, em que as classes com menos recursos não tem suas

reais necessidades levadas em consideração. E seus idealizadores ainda dizem ser o pequeno produtor o público-alvo dessa política pública.

Mas nos perguntamos, alvo de quê? Diante do constatado podemos definir alvo de mais uma manobra do Estado que é eminentemente um ente político do capital (MÉSZÁROS, 2002) e das classes dominantes, e que vem se utilizando de artifícios como esse para ludibriar os camponeses, fazendo-os crer que algo de significativo está sendo realizado para eles. Isso representa para o mercado interno brasileiro, a total submissão a produção de *commodities* e produtos industriais, assim como na reprodução da vida dos sujeitos que vivem no campo.

A sobrevivência dos trabalhadores rurais está condicionada ao fortalecimento dos pequenos produtores, que serão capazes de proporcionar a convivência com os avanços das relações capitalistas de produção no campo e se manterem na terra com dignidade. Mesmo diante de todas as investidas do capital, com aprovação do Estado, os camponeses e trabalhadores assalariados do campo travam lutas diárias para se manterem na terra e sobreviverem dessa atividade que os dignifica.

Com o resultado da pesquisa constatamos que interesses de diferentes setores da sociedade, tais como entidades públicas e particulares, empresas que têm a madeira como base para sua produção, produtores capitalizados, estão envolvidos e se articulando para o crescimento da produção de eucalipto no município de Planalto. O plantio de eucalipto vem ganhando expressão no município desde 2005, inicialmente entre os pequenos, médios e grandes proprietários de terra. E mais recentemente com investimento de novos sujeitos, como funcionários públicos, advogados, profissionais liberais, que têm investido nessa produção, o que contribuiu para a crescente dispersão das áreas com esse monocultivo e para a concentração da propriedade fundiária.

No município de Planalto esse processo, diferente de outras regiões que foi implementado por projetos de fomento florestal, essa expansão tem ocorrido por iniciativas particulares, embora com influências externas. Principalmente por conta do aumento da procura por madeira, pouco investimento em força de trabalho e facilidade no manejo, o que corroborou para um significativo número de áreas destinadas ao plantio e reservadas com essa intenção.

A produção do eucalipto (em área) embora irrelevante em relação a outros municípios, já vem produzindo efeitos aparentes, tanto em relação às produções tradicionais pré-existentes, como em relação às vagas de empregos disponíveis nas

fazendas. Além do que, produtores que mantêm propriedade próxima as áreas com o plantio, vem atribuindo o ressecamento dos seus solos ao eucalipto. Diante dos efeitos gerados por essa produção, no município há diferentes posições em relação a essa expansão, há os que são contrários ao plantio, pois vêm nesse, uma ameaça ambiental, social e econômica, já os que se apresentam favoráveis a essa produção, enxergam nela uma alternativa econômica e de recuperação de áreas degradadas. Apoiado nessa última posição, esse plantio ganha força em diferentes regiões do país, sem maiores interferências federais, estaduais e muito menos municipais.

Quando se fala em empreendimento do grande capital, o Estado se exime de fazer cumprir as devidas regularizações para a implantação de projetos, como no caso do plantio do eucalipto. Como se constatou com a pesquisa, várias propriedades com essa produção, não possuíam licenças ambientais para a referida atividade, e embora as instâncias responsáveis tivessem conhecimento de tal fato não tem interferido no processo. Problema que tende a se agravar, já que cada vez mais novos empreendimentos desse ramo surgem no mercado, o que denota uma necessidade crescente de madeira. E tende a incentivar cada vez mais produtores a se inserirem nessa produção, sem levar em consideração os efeitos nocivos que esse monocultivo pode proporcionar às populações desses espaços envolvidos.

7 REFERÊNCIAS

ABRAF. Anuário estatístico ABRAF 2013 ano base 2012 / ABRAF. – Brasília: 2013 <https://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF13-BR.pdf> Acesso em 30/04/2019.

ANDRADE, E. Navarro de. O eucalipto. 2 ed. Jundiaí, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1961. 665p.

ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro. Intercâmbio Neocorporatista e Inovação Tecnológica: o Caso do Padrão Eucalipto na Aracruz S. A. RAC, v. 5, n. 1, Jan./Abr. 2001.

ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovani. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Revista Educ. Soc., vol. 24, nº. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? **Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 8a ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 Ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça Druck. **A terceirização como regra?** Revista TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

Apri Florestas. Dobra exportação de madeira para produção de celulose. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/geral/dobra-exportacao-de-madeira-para-producao-de-celulose>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

BACHA, C. J. C. A dinâmica do desmatamento e do reflorestamento no Brasil. Piracicaba, Esalq/USP, 1993. (Tese de Livre Docência).

_____. Análise custo-benefício dos programas federais de incentivos ao reflorestamento no Brasil. Piracicaba, CNPq, mar. 1995. 93p. (Relatório de Pesquisa).

BACHA, C. J. C. O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras - Uma Visão Histórica e Parcial de um Processo de Desenvolvimento. Est. Econ., São Paulo, V. 34, N. 2, P. 393-426, Abril-Junho 2004.

BACHA, Carlos José Caetano. A situação atual dos dados sobre reflorestamento no Brasil. In: Revista Análise Econômica, v.17, n. 10, p. 141-155, março, 1992.

BESKOW, Paulo Roberto. **A influência das políticas agrícolas regionais na formação da moderna agricultura brasileira**. Agric. São Paulo, SP, 48(2):83-100, 2001.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia.** AGRÁRIA, nº 1, p. 55-95, 2004.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br> >. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Parecer n. LA 01, de 19 de agosto de 2010. Revisão do Parecer GQ-181 de 1998 e GQ22 de 1994. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília – DF.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico.** Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 37 n. 147 jul./set. 2000.

CARLOS, Ana Fani A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

Cartilha PRONAF Florestal. <http://www.semarrh.ba.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

Cartilha PRONAF Florestal. <http://www.semarrh.ba.gov.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

CASTELLS, M. **A questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século.** Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 5, p 1-30, dezembro de 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Plantio do eucalipto no Brasil: Mitos e verdades**/Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Brasília, DF.2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**¹. João Pessoa: Okara, p. 77-100, 2007.

DIEESSE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Reforma Trabalhista.** 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>>. Acesso em 23. fev. 2019.

DIEESSE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**. 2017. Disponível em: <<https://www.ieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FABRINI, João Edmilson. **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa**. Geografia – Volume 13 – Número 2 – jul./Dez 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acessado 01/07/2018.

FERREIRA, Alini Gomes; SCHRODER, Victor; CALDAS, N. V.; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância do Pronaf no Extremo Sul do Rio Grande do Sul: O alcance de uma política pública. In: **Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica**. Rio Grande do Sul, 2007.

FISCHER, Augusto; ZYLBERSZTAJN, Décio. **O fomento florestal como alternativa de suprimento de matéria-prima na indústria brasileira de celulose**. *REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)* [online]. 2012, vol.18, n.2, pp.494-520. ISSN 1413-2311. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413> > acesso em: 26 de dez. 2019.

FREIRE, Jacqueline C.S. CASTRO, Edna M.R. **Políticas Públicas de Juventude do Campo: Saberes da Terra e Sustentabilidade na Amazônia Paraense**. <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-47-960-0100912192634.pdf>. Acessado em 26/02/2011.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1997.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: **Revista GEOUSP**, São Paulo, Nº 23, pp. 125-132, 2008.

GOMÉZ, Jorge Ramon Montenegro. Desenvolvimento em desconstrução: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2006.

HAGE, Fábio Augusto Santana; PEIXOTO, Marcus; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica**. Rio de Janeiro, novembro de 2012.

HARVEY, David. **Contradição II. Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço**. In: As 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. I: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro_ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152.

http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/planalto_ba

<http://portalctb.org.br/site/estaduais/sudeste/sao-paulo/jorge-luiz-souto-maior-faz-duras-criticas-a-reforma-trabalhista-ao-tomar-posse-como-desembargador>. Acesso em 14. abr. 2019.

<http://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>. Acessado em 26/11/2019

<http://www.car.ba.gov.br/noticias.asp?id=335>. Acessado em 26/02/2011.

<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23519/lei-n-11.947-de-16-de-junho-de-2009>. Acessado em 26/11/2010.

<http://www.mda.gov.br/portal>. Acessado em 13/12/2010.

[https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio-produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/agricultura-de-baixo-carbono-\(abc\)](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio-produtos-e-servicos/credito/investir-em-sua-atividade/agricultura-de-baixo-carbono-(abc)). Acessado em 15/11/2019.

<https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/58735-angical-agropecuaria-vallas-e-processada-pelo-mpt-por-explorar-trabalho-escravo.html>. Acesso em 14/04/2019.

<https://cptnacional.org.br/publicacoes/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/05/mpt-consegue-liminar-obrigando-a-veracel-celulose-a-adotar-normas-de-seguranca/> Acesso em 07/12/2019.

<http://www.mundosindical.com.br/Noticias/33625,Souto-Maior-faz-severas-criticas-a-reforma-trabalhista-em-sua-posse-como-desembargador>.

<http://www.tst.jus.br/radio-outras-noticias//construtora-e-condenada-por-demitir-operario-devido-a-suas-condicoes-de-moradia>. Acesso em 07/12/2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2016.

Informativo Cepea - Setor Florestal. **Análise econômica mensal sobre madeiras e celulose/papel**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP, Abril/2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 1-777. Acesso em: abr. 2019.

KURZ, R. **Acabou-se a brincadeira: A viragem do espírito do tempo ocidental: regresso da autorresponsabilização ao autoritarismo coercivo**. 2003. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz135.htm>> . Acesso em: 01 mar. 2020.

LACOMB, Américo L. Masset. Algumas considerações sobre os incentivos fiscais. **Rev. adm. empres.** vol.9 n.4 São Paulo Oct./Dec. 1969.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil

Blackwell, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas.** In: Encontro de Geógrafos da América Latina. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998, p.1-10.

LIMA, L. G.; CONCEIÇÃO, A. L. O Estado e o Desenvolvimento Territorial como Suportes para a Dominação do Capital. Scientia Plena, vol. 5, num.12, 2009. In: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/682/354>.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Da Efetividade dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais. In: **Direitos Humanos Visões Contemporâneas**, São Paulo. Associação Juízes para a Democracia, 2001.

LUKÁCS, Gyorgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de Ciências Humanas. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MAGANO, Octávio Bueno. Alcance e limites da terceirização no direito do trabalho. In: **PINTO, José Augusto Rodrigues. (Coord.). Noções atuais de direito do trabalho, estudos em homenagem ao professor Elson Gottschalk.** São Paulo: LTr, 1995.

Manual de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>> Acesso em agosto de 2019.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil.** 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução por Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Processo de trabalho e processo de valorização.** In: O capital: crítica da economia política. Vol. I. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III – O Processo Global de Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MAXIMILIANO, P. de W-N. Viagem ao Brasil 1815 a 1817. Tradução Edgard Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. 1ª ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, 1940. I v.

MENEZES, Sócrates Oliveira. O destino da crítica Geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. (org. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José

Danilo Santana). São Cristóvão: UFS, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2009, capítulo 2.

MOVIMIENTO Mundial por los Bosques Tropicales. Manifesto Contra o Deserto Verde e a Favor da Vida. Belo Horizonte: sem editora, 2004. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto.html>>. Acesso em 20 de março de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Edvaldo. **Mapeamento e indicadores comparativos da eucaliptocultura no sul da Bahia e Planalto de Vitória da Conquista**. NPGeo, 2013.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: lãnde, 2016c. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

OLIVEIRA, Edvaldo. **Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista**. 2012. 346f. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em geografia - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

PERPÉtua, Guilherme Marini. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Radix investimentos florestais. Você também pode lucrar com os investimentos florestais. <https://radixflorestal.com.br/porque-investir-em-florestas/>. Acesso em 30/04/2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROTTA, José Heleno. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. **Revista da Sociedade Brasileira de economia Política**, v. 2, p. 459-477, 1997.

¹SANTOS, Chrislayne Fernandes, SANTOS, Núbia Dias dos. **A atuação do estado brasileiro e a reestruturação das forças produtivas no espaço agrário**. Disponível em <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6363>. Acessado em 25/10/2018.

²SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, 2009.

SMITH, N. **A ideologia da natureza.** In: Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, Edvânia Ângela de; THOMAZ JÚNIOR. **Trabalho análogo a escravo no Brasil em tempos de direitos em transe.** 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, S. T.; CONCEIÇÃO, A. L. **Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro.** Em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>. Acesso em 02/02/2020.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo Território no Sudoeste da Bahia.** Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristovão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As novas estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.** Revista Pegada – vol. 09 n.1. Junho/2008. Disponível: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br> Acesso em 29/05/2019.

THOMAZ JÚNIOR. **A reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** Revista Pegadas, v. 5. n.1 e 2, nov, 2004.

TONET, Ivo. Sobre as atuais manifestações. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Sobre_as_atuais_manifestacoes.pdf>, acesso em 10 de out. 2018.

VALOR ECONÔMICO. Estrangeiro vai ter limite para comprar terras. Jornal Valor Econômico, caderno de Política, página A6, publicado em 14 dez. 2015.

VALOR ECONÔMICO. Temer sinaliza liberação de compra de terras por estrangeiros. Jornal Valor Econômico, caderno de Política, página A5, publicado em 12 jul. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4632087/temer-sinaliza-liberacao-de-compra-de-terras-porestrangeiros>. Acesso em: 09 abr. 2019.

Veracel. Site Oficial. Disponível em:< <http://www.veracel.com.br>>. Acesso em: 13/01/2019.

_____. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 15/09/ 2019.

_____. Relatório de Sustentabilidade 2019. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 15/09/2019.

_____. Relatório de Sustentabilidade2005. Disponível em: <http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 15/09/ 2019.

VIANA, Maurício Boratto. **O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala**. Câmara dos Deputados. 2004.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é Eliana Vieira dos Santos, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Questionário para os proprietários que cultivam eucalipto do município de Planalto-BA

- 1 - Formação escolar: () Analfabeto () 1º grau

Questionário Nº			
-----------------	--	--	--
- () 2º grau
- () 3º grau
- 2- Renda da família: () não tem renda fixa () um salário mínimo.
- () um a dois salários mínimos () 2 ou mais salários mínimos.
- 2- Participa de algum programa do governo: () Auxílio Moradia () Bolsa família
- () Aposentado () Pronaf () não
- 3 - Tamanho da propriedade: _____
- 4 – Qual o regime de plantio na propriedade: () meeiro () parceiro () fomentado () próprio () arrendamento.
- 5 – Como financiou o plantio do Eucalipto: () Pronaf () renda da propriedade () empréstimos () outros
- 6 – Registrou o plantio no órgão competente (IEF): () sim () não
- 7 - Possui reserva legal: () sim () não
- 8 – Quais eram os principais produtos cultivados e criação na propriedade?
- _____
- 9- Tamanho do plantio de eucalipto: ____ha; _____ árvores
- 10 – Possui experiência com cultivo de Eucalipto: () 1º plantio () 2º plantio () 3º ou

mais

11- Recebeu assistência técnica () contratada () órgãos de extensão do governo () família () nenhuma () outros _____

12 - Houve alteração da aptidão agrícola na propriedade após o plantio do eucalipto: () sim () não

13 - Recebeu assistência de órgãos do governo para o plantio. () sim () não 13.1 - Qual: _____

14 - Adubação: () plantio e cobertura () só no plantio () nenhuma () outras

15- Fez combate a formiga () sim () não De que modo?

16- Espécie(s) utilizada(s): _____ () não sabe

17 - Método de propagação das mudas: () semente () clonada

18 - Realiza desrama () sim () não 18.1- Em caso positivo, qual foi a força de trabalho utilizada? _____ e quem contratou _____

19 - Realiza Desbaste %: () sim () não 19.1- Em caso positivo, qual foi a força de trabalho utilizada? _____ e quem contratou _____

20 - Tempo do plantio: _____ anos

21 - Previsão de colheita: _____ ano

22 - Qual a destinação da madeira do desbaste: () carvão () mourões e escoras () celulose () outros

23 - Já possui comprador: () sim () não

24 - Qual a destinação da madeira de recondução, caso a faça () serraria () celulose () carvão () outros

25 - Como será a colheita: () será feita por você () será feita por terceiros

26 - Pretende plantar Eucalipto novamente: () sim () não

27 - Como pretende utilizar a renda proveniente do plantio de eucalipto: () plantar mais () investir em benfeitorias na propriedade () lazer () educação de filhos () outros

28 - Recomendaria o plantio de eucalipto para outra pessoa? () sim () não

29- Em algum momento do processo de consolidação da produção do eucalipto (plantio, desrama, desbaste, limpa, corte) utilizou-se da mão de obra local? Como foi esse processo de contratação?

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Questionário para os proprietários que não cultivam eucalipto e se encontram próximos a essas áreas no município de Planalto-BA

- | | | | |
|-----------------|--|--|--|
| Questionário N° | | | |
|-----------------|--|--|--|
- 1 - Formação escolar: () Analfabeto () 1° grau () 2° grau () 3° grau
- 2- Renda da família: Não tem renda fixa () um salário mínimo () um a dois salários mínimos () 2 ou mais salários mínimos.
- 3- Participa de algum programa do governo: () Auxílio Moradia () Bolsa família () Aposentado () Pronaf () não
- 4 - Tamanho da propriedade: _____
- 5- Quais os principais produtos cultivados ou criação: _____
- 6- Por que assim como os proprietários vizinhos, não optou pelo plantio do eucalipto? () Não possui área propícia na propriedade () Não possui conhecimentos que me habilitem a plantar () Não creio ser rentável () Muito demorado o retorno financeiro () Não conseguiria escoar a produção () Não possui assistência técnica () outro motivo _____
- 7- Já buscou saber se realmente há vantagens no plantio do eucalipto? () Sim () Não
- Caso positivo, quais? _____
- 8- Qual o número de contratados na sua propriedade? _____

9- Como se dá a relação de trabalho na propriedade (forma de contrato e atividade desenvolvida)? _____

10- Qual o regime de exploração da terra

Cultivo próprio Arrenda p/ outros outro Arrenda total Arrenda parcial

11- Utiliza algum empréstimo para realizar a lavoura? sim não Qual? PRONAF

Outro _____ Utilizou alguma vez? sim não PRONAF Outro _____

Porque usa/não mais? _____

Considera: ideal insuficiente outro _____

12- Como são realizados os cultivos destinados à venda? mecanizada adubos químicos agrotóxicos tração animal manual adubos orgânicos misto

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Questionário para os trabalhadores do corte do eucalipto no município de Planalto-BA

Empresa: _____

Questionário Nº

Município: _____

Data: _____

Perfil dos trabalhadores

Idade: () <= 20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-80 () > 60 Estado Civil: ()

Casado () solteiro () outro Nº de dependentes: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

Escolaridade: () Analfabeto () 1º grau () 2º grau () 3º grau

Jornada de trabalho (hs): () 8h () 12 () outro

Local de Origem: _____ Periodicidade que vai para casa _____

Registro em carteira: Sim (___) Não (___) Função na carteira: _____

Atividades exercidas NESTA empresa: _____

Tempo de contrato: _____

Aspectos profissionais

Treinamentos: Teórico (___) Prático (___) Nenhum (___)

Periodicidade: _____ (X/ano). Duração: _____ (horas)

Fornecimento de alimentação: Sim (___), Não (___)

Já sofreu algum acidente no trabalho: Sim (___), Não (___) - Quais membros: Braço e/ou mãos (___) Pernas e/ou pés (___) Costas (___). Com afastamento do trabalho (___), Sem afastamento do trabalho (___).

Fez exames médicos admissionais? Sim (___), não (___).

Sente dores frequentes? Sim (___), Não (___) - Quais membros: Braço e mãos (___)

Pernas e pés (___) Costas (___) _____

Equipamentos de Proteção Individual – EPI

Acha importante a utilização dos EPI`s? Sim (___), Não (___). Por quê? _____

Conhece a função dos EPI`s? Sim (___), Não (___) _____

A empresa fornece os EPI`s adequados? Sim (___), Não (___) _____

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Questionário para os trabalhadores que fizeram o plantio do eucalipto no município de Planalto-BA

Questionário N°			
-----------------	--	--	--

- 1- Idade: () <= 20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-80 () > 60
- 2- Estado Civil: () Casado () solteiro () outro
- 3- Nº de dependentes: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
- 4- Escolaridade: () Analfabeto () 1º grau () 2º grau () 3º grau
- 5- Jornada de trabalho (hs): () 8h () 12 () outro
- 6- Renda da família: () Não tem renda fixa () um salário mínimo () um a dois salários mínimos () 2 ou mais salários mínimos.
- 7- Participa de algum programa do governo: () Auxílio Moradia () Bolsa família
- 8- () Aposentado () Pronaf () não
- 9- Tipo de moradia: () própria () aluguel () outro
- 10- Comunidade onde vive: _____
- 11- Como foi feito a escolha dos trabalhadores para atuar no plantio do eucalipto?
- 12- Registro em carteira: Sim (___) Não (___)
- 13- Treinamentos: Teórico (___) prático (___) nenhum (___)
- 14- Fornecimento de alimentação: Sim (___), Não (___)
- 15- Já sofreu algum acidente no trabalho: Sim (___), Não (___)
- 16- Fez exames médicos admissionais? Sim (___), não (___).
- 17- Acha importante a utilização dos **Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)**?
 Sim (___), Não (___) _____
- 18- Conhece a função dos EPI's? (___) Sim (___) Não _____
- 19- O empregador fornece os EPI's adequados? (___) Sim (___) Não

20-Como era o regime de trabalho? () _____

21-O salário era satisfatório? (___) Sim (___) Não

22-Acha que o plantio do eucalipto afetou de algum modo o mercado de trabalho na região? (___) Sim (___) Não Por quê? _____

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Questionário estruturado com os camponeses/trabalhadores que moram próximo a área de plantio do eucalipto no município de Planalto-BA

- 1- Idade: () <= 20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51-

Questionário Nº			
-----------------	--	--	--

 60 () > 60
- 2- Estado Civil: () Casado () solteiro () outro
- 3- Nº de dependentes: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais
- 4- Escolaridade: () Analfabeto () 1º grau () 2º grau () 3º grau
- 5- Renda da família: () Não tem renda fixa () um salário mínimo () um a dois salários mínimos () 2 ou mais salários mínimos.
- 6- Comunidade: _____
- 7- Tempo em que vive na terra _____
- 8- Quais as dificuldades para tocar a produção?
- 9- A produção do eucalipto atingiu de alguma maneira a sua família?
- 10-Houve alguma melhoria na região após a chegada do eucalipto?
- 11-Você conseguiu trabalho nessas áreas em algum momento do processo de implantação da cultura do eucalipto?
- 12-Qual a forma de trabalho imposta ao senhor (a) durante sua vida?
- 13-Você já teve acesso a crédito? Quantas vezes? Para quê?
- 14-Há alguma dificuldade no acesso ao crédito?
- 15-Em relação ao pagamento das dívidas:
- a) Quantas parcelas? _____ b) Quanto tempo fica para pagar? _____
- c) Qual a taxa de juros? _____
- 16-Qual a forma que o banco utiliza para cobrar os empréstimos em atraso?

- 17-Quais as consequências caso atrase o pagamento do empréstimo?
- 18-Há algum crédito disponível no município que permite adquirir exclusivamente para a produção de alimentos?
- 19-Você já se viu obrigado a desfazer-se de algum bem para pagar empréstimo contraído em bancos?
- 20-Depois de contrair o crédito, houve alguma transformação no nível de tecnificação da sua produção?
- 21-Os créditos financiados pelos bancos vieram trazer melhorias a vida camponesa ou é mais um meio de agravamento da sua situação?
- 22-O atual governo realizou ou vem realizando algum projeto para os camponeses do município?
- 23-Você já apresentou algum problema de saúde advindo do uso de agrotóxico?
- 24-Como é a ação do poder público junto às associações no município?
- 25-Há algum projeto de incentivo a agropecuária desenvolvido pelo governo municipal?
- 26-Como você vê a atuação do governo municipal no que se refere ao meio rural?

Obrigada pela sua contribuição!

Apêndice B: Entrevista



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o encarregado dos trabalhadores do corte do eucalipto

Entrevista Nº			
---------------	--	--	--

Perfil do entrevistado - Nome: _____ Função: _____

Tempo que exerce a função: _____

- 1- Quais os riscos físicos, químicos, ergométrico e de acidente que estão expostos os operários do corte do eucalipto?
- 2- Há medidas para atenuar e minimizar os riscos de acidente decorrente do corte do eucalipto?
- 3- Quais são as medidas de proteção e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) no uso do motosserra?
- 4- Como é feito o processo de compra do eucalipto pela empresa?
- 5- Quais são os requisitos necessários para a Veracel fazer a compra do plantio de eucalipto de um produtor?
- 6- O camponês pode se enquadrar nas exigências da Veracel para a venda de sua produção?
- 7- Para que fim a empresa comprou a produção em questão?
- 8- Há alguma área na região de produção própria da empresa?
- 9- Tem previsão para cortes futuros pela empresa na região?
- 10- Quantos são os funcionários que trabalham no processo de retida do eucalipto?
- 11- Qual a média de corte diário pela equipe?

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o secretário de agricultura do município de Planalto-BA

Entrevista Nº			
---------------	--	--	--

Perfil do entrevistado - Nome: _____ Função: _____

Tempo que exerce a função: _____

- 1- Quais as comunidades têm o plantio de eucalipto?
- 2- Há alguma empresa financiando o plantio do eucalipto no município?
- 3- As propriedades onde se encontra o plantio de eucalipto são pequenas, médias ou grandes propriedades?
- 4- Em alguma dessas áreas há plantio financiado pelo Pronaf via secretaria de agricultura?
- 5- Quais os critérios para o financiamento do plantio do eucalipto?
- 6- Quais as principais culturas desenvolvidas no município?
- 7- Nível de tecnificação da agricultura de Planalto.
- 8- Dados da agricultura permanente e temporária do ano de 2017 e 2018.
- 9- Com relação a assistência técnica, como é feito o atendimento aos agricultores da região.
- 10-Quais são as principais políticas voltadas para a agricultura implementadas no município de Planalto-BA?
- 11-No município há uma organização significativa de associações de agricultores?
- 12-Projetos para o seguimento da agricultura familiar realizado pelo governo municipal.
- 13-Potencial de produção agrícola no município.
- 14-Políticas públicas para o meio rural implementadas no município de Planalto.
- 15-Registro de problemas de saúde advindos do uso de agrotóxico.

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. A pergunta abaixo tem o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o gerente do Banco do Brasil do município de Planalto-BA

Entrevista N°			
---------------	--	--	--

- 1- Como estão estruturados os projetos de financiamento para o meio rural no município de Planalto-BA?
- 2- Dentre as áreas com plantio do eucalipto no município, há alguma financiada pelo Banco do Brasil?
- 3- Quais os critérios para o financiamento do plantio do eucalipto?
- 4- Quais comunidades tem o plantio de eucalipto?
- 5- Há alguma empresa financiando o plantio do eucalipto no município?
- 6- As propriedades onde se encontra o plantio de eucalipto são pequenas, médias ou grandes propriedades?
- 7- Quais as principais culturas financiadas no município?
- 8- Com relação a assistência técnica, como é feito o atendimento ao agricultor da região, tanto da eucaliptocultura como das demais culturas?
- 9- Quantas famílias já foram atendidas pelo PRONAF em Planalto?
- 10-Quais as principais dificuldades dos produtores para conseguirem a concessão dos recursos?
- 11-Distribuições do crédito de custeio por principais produtos – Planalto –2011 – 2019
- 12- Número de contratos do crédito rural do PRONAF em Planalto, por enquadramento e ano fiscal, no período de 2011 a 2019
- 13- Índice de inadimplência. Se for significativo (a que se deve esse percentual?)
- 14- Quais os objetivos do Banco do Brasil com o financiamento de política pública?

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Planalto-BA

Entrevista N°			
---------------	--	--	--

- 1- Quais as principais culturas desenvolvidas no município?
- 2- Com relação à assistência técnica, como é feito o atendimento aos agricultores.
- 3- Quais são as principais políticas voltadas para a agricultura implementadas no município de Planalto-BA?
- 4- No município há uma organização significativa de associações de agricultores?
- 5- Quantos são os associados? Percentual por pequeno, médio e grande produtor.
- 6- Como é feita a assistência aos associados? Quais os serviços prestados?
- 7- O Sindicato oferece cursos de capacitação aos agricultores?
- 8- Projetos para o segmento da agricultura familiar realizado pelo sindicato
- 9- Quais as principais reivindicações dos trabalhadores rurais?
- 10- Dentre os associados há produtores de eucalipto?
- 11- Qual a opinião dos produtores da região em relação à produção do eucalipto?
- 12- Qual o posicionamento dos dirigentes do sindicato sobre o plantio do eucalipto e quais orientações faz a esse respeito aos trabalhadores rurais?
- 13- Projetos para o segmento da agricultura familiar realizado pelo governo municipal.
- 14- Potencial de produção agrícola no município.
- 15- Registro de problemas de saúde advindos do uso de agrotóxico.
- 16- Nível de tecnificação da agricultura de Planalto. Comunidades consideradas mais e menos tecnificadas.
- 17- Como você vê a atuação do governo municipal no que se refere a atuação no meio rural?

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o Gerente do Banco do Nordeste

- 1- Como estão estruturados os projetos de

Entrevista N°			
---------------	--	--	--

 financiamento para o meio rural no município de Planalto-BA?
- 2- Dentre as áreas com plantio do eucalipto no município, há alguma financiada pelo Banco do Nordeste?
- 3- Quais os critérios para o financiamento do plantio do eucalipto?
- 4- Quais comunidades tem o plantio de eucalipto?
- 5- Há alguma empresa financiando o plantio do eucalipto no município?
- 6- As propriedades onde se encontra o plantio de eucalipto são pequenas, médias ou grandes propriedades?
- 7- Quais as principais culturas financiadas no município?
- 8- Com relação a assistência técnica, como é feito o atendimento ao agricultor da região, tanto da eucaliptocultura como das demais culturas?
- 9- Quantas famílias já foram atendidas pelo PRONAF em Planalto?
- 10-Quais as principais dificuldades dos produtores para conseguirem a concessão dos recursos?
- 11-Distribuições do crédito de custeio por principais produtos (Planalto 2011/2019)
- 12- Número de contratos do crédito rural do PRONAF em Planalto, por enquadramento e ano fiscal, no período de 2011 a 2019
- 13- Índice de inadimplência. Se for significativo (a que se deve esse percentual?)
- 14- Quais os objetivos do Banco do Nordeste com o financiamento de política pública?

Obrigada pela sua contribuição!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo-Uesb)
 MESTRADO ACADÊMICO



Meu nome é **Eliana Vieira dos Santos**, Licenciada em Geografia, Especialista em Análise Espacial e Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo desse questionário é a coleta de dados para a elaboração da minha dissertação de conclusão do curso. As perguntas abaixo têm o intuito de coletar informações e a partir dessas buscar compreender como vem se dando as relações no campo, tanto de trabalho como de produção, e terá como objeto norteador a expansão da produção do eucalipto no município de Planalto-BA.

Entrevista semiestruturada com o prefeito do município de Planalto

Entrevista Nº

- 1- Como a prefeitura de Planalto busca promover o desenvolvimento rural no município?
- 2- Há em Planalto o Conselho de Desenvolvimento Rural?
- 3- Quais são as formas utilizadas pela prefeitura para incentivar a agropecuária?
- 4- Existe o fornecimento ou subsídio para a alimentação do trabalhador rural em caso de perda da produção? (Cesta básica)
- 5- Como é a estrutura de atenção à saúde das comunidades? (Unidades de saúde da família, Unidades Básicas de Saúde, ambulatórios, assistência domiciliar, hospitais e outros).
- 6- Existem no município atividades desenvolvidas por instituições ou agências de pesquisa em agricultura? Quais?
- 7- Existem no município programas de apoio à agricultura familiar ou ao pequeno agricultor, além do PRONAF? (Assistência técnica, crédito facilitado, apoio legal, etc.)
- 8- Existe alguma política oficial ou legislação voltada à agricultura e à proteção ambiental?
- 9- Existem órgãos de fiscalização e certificação de produção agropecuária no município?
- 10- Ouve algum incentivo por parte do poder público para a expansão do eucalipto no município?
- 11- Há um acompanhamento por parte das instituições municipais responsáveis pela atividade no campo nas áreas que desenvolvem o cultivo do eucalipto?

12-Há um controle ou mesmo um acompanhamento do processo de plantio, desenvolvimento e retirada do eucalipto no município pelas instituições municipais responsáveis pela atividade no campo?

13-Qual a representatividade da zona rural para a economia do município?

Obrigada pela sua contribuição!